UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

JESUÍTAS Missão transformadora.

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Refugiados, uma diáspora em tempos globais

Roger Zetter
Refugiados, apenas uma das denominações da crise global

Andrés Ramirez
Um Brasil para os refugiados

Peter Balleis
América Latina, um novo destino de refugiados

E mais:

>> **Paulo Margutti**
A religiosidade mística em Wittgenstein

>> **Paulo Tedesco**
E-book é passageiro. Livro é eterno

362
Ano X
23.05.2011
ISSN 1981-8769

Editorial

Refugiados, uma diáspora em tempos globais

Em 1951, quando foi assinada a Convenção de Genebra, que reconheceu a denominação "refugiado" e seus direitos, o mundo vivia as primeiras grandes mudanças estruturais e contabilizava as consequências de grandes conflitos. Hoje, sessenta anos depois, o número de refugiados cresceu proporcionalmente à população e reflete de maneira clara a crise dos tempos globais.

Por ironia do destino, muitos dos países que assinaram uma convenção para recebê-los não os querem mais. A questão toma grandes proporções e se transforma num drama mundial, que é debatido nesta edição da **IHU On-Line**.

A reflexão-chave para compreendermos parte da temática é explicada pelo diretor do Refugee Studies Centre, **Roger Zetter**, professor da Universidade de Oxford. Ele acredita que "a contenção, as restrições, a dissuasão e o processamento extraterritorial são os instrumentos principais de políticas públicas usados por esses países que, em grau crescente, negam as necessidades e reivindicações de proteção dos refugiados".

Engajados na luta de integração dessas minorias, o filósofo **Wooldy Edson Louidor**, o cientista político **Juan Felipe Carrillo** e **Alfredo Infante**, diretor americano do Serviço Jesuíta de Refugiados – SJR, falam sobre os desafios da ajuda solidária em espaços da América Latina que trabalham com essas pessoas sem lar e sem pátria.

Peter Balleis, diretor internacional do Serviço Jesuíta de Refugiados – SJR, descreve a situação dos refugiados nos diferentes países e continentes do mundo.

Para complementar, **Andrés Ramirez**, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, explica as características do perfil do refúgio no Brasil, que, conforme diz, "tem a capacidade de integrar pessoas de países e culturas totalmente diferentes.

Dentro dessa lógica, a antropóloga **Denise Jardim** faz uma comparação entre a diferente situação dos refugiados e dos imigrantes. A relações-públicas **Karin Kaid Wapechowki** revela a situação das famílias que desembarcam no Rio Grande do Sul em busca de abrigo. "Eles vivem em deslocamento, com o tecido social desagregado", afirma.

Por fim, o jornalista e doutor em Comunicação **Jacques Wainberg** faz uma análise sobre o poder da mídia na divulgação de conflitos e delega à imprensa a possibilidade de colaborar para a manutenção da paz. Graduado em Direito**, Paulo Welter** narra a sua experiência de trabalhar com os refugiados em Angola.

Mais quatro entrevistas e dois textos completam a edição. Paulo Margutti, professor de filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE -, Belo Horizonte, reflete sobre a religiosidade mística em Wittgenstein.

Sérgio Coutinho, professor de História, descreve a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que emerge da última Assembleia Geral, realizada recentemente.

"O e-book é passageiro. O livro é eterno", afirma **Paulo Tedesco**, escritor e professor da PUC-RS na entrevista concedida para a **IHU On-Line**.

"As políticas sociais somente terão sucesso quando se desnaturalizar a desigualdade", afirma **Ana Maria Colling**, professora do Unilasalle.

"Um emaranhado pelo Rio Grande a fora", de **Ana Maria Rosa**, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, e "Igreja Católica, redes de relacionamento virtuais e evangelização na contemporaneidade: caminho impossível?", de **Thamiris Magalhães de Sousa**, mestranda em Ciências da Comunicação na Unisinos, são os títulos dos artigos desta edição.

A todas e todos, uma ótima leitura e excelente semana!

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Anelise Zanoni MTB 9816 (aneliseza@unisinos.br), Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Stefanie Telles. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 – ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | **Editorial**

A. Tema de capa

» Entrevistas
PÁGINA 05 | Andrés Ramirez: Um Brasil para os refugiados
PÁGINA 07 | Peter Balleis: América Latina, um novo destino de refugiados
PÁGINA 10 | Juan Felipe Carrillo, Padre Alfredo Infante e Wooldy Edson Louidor: Solidariedade, um convite para conhecer o ser humano
PÁGINA 15 | Roger Zetter: Refugiados, apenas uma das denominações da crise global
PÁGINA 19 | Paulo Welter: A vida dos refugiados em Angola
PÁGINA 21 | Jacques Wainberg: Tolerância em nome da pacificação
PÁGINA 23 | Karin Kaid Wapechowski: Rio Grande do Sul aberto ao multiculturalismo
PÁGINA 25 | Denise Jardim: Imigrante ou refugiado: diferentes perspectivas de vida

B. Destaques da semana

» Entrevistas da Semana
PÁGINA 29 |Paulo Margutti: A religiosidade mística em Wittgenstein
PÁGINA 35 |Ana Maria Colling: "As políticas sociais somente terão sucesso quando se desnaturalizar a desigualdade"

» Artigo da Semana
PÁGINA 37 |Thamiris Magalhães de Sousa: Igreja Católica, redes de relacionamento virtuais e evangelização na contemporaneidade: caminho impossível?

» Coluna do Cepos
PÁGINA 40 |Ana Maria Rosa: Um emaranhado pelo Rio Grande a fora

» Teologia Pública
PÁGINA 42 |Sérgio Coutinho: A CNBB depois da última assembleia geral. Uma análise

» Destaques On-Line
PÁGINA 45 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos
PÁGINA 51 | Paulo Tedesco: E-book é passageiro. Livro é eterno

» IHU Repórter
PÁGINA 53 | Susana Margarida Brand

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Um Brasil para os refugiados

Por mais que representem um "incômodo" para uma parcela da população, os refugiados devem ter os mesmos direitos e assistência básica de qualquer outro estrangeiro no país, diz Andrés Ramirez, representante do Acnur

Por Anelise Zanoni

Tradicionalmente conhecido por mesclar etnias e culturas desde os primórdios do próprio desenvolvimento, o Brasil desponta como um importante país no abrigo de refugiados. Atualmente, de acordo com Andrés Ramirez, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur no Brasil, cerca de 4,5 mil pessoas vivem em solo brasileiro com esse status.

"Uma das principais características do perfil do refúgio no Brasil é o fato de o país abrigar 77 nacionalidades distintas – geralmente esse fator é explicado pela capacidade do país de integrar pessoas de países e culturas totalmente diferentes", explica Ramirez.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line** o especialista fala sobre os direitos e deveres de quem busca asilo no Brasil e deixa claro que o país respeita o princípio de 'não devolução', "que é a pedra angular da proteção de refugiados".

"Os refugiados devem ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país, entre eles direitos civis básicos", afirma.

Andrés Ramirez é representante do Acnur no Brasil e acompanhou as principais crises humanitárias neste século. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a situação atual do Brasil na recepção de refugiados? Quantos estão sob o abrigo brasileiro?
Andrés Ramirez - O Brasil vem honrando seus compromissos internacionais na área do refúgio em conformidade com os principais instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados, a Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967, dos quais é signatário. Neste sentido, é importante ressaltar que o país respeita o princípio de "não devolução", que é a pedra angular da proteção de refugiados. Além disso, o país garante que os solicitantes de refúgio tenham acesso ao seu território e ao procedimento de elegibilidade de acordo com os termos estabelecidos pela lei 9474/97.

O país abriga, atualmente, cerca de 4.500 refugiados, dos quais quase quatro mil são reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade e pouco mais de 400 são reconhecidos pelo Programa de Reassentamento. A maioria deles vive é constituída de homens (entre 18 e 50 anos), sendo que as mulheres (entre 18-59 anos) representam 30% deste total.

IHU On-Line – Quais os estados que mais recebem refugiados?
Andrés Ramirez - Rio de Janeiro e São Paulo são os que mais abrigam refugiados atualmente. Estima-se que na região metropolitana de suas capitais vivam cerca de 2 e 1,5 mil refugiados, respectivamente. O Rio Grande do Sul abriga pouco mais de 200 refugiados reassentados de origem colombiana e palestina.

Os estados de Rio de Janeiro e São Paulo possuem os maiores portos e aeroportos do Brasil, o que facilita a chegada de solicitantes de refúgio a estas localidades. Além disso, eles tendem a permanecer nas grandes cidades do país porque são as que oferecem melhores oportunidades de trabalho e integração.

IHU On-Line - Quais são os direitos e deveres de um refugiado que encontra abrigo no Brasil?
Andrés Ramirez - Os refugiados devem ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país, entre eles direitos civis básicos (como liberdade de pensamento e de deslocamento e não sujeição à tortura e a tratamentos degradantes) e direitos econômicos e sociais, como assistência médica, direito ao trabalho e educação para as crianças. Os refugiados também têm obrigações, entre elas a de respeitar as leis e os costumes do país de acolhida.

Essas demandas são atendidas pelos países de acolhida sempre que possível. Quando os recursos são insuficientes, o Acnur[1] proporciona assis-

1 **Acnur:** Considerada uma das principais agências humanitárias do mundo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) foi criado pela Assembleia Geral da ONU em 14 de dezembro de 1950 para proteger e assistir às vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Desde então, já ajudou mais

tência aos refugiados que não possam satisfazer suas necessidades básicas. A assistência pode ser dada sob a forma de donativos financeiros, alimentação, materiais diversos ou de programas de criação de escolas ou centros de saúde para quem viva em campos ou outras comunidades.

IHU On-Line - Este ano comemora-se o 60º aniversário da Convenção da ONU sobre o Estatuto do Refugiado. O que mudou e quais são as perspectivas quando o assunto é abrigo de refugiados?

Andrés Ramirez - No plano regional tivemos alguns avanços, começando pela *Convenção de Cartagena de 1984*, a qual contemplou a violação massiva de direitos humanos como condição para solicitação de refúgio. Outro avanço foi o *Plano de Ação do México* – PMA, assinado em novembro de 2004 por 20 países, incluindo o Brasil. O PMA definiu um conjunto de medidas voltadas para a busca de soluções duradouras para o refúgio na América Latina e inovou ao inserir formalmente o conceito de solidariedade na agenda internacional.

Ainda no plano regional, a *Declaração de Brasília*, assinada em novembro de 2010 por 18 países, amplia o marco de proteção a refugiados e apátridas no continente americano. Um destaque da Declaração de Brasília inclui o respeito irrestrito, acordado pelos países, ao princípio de não devolução (*non-refoulement*), incluindo a não rejeição nas fronteiras e a despenalização da entrada ilegal de estrangeiros nos respectivos países. O texto também apoia a contínua incorporação, nas leis nacionais sobre refugiados e deslocados internos, das variáveis de gênero, idade e diversidade.

No âmbito extrarregional, a Convenção para Tratar dos Aspectos Específicos do Problema dos Refugiados na África foi adotada em 1969 pela União Africana. Esse instrumento regional de proteção expande a definição da Convenção dos Refugiados de 1951, incluindo as pessoas que são obrigadas a deixar seus países não apenas por motivos de perseguição, mas também devido a agressões externas, ocupação, domínio estrangeiro e outros graves eventos que alterem a ordem pública.

Ao final do ano, o ACNUR realizará uma reunião global, de nível ministerial, no qual os países deverão apresentar compromissos para fortalecer a proteção e a assistência de refugiados, apátridas e outras populações sob o mandato da agência. Em todo o mundo, o ACNUR trabalha forte com os governos para que os compromissos apresentados sejam relevantes e exequíveis.

> "Os refugiados devem ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país"

IHU On-Line - Os padrões da migração se tornaram cada vez mais complexos nos tempos modernos. Quais são as características dos refugiados que vêm ao Brasil?

Andrés Ramirez - Uma das principais características do perfil do refúgio no Brasil é o fato de o país abrigar refugiados provenientes de 77 nacionalidades – geralmente esse fator é explicado pela capacidade do país de integrar pessoas de países e culturas totalmente diferentes. Por outro lado, a maioria dos refugiados é de origem africana e as cinco nacionalidades com maior representação na população de refugiados do país é Angola (1.686), Colômbia (628), República Democrática do Congo (453), Libéria (258) e Iraque (203).

IHU On-Line - Muitos refugiados instalados no Brasil, depois de um tempo, retornam para seus países de origem. Qual avaliação o Acnur faz desse procedimento?

Andrés Ramirez - O retorno para casa por meio da repatriação voluntária é a solução duradoura escolhida pela maioria dos refugiados e é uma iniciativa fortemente apoiada pelo ACNUR. As prioridades da organização em relação ao retorno dos refugiados são promover condições favoráveis à repatriação voluntária, assegurar o exercício de uma escolha livre e informada e mobilizar apoio aos retornados. Na prática, o ACNUR promove e facilita de várias formas a repatriação voluntária, incluindo a organização de visitas ao país de origem por parte dos refugiados para que estes possam verificar as condições de repatriação, divulgação de informação atualizada sobre o país e região de origem dos refugiados e engajamento em atividades de paz e reconciliação, promoção de moradia e restituição de propriedades, além de apoio legal e assistência aos retornados.

IHU On-Line - Alguns jornais retratam frequentes reclamações em relação às condições oferecidas no Brasil para refugiados. Qual avaliação vocês fazem das reclamações dos reassentados e da mídia?

Andrés Ramirez - Algumas reclamações são importantes para conhecer melhor a realidade dos refugiados e aprimorar nossos programas de assistência. Por outro lado, há reclamações que não procedem. A resposta do ACNUR a elas é feita através de uma análise individual dos casos.

IHU On-Line - Qual o maior entrave para solucionar a questão dos refugiados na América do Sul?

Andrés Ramirez - É uma pergunta muito ampla. O marco de proteção a refugiados varia de país para país, além do contexto e do perfil dos refugiados. As situações e os problemas enfrentados pelo Brasil são completamente diferentes daquelas existentes na Argentina, Venezuela, Peru ou Equador.

de 50 milhões de pessoas e ganhou duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). **(Nota da IHU On-Line)**

América Latina, um novo destino de refugiados

Segundo Peter Balleis, a Colômbia é o país da América Latina que concentra maior número de refugiados

Por Anelise Zanoni, Márcia Junges e Patricia Fachin

A realidade que acompanha levas de refugiados que percorrem países em busca de abrigo está cada vez mais viva na América Latina. Devido a conflitos internos, principalmente na Colômbia, pessoas deixam a terra natal em busca de proteção em locais como o Brasil.

Em entrevista por telefone à **IHU On-Line**, Peter Balleis, diretor do Serviço Jesuíta a Refugiados, compara o exemplo latino com o africano e revela que, na África, "o deslocamento das pessoas ocorre por causa de conflitos, os quais são evidentes: alguns rebeldes não se contentam com o governo e com o controle das terras".

Entre as dificuldades que ligam o mundo em volta dos refugiados, a maior delas descrita pelo especialista é "que algo mudou no mundo e muitos países não querem mais receber refugiados". Como explica Balleis, os países com mais condições financeiras fecham as portas para eles.

"A Europa não permite a entrada daqueles oriundos da África, por exemplo. A própria África do Sul, EUA, Austrália fecham as portas para essas pessoas", afirma.

Diretor do Serviço Jesuíta a Refugiados - SJR, Peter Balleis é padre jesuíta, alemão, que, durante décadas, trabalhou na África, especialmente no Zimbábue. Também viveu alguns anos no Brasil, tendo trabalhado na periferia de Belo Horizonte, no final da década de 1980. É mestre em Teologia pelas Faculdades Jesuítas – FAJE, de Belo Horizonte. Atualmente, é diretor do SJR, cuja sede é em Roma, junto à Cúria Geral da Companhia de Jesus. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual o impacto da situação atual dos refugiados nas Américas?

Peter Balleis - Em geral, dizem que o número de imigrantes nas Américas é certamente maior que o de refugiados, e isso é o que percebe a Companhia de Jesus, que realiza um trabalho com imigrantes e refugiados. Há movimentações internas pelo Cone Sul, e pessoas que migram para o Caribe, EUA, norte da Europa e também para as Américas. Na América Latina, temos quatro zonas importantes, com o local com maior número de refugiados na Colômbia. Há muitos casos, já verificados pelo Acnur, de pessoas que são forçadas a saírem de seus países por causa dos conflitos, os refugiados de fato, ou até mesmo refugiados internos. Nas Américas, os jesuítas se preocupam com quatro zonas importantes: os refugiados da Colômbia, do Panamá, da Venezuela e do Equador.

No Haiti, estamos trabalhando com refugiados que são forçados a se deslocarem devido ao terremoto. De modo geral, na América Latina, a maior preocupação é com a Colômbia, porque o país tem um dos maiores números de desabrigados/desalojados internos: fala-se em mais de três milhões de pessoas.

A situação é um pouco diferente na África, em comparação com o resto do mundo. Lá, o deslocamento das pessoas ocorre por causa de conflitos, os quais são evidentes: alguns rebeldes não se contentam com o governo e com o controle das terras. Na África, cerca de 60% dos refugiados vivem em campos específicos e contam com a ajuda de organizações humanitárias, além do Acnur, que atendem pessoas que precisam de ajuda. Outros indivíduos estão refugiados em diversos países do mundo.

Ameaças

A dinâmica de conflitos e violência na América Latina, especialmente na Colômbia, é diferente. As famílias sofrem ameaças e perdem suas terras. Dizem que *próximo a* Bogotá cresce o número de refugiados na América Latina. É cada vez mais complicado trabalhar nesta região, porque a urbanização é forçada e as famílias sofrem situações hostis de trabalho. Na Colômbia, o conflito está se desenvolvendo com a guerrilha e precisamos cuidar de nossas equipes também.

Em função disso, os refugiados estão se deslocando para o norte da Colômbia por conta das atividades de diferentes grupos armados. Há duas semanas estive na fronteira da Venezuela visitando algumas famílias que vieram da Colômbia e percebi que elas sentem medo. Além disso, os afroco-

lombianos e os indígenas representam também uma situação muito séria.

O deslocamento dessas pessoas não ocorre por causa de um conflito ideológico entre rebeldes e governo, mas, em função de disputas territoriais, por causa de recursos econômicos, em função do modelo de crescimento vigente. A droga e o narcotráfico também são aspectos a serem considerados. Esse não é um problema exclusivo da América Latina. Essa situação se repete na Índia, onde há grandes interesses econômicos em recursos minerais e, em função disso, as populações locais e indígenas são obrigadas a se deslocarem de suas terras. Na África, grupos armados negociam diamantes e ouro para se sustentarem e manterem o conflito.

IHU On-Line – Qual a principal origem dos refugiados no mundo? Por que as pessoas saem dos seus países de origem? Em função da exploração da terra, dos interesses econômicos, como o senhor explicava?

Peter Balleis – Os motivos são diversos. É importante dizer que existem refugiados na América Latina, principalmente na Colômbia, nos países vizinhos e também desalojados/desabrigados internos. No mundo, de modo geral, a maioria dos refugiados é da África, mas muitos vivem no Oriente, na Ásia Central, e no Iraque e Afeganistão, especialmente. Esses povos vivem em conflitos por diversos motivos: interesses religiosos, políticos, interesses energéticos em função do petróleo, que é abundante nestas regiões do mundo. Os interesses comerciais e políticos alimentam o deslocamento dessas pessoas.

IHU On-Line - Qual a maior dificuldade de integração dos refugiados no cenário mundial? Que dilemas eles enfrentam?

Peter Balleis – A maior dificuldade é que algo mudou no mundo e muitos países não querem mais receber refugiados. Fecham as portas para eles. A Europa não permite a entrada daqueles oriundos da África, por exemplo. A própria África do Sul, EUA, Austrália fecham as portas para essas pessoas.

Há trinta anos, essa situação era diferente, porque havia interesse de muitos países em receber refugiados. Naquela época, muitos refugiados de Camboja fugiam do comunismo e imigravam para outros países. Cada refugiado que fugia do comunismo imaginava que a situação no Ocidente seria melhor e muitos deles foram integrados em outras nações. Hoje em dia não existe mais essa divisão ideológica e, por isso, os refugiados não são mais provenientes apenas de perseguições políticas.

Pode-se dizer que o mundo era melhor e, com a queda dos muros, parece que não há necessidade de protegê-los. Economicamente, essas pessoas têm de buscar outra solução e sair dos seus países de origem, porque não há chance para todos e eles não encontram trabalho. Pode-se dizer que esta é uma visão capitalista, mas todo o capital se concentra no norte do planeta ou em alguns países maiores da América Latina, como Brasil. A imigração, por exemplo, sempre buscou onde estava o capital, e o fluxo de imigrantes e refugiados ainda é econômico. Além de se preocupar com o capital, as autoridades deveriam se preocupar com a proteção a estas pessoas.

> **"A dinâmica de conflitos e violência na América Latina, especialente na Colômbia, é diferente. As famílias sofrem ameaças e perdem suas terras"**

No caso específico dos refugiados, as pessoas se movem para sobreviver, para ter uma vida melhor ou porque não têm mais segurança social para viver onde viviam. A proteção aos refugiados é necessária.

IHU On-Line - De acordo com seus estudos e experiência, como o refugiado define a própria identidade?

Peter Balleis - Não sei se isso trata de uma identidade, mas os refugiados percebem que não são queridos ou bem-vindos, e que precisam de proteção. Eles não são integrados, são os estrangeiros. Essa é uma identidade dada aos refugiados pelos outros. Não é uma identidade que dão a si mesmos. Sua vida é marcada por esses elementos, que dependem dos outros pela proteção e muitos serviços. Os refugiados não têm a possibilidade de sustentar-se, mesmo porque seus parentes não trabalham e nos campos não se podem ter atividades econômicas. Para nós, que trabalhamos com esse serviço na Companhia de Jesus, esse serviço é algo muito importante no campo da educação. A educação traz uma perspectiva importante para os jovens não perderem tempo de escola; é uma chave para trazer-lhes esperança. Assim, temos um mundo com 250 mil a 300 mil jovens adultos refugiados em escolas, em programas de educação formal e informal em todo o mundo, desde o jardim de infância à universidade. Para dar esperança a esses jovens, iniciamos, recentemente, um programa de educação universitária online em campos de refugiados.

IHU On-Line - Tendo em vista os grandes movimentos migratórios na América Latina, como a sociedade deveria perceber o fenômeno da imigração e dos refugiados?

Peter Balleis - A imigração é um mal em toda a história, inclusive na da América Latina, marcada pela imigração europeia e africana, com pessoas enviadas para realizar trabalhos forçados para esse continente. Às vezes esses movimentos não são sempre voluntários, livres de conflito. Vemos na história da Europa, da imigração da América Latina e do Norte que a imigração é normal na história da humanidade. A questão é saber como vamos dirigir, guiar esse processo para que não seja tão conflituoso entre a população local e os refugiados ou saber como podemos dirigir econômica e politicamente esses processos e não criar mais conflitos com minorias ou relações com racismo e xenofobia. Se o Brasil crescer muito economicamente, por exemplo, haverá paraguaios, bolivianos e pessoas de outras nacionalidades vindo se instalar no país para fazer parte desse processo, trabalhar. Como os brasileiros irão

reagir a isso? Temos de entender que são fluxos de pessoas que se movem e não podemos evitá-los, dirigir e regular. Essa é a nossa realidade.

Mão de obra barata

O fluxo de migração é sempre sinal de um decrescimento e, como no caso da Alemanha depois da guerra, os 12-14 milhões de refugiados eram um grupo-chave da reconstrução desse país. Trabalharam motivados. Um estudo de um colega jesuíta na Alemanha mostrou que eles são os melhores, porque não querem criar nenhum problema. Aprendem rapidamente a língua para integrar-se, para trabalhar. Entretanto, o sistema capitalista sempre quer pagar salários mais baixos para eles e outros trabalhadores em situações semelhantes. Os europeus dificilmente aceitam trabalhos simples, mas os imigrantes aceitam os salários mais baixos, numa troca do mercado internacional, que cria formas de diferentes classes de empregados com condições normais, leais, sociais, e um grupo que não tem documentos ou permissão que trabalha por menos.

Nos Estados Unidos, por que o país não integra seus 12 milhões de trabalhadores migrantes? Porque a economia necessita deles. Os Estados Unidos e Europa falam que não querem refugiados, mas por outro lado necessitam de sua mão de obra mais barata. A Europa, com sua população mais velha, necessita de importação de população de jovens, com famílias. Ocorre que isso é difícil de aceitar porque exige uma integração cultural. Algo de que sempre gostei no Brasil, fascinante, é que com toda sua mistura de povos, foi criada uma população brasileira autenticamente, que é uma mistura. São pessoas inteligentes e criativas, que aprenderam que o Brasil tem algo que pode torná-lo o futuro do mundo. Isso é um processo, não podemos parar. O Brasil tem elementos muito mais dinâmicos do que países que têm elementos monoculturais.

IHU On-Line - Qual é a melhor solução para resolver o problema dos refugiados? Os países devem aceitá-los? Os países deveriam ter políticas para recebê-los?

Peter Balleis - Os problemas dos refugiados não serão resolvidos sem antes resolver o problema da violência, com ideologias e sistemas econômicos agressivos. Isso vai criar novamente e sempre refugiados. O Ir. Paulo Welter,[1] jesuíta gaúcho, trabalhou em Angola por cinco anos, compreendeu o sistema de Luanda e dos países ali perto. Hoje Angola tem paz e relativa estabilidade e ajudamos a construir escolas. O importante para mim é o que vamos fazer agora por esses jovens que são do campo ou outras pessoas que podemos servir, fazendo algo importante nessa situação difícil de refúgio. Isso é importante e pode mudar a vida dessas pessoas, inclusive a realidade do país de onde vêm. Esperamos que regressem pacificamente e que não haja mais guerras. Na África do Norte há grande mudança, e não sabemos aonde isto vai parar.

IHU On-Line - Como o serviço jesuíta consegue mobilizar a ajuda humanitária para os refugiados?

Peter Balleis - Isso não é tão difícil. Temos uma identidade de Igreja e da Companhia de Jesus, levando o Evangelho através do acompanhamento de pessoas, servindo-as e defendendo os direitos e as filosofias. Nosso trabalho é de ajuda humanitária para qualquer pessoa que tem necessidade e que podemos ajudar, independentemente de sua religião. Muitos de nossos assistidos não são cristãos, e muitos de nossos colaboradores são, também, de outras religiões. Podemos integrar isso, porque entendemos a base real da vida humana, das necessidades humanitárias – comer, estudar e viver dignamente. O que é importante é o respeito mútuo, inclusive entre religiões diferentes. Na realidade, somos preparados para isso. Há uma minoria que tem uma igreja, pessoas que valorizam valores e religião. Essa compreensão é importante no encontro que ocorre entre diferentes culturas e religiões.

1 **Irmão Paulo Welter:** irmão jesuíta, trabalhou no Serviço Jesuita aos Refugiados em Angola. **(Nota da IHU On-Line)**

Leia as Entrevistas do Dia em www.ihu.unisinos.br

Solidariedade, um convite para conhecer o ser humano

Engajados na integração de refugiados, membros do Serviço Jesuíta a Refugiados têm como desafio ajudar a atacar as causas que provocam o deslocamento forçado das populações dentro e fora do país de origem

Por Anelise Zanoni | Tradução Benno Dischinger

Em um mundo dividido entre os progressos da globalização e a massa crescente de excluídos, a solidariedade desponta como uma solução para amenizar diferenças. Dentro desse panorama, organizações sem fins lucrativos se inserem na causa com o poder de montar redes de apoio, como é o caso do Serviço Jesuíta a Refugiados – SJR.

"Uma organização como SJR - cujo mandato específico é acompanhar, servir e defender os refugiados - tem como missão dinamizar no interior do corpo apostólico as sinergias adequadas para uma resposta eficaz às necessidades dos refugiados", explica o Pe. Alfredo Infante, diretor da agência.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, Infante e outros dois importantes nomes do SJR falam sobre os desafios encontrados em terras colombianas e haitianas para lidar com desabrigados e fazem uma reflexão profunda a respeito do papel da ajuda solidária para amenizar os resultados de conflitos e tragédias.

"A solidariedade convida a ver (...) o ser humano [antes de ver o não cidadão, o estrangeiro, o refugiado], a compadecer-se com seus sofrimentos e empreender ações para reduzir seus sofrimentos, devolvendo-lhes a dignidade e protegendo a vida e os direitos humanos", explica Edson Loidor, coordenador do SJR para incidências relacionadas ao Haiti.

Para o cientista político colombiano Felipe Carrillo, a fim de saber proteger é preciso "entender as causas que têm conduzido as pessoas a abandonarem seu lugar de residência, para proteger suas vidas e sua integridade".

Filósofo pela Universidade Jesuíta Mexicana, Wooldy Edson Louidor é coordenador de comunicação do SJR para incidências relacionadas ao Haiti e associado do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Juan Felipe Carrillo é professor e cientista político formado pela Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá e coordenador de incidências na Colômbia e em países vizinhos. Pe. Alfredo Infante é educador e mestre em teologia espiritual. Atua no Serviço Jesuíta a Refugiados desde 1996, coordenando projetos educativos e pastorais em comunidades repatriadas, e atualmente é diretor do SJR na Venezuela. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como os cidadãos podem utilizar a solidariedade para reduzir os problemas dos refugiados no mundo?

Wooldy Edson Louidor - Os problemas dos refugiados interpelam a atenção e a consciência do mundo sobre uma variedade de situações políticas, sociais, econômicas e de meio ambiente que obriga seres humanos e famílias a fugirem de suas casas e de seus países para buscar refúgio fora de sua nação de origem. Por exemplo, no caso do Haiti, um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter devastou, no dia 12 de janeiro de 2010, grande parte deste país e agravou a situação humanitária e a pobreza que já enfrentava. Na raiz da crise e de outros desastres sucessivos que afetaram o país, tais como a epidemia de cólera, os furacões, cada vez mais haitianos são obrigados a migrar para outros países da região da América Latina e do Caribe para sobreviver.

Neste contexto, a solidariedade é o princípio-chave que pode motivar os diferentes governos da região a abrirem-se mais além de suas políticas migratórias nacionais e das orientações normativas de proteção internacional dos refugiados, para entenderem o grave problema humanitário do Haiti que os força a fugirem de seu país e para brindarem atenção e proteção a esses migrantes forçados. A solidariedade convida a ver, antes de tudo e acima de tudo, o ser humano, a compadecer-se com seus sofrimentos e empreender ações para reduzir seus sofrimentos, devolvendo-lhes sua dignidade e protegendo sua vida e seus

direitos humanos.

Em concordância com o título e o enfoque de um documento elaborado pelo Vaticano em 1992, *"Refugees: A challenge to solidarity*[1]*"*, os problemas dos refugiados têm a ver essencialmente com a solidariedade que deveria ser o fundamento de todos os princípios, mecanismos, instituições, legislações e políticas de atenção e proteção aos refugiados para construir um mundo realmente humano, em que não haja refugiados e em que possamos superar "a maior tragédia de todas as tragédias de nossos tempos", segundo a definição que deu o Papa João Paulo II à situação dos refugiados no mundo.

Juan Felipe Carrillo - Um dos principais problemas que vivenciei durante este tempo ao serviço dos refugiados tem a ver com os comportamentos xenofóbicos. Este é um problema que não é novo, já que tem suas raízes na conformação das nações modernas em que, a partir de dinâmicas de inclusão e exclusão, foram se conformando paralelamente as identidades nacionais e, com elas, a construção da noção do estrangeiro. Sendo estes últimos aqueles que vêm de fora ou que não pertencem a um lugar determinado.

No contexto atual, doutrinas políticas como a luta contra o terrorismo, que põem no presente a luta contra uma ameaça que vem de fora, têm levado a que as dinâmicas de exclusão e repulsa com "o estrangeiro" tenham aumentado dramaticamente, manifestando-se em comportamento xenofóbicos com os estrangeiros e, em especial, com os refugiados, cuja afluência massiva é vista, na maioria dos casos, como uma ameaça e, por isso, como um assunto de segurança nacional. E é frente a esses comportamentos xenofóbicos (expressos em estigmatização e discriminação) que devem estar enfocadas, num primeiro momento, as relações solidárias. Trata-se de entender as causas que têm conduzido as pessoas a abandonarem seu lugar de residência, para proteger suas vidas e sua integridade. É a partir desta compreensão que os cidadãos podem propor mudanças não só em políticas, mas também práticas includentes que facilitem a integração dos refugiados nas sociedades de acolhida, em condições que lhes permitam recuperarem sua dignidade.

IHU On-Line - Como percebe o estabelecimento da família de refugiados e os desafios que ela precisa viver?

Wooldy Edson Louidor - Essas famílias enfrentam diferentes problemas. Um dos mais recorrentes é o acesso à documentação, já que os governos aplicam políticas migratórias e de refúgio cada vez mais restritivas que tendem a negar o estatuto de refugiados aos solicitantes. No caso dos migrantes forçados haitianos, os governos da região da América Latina e do Caribe não os reconhecem como solicitantes de asilo, já que consideram que não fogem de seu país por "temor fundado de perseguição por razões étnicas, religiosas ou por pertença a um partido político...", como o estabelece a Convenção de Genebra sobre o Estatuto de Refugiados de 1961[2], senão pela pobreza ou pela crise humanitária devida ao terremoto. Os governos da República Dominicana, por exemplo, as Bahamas e os Estados Unidos os fazem retornar e deportam os haitianos, logo após haver aplicado, imediatamente depois do terremoto, uma política de abertura e de solidariedade, caracterizada fundamentalmente pela adoção de uma moratória sobre a deportação dos haitianos e por medidas especiais de regularização migratório a favor deles.

> "A pobreza e as condições sócio-econômicas no Haiti por razão do terremoto obrigam os haitianos a fugirem do país de maneira regular ou irregular"

A barreira do idioma

O segundo problema é a dificuldade para a reunificação familiar. Vários refugiados estão separados de suas famílias, principalmente de seus filhos, seus esposos ou esposas. Ademais, por não terem seus documentos legais nem o estatuto de refugiados, enfrentam certas restrições para viajar até seus países de origem. Esta situação constitui uma fonte de sofrimento para os refugiados, os solicitantes de asilo ou os migrantes forçados nos países de chegada, como também para os membros de suas famílias que permaneceram em seus países de origem. No caso dos haitianos, os que estão no exterior pagam a redes de traficantes para que lhes tragam o restante de suas famílias.

O terceiro problema é a dificuldade de integração nos países de acolhida. No caso dos haitianos que chegam à América Latina e ao Caribe, eles enfrentam várias barreiras, entre elas o idioma, o racismo e a discriminação para aceder a fontes de empregos e a serviços sociais básicos. Os haitianos falam seu idioma materno, o crioulo e o francês, enquanto na região se fala majoritariamente o espanhol e o português. Os haitianos são afrodescendentes, enquanto em vários países da região existe grande estigmatização e inclusive racismo contra essa descendência. Além disso, eles são estigmatizados como pobres que vêm tomar os empregos dos nacionais ou, pior ainda, como indivíduos que serão uma carga para a sociedade de acolhida. No México e no Equador, por exemplo, inclusive os haitianos que conseguem regularizar sua situação migratória são rechaçados pelos empregadores que lhes negam oportunidades de trabalho pela simples razão de serem estrangeiros, negros e haitianos.

IHU On-Line - O Haiti, país que já sofre pela pobreza, tem agora milhões de pessoas sem lar e que buscam refúgio. Como vocês formaram uma

1 ***Refugees: A challenge to solidarity***: Em português, *Refugiados: um desafio à solidariedade*. documento escrito pelo Vaticano e disponível em http://migre.me/4AwP6. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Convenção de Genebra sobre o Estatuto de Refugiados**: texto disponível em http://migre.me/4AwUO. (Nota da **IHU On-Line**)

rede de proteção a essas pessoas?
Wooldy Edson Louidor - O agravamento da pobreza e as condições socioeconômicas no Haiti por razão do terremoto obrigam os haitianos a fugirem do país de maneira regular ou irregular. As redes de drogas e tráfico estão aproveitando o desespero deles e principalmente os jovens para oferecer-lhes estudos e trabalho na América Latina (Equador, Venezuela, Chile, Brasil), inclusive nos Estados Unidos e na Europa via Guiana Francesa.

Ante esta situação, realizamos ações no país de origem, Haiti, onde trabalhamos junto com os desalojados nos acampamentos, com os habitantes das comunidades fronteiriças com a República Dominicana, com outras organizações não governamentais e com outras entidades, para melhorar as condições de vida dos haitianos em seu próprio país, oferecendo-lhes, assim, uma alternativa à emigração. Realizamos ações de incidência ante o Estado haitiano para que programasse uma estratégia de luta contra as redes de drogas e tráfico, para que ofereça proteção consular à diáspora humana que está desprotegida em vários países da América do Sul, tais como o Equador, a Bolívia, o Peru. Da mesma forma, no escritório regional do SJR na América Latina e no Caribe, estamos trabalhando sobre a construção de uma rede de proteção dos haitianos que estão chegando a distintos países da região através dos fluxos: México, Equador, Venezuela, Chile, Brasil, Colômbia.

O SJR tem trabalho de campo no Equador, na Venezuela, na República Dominicana, mas nossa proposta de criação de uma rede regional de proteção dos fluxos haitianos responde à necessidade de dar uma resposta regional a um desafio regional. Os traficantes e comerciantes estão utilizando vários países da região como lugares de trânsito, tais como Cuba ou a República Dominicana, para atrair os haitianos à América do Sul, onde está operando uma rede complexa de delinquentes: no Equador, no Peru, no Chile, no Brasil e na Bolívia. É preciso abordar a situação das drogas e do tráfico de maneira regional para, assim, proteger os haitianos implicados como vítimas nestes fluxos, levando aos governos da região e inclusive a blocos e organizações regionais, como a União das Nações Sul-Americanas - Unasul, a Organização dos Estados Americanos - OEA a solicitação de serem mais solidárias com os migrantes e refugiados haitianos, protegendo também as vítimas haitianas do tráfico e de trabalharem mancomunadamente na luta contra as redes de drogas e tráfico.

IHU On-Line – Qual é o maior desafio para a América Latina em relação aos refugiados?
Padre Alfredo Infante e Wooldy Edson Louidor - Um dos grandes desafios é o de atacar as causas que provocam o deslocamento forçado das populações dentro e fora do país de origem.

> "Um dos grandes desafios é o de atacar as causas que provocam o deslocamento forçado das populações dentro e fora do país de origem"

No caso do Haiti, a crise humanitária deve ser entendida como um desafio regional. Por isso, é fundamental a cooperação e a solidariedade de todos os países da região para ajudar o Haiti a superar a crise que está provocando a migração forçada dos haitianos.

Outro desafio que dá visibilidade à situação é como reduzir ou mitigar a vulnerabilidade dos países da região frente aos desastres naturais, no contexto do aquecimento global e da mudança climática. Países como o Chile, o Haiti e o México têm um alto grau de vulnerabilidade sísmica, enquanto outros, como a Colômbia e países do Caribe enfrentam cada ano fenômenos hidrometereológicos (furacões, temporada de chuvas invernais). Decorre daí a necessidade de começar a estabelecer mecanismos, princípios e instituições para atenderem esses refugiados ambientais.

O caso do Haiti, no qual os países da região e agências internacionais como o Acnur enfrentam o dilema de considerar ou não os migrantes como refugiados, expressa este desafio que tem a América Latina em relação com a atenção e proteção dos refugiados médio-ambientais.

Juan Felipe Carrillo – Na América Latina temos diferentes tipos de crises humanitárias associadas ao refúgio. Por uma parte, crises passadas que, porém, permanecem no tempo ante a impossibilidade que as pessoas acedam a soluções duradouras, casos tais como o da Guatemala, ou o dos deslocados no Peru. Por outra parte estão os casos de crises potenciais, como a que se está produzindo em consequência da violência no México, seja ela passada ou atual, sendo a primeira o caso de Chiapas e a segunda a que está se produzindo como consequência da violência associada à guerra contra os cartéis da droga.

Adicionalmente temos a principal crise humanitária no continente relacionada com a violência na Colômbia, a qual produziu desde meados da década de 1990 até a atualidade um número estimado de 270.000 pessoas em necessidade de proteção internacional, assentadas tão só no Equador, na Venezuela e no Panamá. Neste sentido, também é preciso fazer menção da crise humanitária que se vive no Haiti e que tem conduzido a um dramático aumento no fluxo de haitianos para a República Dominicana e para outros países dentro e fora da região. Este último caso tem a particularidade de que as causas que têm conduzido as pessoas a abandonarem seu país as impossibilitam acederem ao status de refúgio ou de refugiados.

Em vista desta diversidade de situações, tem surgido um enorme desafio para todos os atores envolvidos em buscar proteção àqueles que convencionalmente chamamos refugiados. O caso haitiano é bastante ilustrativo, mas também podemos evidenciá-lo no caso colombiano e mexicano, já que estão relacionados com a complexidade em que se desenrolam os conflitos na América Latina. O anterior é relacionado com o fato de que temos pessoas em condições similares, mas aos

quais não se aplica da mesma maneira o direito internacional de refúgio, devido aos motivos que os forçaram a deslocar-se. Há, na região, pessoas vítimas de conflitos armados, de grupos armados sem status de beligerância, de projetos de desenvolvimento que ameaçam a permanência no território e a conservação de práticas ancestrais, de violência estrutural expressa em exclusão histórica e em precárias condições de vida. Sem embargo, somente uma pequena proporção dessas vítimas podem qualificar-se como refugiadas.

Torna-se, portanto, indispensável a construção de uma resposta integral às diferentes crises humanitárias, uma resposta que seja consequente com as diversas dinâmicas que estão produzindo a migração forçada de pessoas e que conte com mecanismos de proteção ampliada, os quais transcendam o direito internacional em matéria de refúgio, permitindo que a migração forçada seja abordada como um assunto humanitário e não como um tema estritamente econômico ou de segurança nacional.

IHU On-Line – O senhor crê que um "novo modelo político, econômico e de convivência mundial, nesta ordem globalizada, passa necessariamente pela escuta de seus principais afetados". De que modo os países podem fazer isso?

Wooldy Edson Louidor - O novo modelo passa pela inclusão dos principais afetados do atual modelo que é excludente de países (os do Sul) e de diferentes classes de pessoas e grupos sociais, entre os quais estão os indígenas, os negros, os operários, os camponeses, as mulheres, os refugiados, os migrantes.

Os governos e elites devem começar a escutar os excluídos, sua voz profética que critica o atual modelo, suas reivindicações e suas propostas para a construção de um país, uma região e um mundo alternativo que seja includente, democrático, plural, justo, solidário. Até agora, os governos têm escutado somente os detentores do capital transnacional, os governos poderosos dos países hegemônicos e os grandes proprietários de capital em nível nacional.

Ao mesmo tempo, os diferentes grupos excluídos devem articular-se, organizar-se e unir-se para falar com uma só voz e lutar conjuntamente por seus projetos. Neste sentido, apesar de ser uma das regiões mais pobres e desiguais do mundo, a América Latina é também um subcontinente onde existem grandes lutas sociais e políticas contra a exclusão de todo tipo e contra o atual modelo neoliberal que põe o capital e os interesses dos grandes capitalistas e empresas transnacionais acima da pessoa humana. A América Latina é uma região de luta, de esperança e de utopia, onde diversas lutas estão convergindo através de diferentes processos e mecanismos de articulação visando a construção de uma região includente, plural, multiétnica.

IHU On-Line - Qual é o papel dos jesuítas no sentido de aliviar os problemas de refugiados?

Padre Alfredo Infante - A companhia de Jesus assumiu em nível global o desafio das migrações forçadas como uma prioridade. Isto significa que responder ao grito dos migrantes, refugiados e deslocados é política da Companhia de Jesus Universal. O que significa isto? Significa concretizar o sonho de Arrupe[3] que consistia em que todas as instituições sob a responsabilidade dos jesuítas, como o são as Universidades, os centros sociais, colégios, casas de retiros, 'fé e alegria', se inclinem, desde sua especificidade, a responder ao clamor dos refugiados. Uma organização como SJR, - cujo mandato específico é acompanhar, servir e defender os refugiados, - tem como missão dinamizar no interior do corpo apostólico as sinergias adequadas para uma resposta eficaz às necessidades dos refugiados. O SJR trabalha em lugares de fronteiras, acompanhando milhares de pessoas necessitadas de proteção internacional. O conviver no dia a dia com os refugiados e deslocados dá-nos a oportunidade de conhecer a fundo suas necessidades e, partindo de suas necessidades, gerarmos junto a eles iniciativas de desenvolvimento humano e de defesa de seus direitos. Essa convivência diária nos fornece também os pontos para nossa agenda de incidência ante os lugares de decisão e a de propor políticas públicas favoráveis aos interesses das vítimas.

IHU On-Line - Como diretor para a América Latina e o Caribe, tem visitado os acampamentos de refugiados?

Padre Alfredo Infante - Na América Latina, diversamente de outros continentes como a África, não existem campos de refugiados. A maioria dos refugiados vive em comunidades receptoras e nas grandes cidades. Isto não significa que não haja grandes números, porque, por exemplo, de acordo com recentes informações das Nações Unidas, a Colômbia segue sendo a crise humanitária mais importante do mundo, com a cifra mais alta de deslocamentos forçados.

IHU On-Line - Como percebe o estabelecimento da família de refugiados e os desafios em que ela tem que viver?

Juan Felipe Carrillo - Os desafios para as famílias são enormes. É preciso ter em conta que as pessoas que solicitam refúgio têm sido vítimas diretas de vulnerações aos seus direitos, o que supõe que em muitos casos os refugiados acabem de experimentar a ruptura de seu núcleo familiar, seja pela

3 **Pedro Arrupe (1907-1990):** sacerdote católico espanhol, jesuíta, superior geral da Companhia de Jesus. Depois de estudar quatro anos medicina, a contra-gosto de muitos professores e colegas entrou no noviciado da Companhia de Jesus, em Loyola. Sempre teve grande desejo de ir para o Japão. Este desejo tornou-se realidade após dez anos de formação jesuítica, em que se destacam os tempos em que viveu nos Estados Unidos e nos quais que se dedicou à visita aos reclusos mais temidos, com os quais ganhou grande proximidade e afeto. No Japão logo aproximou-se das pessoas, e chegaram a pensar que Arrupe seria um espião americano. Por isso foi preso e depois liberado. Saindo de Yamagushi, foi para o noviciado do Japão, em Hiroshima, como mestre de noviços. Aí se destacou pelo seu serviço incondicional quando da queda das bombas atômicas na Segunda Guerra Mundial. Criou um hospital improvisado nas instalações semi destruídas do noviciado e foi com os noviços à cidade resgatar os sobreviventes, entre outros atos heroicos. Em seguida foi eleito provincial do Japão e em 1963 Superior Geral da Companhia de Jesus, posto que ocupou até 1983. (Nota da **IHU On-Line**)

perda de um ser querido, ou porque a realidade os tem força a separar-se. Esta situação deságua em três desafios fundamentais para nós que realizamos labores humanitários com refugiados.

Por um lado está a necessidade que as pessoas possam assumir e fazer frente aos efeitos de terem perdido um ser querido. Isso não é nada simples e demanda um amplo processo de acompanhamento que pode levar anos e no qual se pretende chegar até a reconciliação, o que não se dá da noite para o dia. Por outro lado está a necessidade de levar a cabo ações tendentes a garantirem a unidade familiar, o que supõe um amplo trabalho com redes para poder contar com informação nos países que expulsam e nos que recebem.

Como terceiro desafio, seria preciso fazer menção sobre como influi o deslocamento forçado nas dinâmicas familiares. Em muitos casos, o fato de ter sido vítimas de vulnerações aos direitos humanos e não ter podido fazer nada a respeito, põe os chefes de lares ou pais de família em situações de impotência que podem ter sequelas psicológicas ante a impossibilidade real de proteger seu lar. Da mesma forma, em alguns contextos de acolhida resulta mais fácil para as mulheres conseguirem uma atividade de subsistência, o que rompe com a concepção tradicional do homem como provedor do lar. E é por esta razão que o trabalho humanitário com enfoque de gênero se torna indispensável para atender às necessidades de homens e mulheres de acordo com sua realidade.

Um aspecto comum aos três casos citados é o papel determinante que assume a mulher na família, seja por assumir o comando do lar, por ser a encarregada de assegurar a unidade da família, ou como geradora de ingressos.

IHU On-Line: Faz 30 anos que os senhores têm o Serviço Jesuíta a Refugiados. Durante este período, quais foram os maiores desafios?

Padre Alfredo Infante - Os desafios têm sido muitos. O SJR iniciou trabalhando nos campos de refugiados, onde a gente está concentrada. Depois, na década dos 90, com os conflitos de Angola na África e da Colômbia e do México na América Latina, nossa entidade assumiu o trabalho com deslocados internos. Hoje enfrentamos um fenômeno muito mais desafiador que são o refúgio e o deslocamento interno, onde os grandes subúrbios terminam sendo o lugar de destino de muitos refugiados. Também há outros desafios, como o são os eco-refugiados, os deslocados por mega-projetos econômicos como mineiros, hidroelétricos, viários. É uma discussão que é preciso fazer, e assim o clássico conceito de refúgio necessita ser ampliado para proteger o direito de uma grande maioria de vítimas.

> **"As pessoas que solicitam refúgio são vítimas de vulnerações aos seus direitos, o que supõe que os refugiados acabam de experimentar a ruptura de seu núcleo familiar"**

IHU On-Line - Um dos temas mais controvertidos da proteção internacional se relaciona com a utilização de crianças em grupos armados e as situações de conflito. O programa dos jesuítas trabalha este tema? Como são as crianças que necessitam ajuda?

Juan Felipe Carrillo - O recrutamento e a utilização de meninos, meninas e adolescentes nos conflitos aramados tem se constituído num enorme desafio para o trabalho do SJR ao redor do mundo. Em muitos casos, os projetos do SJR se adiantam em contextos de conflitos e de alta complexidade social, onde, entre outras situações, o recrutamento de meninos, meninas e adolescentes e sua participação em hostilidades é um risco constante.

Na América Latina, o SJR vem trabalhando desde faz mais de uma década na Colômbia, num programa enfocado em prevenir a vinculação de meninos, meninas e adolescentes a grupos armados e a atividades ilícitas, por meio da formação de meninos, meninas e adolescentes como sujeitos de direitos em torno de dois componentes: resiliência e direitos humanos. Por outra parte, na Venezuela, o SJR veio promovendo o acesso à educação de refugiados e solicitantes como condição necessária para prevenir o recrutamento e a utilização exploradora. Adicionalmente, o SJR faz parte da Campanha Internacional contra a utilização de Crianças ou Meninos Soldados. No marco deste espaço, o SJR denuncia a situação da infância em zonas de conflito e leva a cabo campanhas de sensibilização, emitindo recomendações que chamam a atenção ante estes fatos. O anterior ajuda a estabelecer pontes entre os setores mais excluídos e os centros de tomada de decisão no âmbito internacional.

Sobre as características das vítimas destes delitos, há uma precisão que resulta indispensável fazer, Geralmente, as vítimas de recrutamento são qualificadas como forçadas e voluntárias. É necessário ter em conta que toda vinculação ou utilização de menores se dá de maneira forçada, já que a existência de condições estruturais, tais como a pobreza, a falta de empregos ou de oportunidades de subsistência, a falta de educação, os maus tratos e a violência intrafamiliar, abusos sexuais, desejo de vingança contra quem possivelmente tenha assassinado seus familiares ou entes queridos, um ambiente militarizado, entre outros, viciam a possibilidade do menor de discernir, levando a que sua vinculação sempre se dê de maneira forçada. Estas condições refletem qual é a situação que enfrentam os meninos, meninas e adolescentes, acompanhados pelo SJR.

Refugiados, apenas uma das denominações da crise global

Classificados como parte de um problema humanitário, os refugiados constituem um fenômeno da diáspora atual, diz Roger Zetter, diretor do Refugee Studies Centre, da Universidade de Oxford

Por Anelise Zanoni | Tradução Luís Marcos Sander

Nem só a economia e os números negativos têm o poder de corroer alguns países com a crise global. A palavra que traduz uma sequência de emaranhados e problemas para uma sociedade traz consigo questões mais amplas, com o êxodo forçado e motivado por diversos fatores, entre eles os conflitos.

Muitos países, mesmo longe das perseguições por terras, religião ou pensamentos, vivem diretamente os reflexos da diáspora e se transformam em uma espécie de local de esperança para as levas de refugiados que ali se instalam. Entretanto, conforme revela Roger Zetter, da Universidade de Oxford, o desembarque é marcado por outra crise. Por ironia do destino, os mesmos países que assinaram uma convenção para receber refugiados não os querem mais.

"A contenção, as restrições, a dissuasão e o processamento extraterritorial são os instrumentos-chave de políticas públicas usados por esses países que, em grau crescente, negam as necessidades e reivindicações de proteção dos refugiados", explica.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, o especialista questiona o posicionamento dos governos frente à questão e as mudanças ocorridas neste cenário nos últimos 30 anos e contesta: "Nem sempre, para um refugiado, o retorno para 'casa' significa a melhor ou mais desejada solução para o problema".

Diretor do Refugee Studies Centre, da Universidade de Oxford, Roger Zetter é doutor na área de refugiados pela Universidade de Sussex, na Inglaterra. Foi editor do *Journal of Refugee Studies* e atualmente trabalha com pesquisas relacionadas à temática das imigrações forçadas, assistência humanitária, repatriação e situações pós-conflito. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Você pesquisa há cerca de 30 anos assuntos relacionados à imigração forçada. Durante este tempo, quais as mudanças mais drásticas que você percebe?

Roger Zetter - Há muitas mudanças importantes e significativas ocorridas desde a década de 1980, e destacarei algumas mais óbvias. A primeira delas é a escala global dos movimentos de refugiados. Há 30 anos, grande parte dos refugiados permaneciam em suas regiões de origem e eram poucos os casos em que iam além dos países circunvizinhos. Mas desde a década de 1990 o padrão e os processos de migração de refugiados se tornaram globais. Na Europa, especialmente, mas também na América do Norte e, em grau crescente, em países longe de conflitos – como a Austrália, por exemplo –, os refugiados e requerentes de asilo constituem um fenômeno global.

A segunda mudança, ligada à primeira, tem sido a crescente resistência por parte de países situados no "norte" global a refugiados e requerentes de asilo provenientes do sul global. A contenção, as restrições, a dissuasão e o processamento extraterritorial são os instrumentos-chave de políticas públicas usados por esses países que, em grau crescente, negam as necessidades e reivindicações de proteção dos refugiados. Isto é bastante irônico, pois são esses mesmos países do norte global que criaram, em 1951, a Convenção de Genebra e os princípios cardeais da proteção e "não repulsão" dessas pessoas.

As causas de conflitos e deslocamentos forçados são muito diferentes na era pós-guerra fria. Nessas "novas guerras" percebemos como as consequências de estados frágeis e da governança débil produzem guerras civis complexas, assim como a ascensão de perpetradores de violência e conflitos não estatais que criam episódios repetidos de deslocamento. Em seu grau mais extremo, também assistimos à recorrência do genocídio em Ruanda e em alguns dos países da ex-Iugoslávia, com o ressurgimento do nacionalismo e da limpeza étnica.

Outra mudança foi o surgimento do chamado nexo entre o asilo-migração ou os fluxos migratórios mistos. Estes termos taquigráficos são muitas vezes usados atualmente para expressar a

complexidade da migração internacional contemporânea, que não é simplesmente o resultado de conflito e violência, mas também de desenvolvimento insuficiente e má governança. Vivemos agora uma era impulsionada por processos e padrões complexos de pessoas em movimento, caracterizada por um volume de migrantes e uma diversidade de origens étnicas desconhecidas há apenas 20 anos. Traços particulares são a fluidez de categorias e status e o número relativamente grande de migrantes não documentados em comparação com períodos anteriores. Isto torna muito mais complicada a definição do rótulo de refugiado e explica a crescente resistência por parte de países do hemisfério Norte a pessoas que eles designam como migrantes por razões econômicas.

Repensar o deslocamento

Outra mudança é que as crises de refugiados e os deslocamentos parecem ser muito mais prolongados do que no passado. Consequentemente, há um foco muito maior agora em divulgar essas situações e em promover os "quatro Rs: repatriação – exposta abaixo –, reconstrução pós-conflito, reabilitação e reassentamento. Mas, falando em termos gerais, essas políticas não são bem-sucedidas ou duradouras. "Ir para casa" não é uma opção tão fácil. As tensões étnicas podem permanecer, e a vida e o meio de sustento das pessoas não podem ser retomados facilmente depois de anos de deslocamento.

As estatísticas do Acnur apontam para outras mudanças significativas. Atualmente, as PDIs (pessoas deslocadas internamente) excedem em número os refugiados na proporção de quase três para um. Há cerca de 10 milhões de refugiados, mas quase três vezes mais PDIs. As estatísticas mostram que, enquanto no passado a maioria dos refugiados se assentava por conta própria ou era acampada em áreas rurais, agora a maioria substancial deles se muda para as cidades, criando novos desafios humanitários. Em seguida provavelmente vamos presenciar o aumento abrupto do número de apátridas, ou ao menos agora há um reconhecimento deles. Há mais de 6 milhões atualmente, e eles representam um desafio particularmente difícil para a comunidade internacional.

IHU On-Line - Quais são os impactos das ajudas humanitárias na resolução do problema dos refugiados no mundo?

Roger Zetter - Ao longo dos últimos 40 anos se tornou impossível separar o mundo dos refugiados do mundo do humanitarismo. De muitas formas, os refugiados são classificados como um problema humanitário. Mas o impacto tem sido ambivalente. Durante muitos anos, a intervenção humanitária negou que eles fossem atores ou agentes, preferindo (talvez por acidente, talvez intencionalmente) percebê-los como vítimas dependentes. Isto não significa negar que, muitas vezes, os refugiados são acentuadamente vulneráveis e, com frequência, precisam de assistência para que sua vida seja salva. Mas essas identidades atribuídas aos refugiados suprimem a autorrepresentação destes e contradizem a capacidade de agir que eles mostram. O desafio tem sido desenvolver abordagens de assistência que respeitem a dignidade e autonomia deles e os empoderem particularmente depois que as necessidades imediatas da fase emergencial tenham sido satisfeitas.

> **"A complexidade da migração internacional não é simplesmente o resultado de conflito e violência, mas também de desenvolvimento insuficiente e má governança"**

A proliferação de agências humanitárias é significativa. Na crise de Ruanda, por exemplo, em meados da década de 1990, havia centenas de agências "prestando assistência humanitária". Mas muitas delas não tinham um mandato claro, careciam de capacidade profissional, não prestavam contas e também careciam de uma coordenação eficaz. Isso criou muitos problemas, e, em decorrência disso, as principais ONGs internacionais desenvolveram, na época, as diretrizes da Carta Humanitária e Padrões Mínimos na Resposta a Desastres (**Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response)** para garantir padrões mínimos de assistência e prestação de contas.

Outro desafio tem sido a coordenação das agências intergovernamentais, como o Acnur, Unicef, Cruz Vermelha e Organização Mundial de Saúde na prestação de assistência humanitária de emergência. Em 2005, a Revisão da Reforma Humanitária tratou desses desafios ao estabelecer um sistema para assegurar a melhor coordenação de setores-chave, como, por exemplo, provisão de abrigos, água e instalações sanitárias.

Também presenciamos uma mudança importante na forma como a assistência humanitária é prestada. Em praticamente todas as crises humanitárias das duas últimas décadas, a intervenção e o apoio de militares foram um suplemento necessário da assistência. Ao juntar a assistência com a intervenção militar, as ONGs e agências intergovernamentais correm constantemente o risco de comprometer os princípios humanitários centrais da neutralidade e imparcialidade. Assim, os preceitos e práticas altruístas do humanitarismo são cada vez mais questionados e contestados no mundo dos refugiados.

Em termos positivos, talvez o mais significativo "ganho" humanitário tenha sido a forma como os problemas baseados no gênero passaram a receber atenção. As mulheres e crianças se defrontam com numerosos desafios como refugiadas, e um dos principais deles é a violência sexual e baseada no gênero. Ainda há abismos enormes entre as políticas públicas e a prática. Mas ao menos a comunidade humani-

tária agora reconhece essas necessidades especiais e age com base nelas.

IHU On-Line - Países como o Brasil têm leis que asseguram o asilo de refugiados mas nem sempre têm estrutura suficiente para mantê-los com dignidade. Em sua opinião, quais políticas deveriam mudar para que os refugiados vivessem plenamente nas cidades escolhidas como local de asilo?

Roger Zetter - Possibilitar que os refugiados adquiram status pleno e vivam em dignidade exige mudanças políticas fundamentais em muitos países, não só no Brasil. Num nível operacional, é importante que os países não neguem os artigos impostos na Convenção de 1951. Além disso, alguns países ainda não permitem que os refugiados trabalhem ou limitam o acesso deles ao emprego e, assim, à autossuficiência. E também é verdade que, para países pobres que estão lutando para o desenvolvimento ou mesmo países de renda média como o Brasil, a chegada de milhares de refugiados pobres pode ser vista como uma ameaça às economias frágeis e ao setor informal. O acesso à educação é outro exemplo em que os princípios e a prática diferem.

Além desses fatores instrumentais estão os desafios subjacentes. A partilha do ônus – um conceito popular nos anos 1980 – está voltando à pauta na medida em que muitos países pobres lutam tanto com suas próprias necessidades de desenvolvimento quanto com suas obrigações de receber refugiados de longo prazo. O apoio adequado para os refugiados não deveria ser apenas a responsabilidade do país aonde eles por acaso chegam espontaneamente. Deveria, isso sim, fazer parte de uma resposta verdadeiramente internacional a um problema internacional.

Mais significativa é a necessidade de mudança na retórica política e nas atitudes da mídia. Muitas vezes os refugiados não são bem-vindos, mesmo sabendo que há evidências de que eles dão uma contribuição significativa à economia, particularmente no mundo desenvolvido. Mas níveis cada vez mais rigorosos de "provas" de que se é um refugiado, a redução em direitos e apelos ou recursos, exigências restritivas de entrada, os rótulos de "imigrante ilegal" ou requerente falso de asilo ou até de "requerente ilegal de asilo" (que é uma contradição total) tendem a alimentar a resistência pública à concessão de refúgio e a diminuir os direitos dos refugiados. Poderíamos, com efeito, dizer que requerer asilo não é mais um direito, e sim um último recurso.

IHU On-Line - Cada vez mais o mundo gera novos refugiados ambientais. Quais são os impactos que as mudanças climáticas trazem para os países?

Roger Zetter - O primeiro aspecto a ser ressaltado é que grande parte das pesquisas confirma que a relação causa/efeito entre mudança climática (ambiental) e deslocamento é muito complexa. A relação certamente não é monocausal, com a possível exceção da elevação do nível do mar. A mudança climática é, antes, um fator de segunda ordem que muitas vezes acentua outros indutores mais significativos do deslocamento, como, por exemplo, o crescimento populacional, o desenvolvimento ambientalmente insustentável, a falta de oportunidades econômicas alternativas, o conflito por causa da terra e de outros recursos, como o acesso à água.

> "Tensões étnicas podem permanecer, e a vida e o meio de sustento das pessoas não podem ser retomados facilmente depois de anos de deslocamento"

Grande parte de minha própria pesquisa nos dois últimos anos abordou os impactos da mudança climática e ambiental sobre o deslocamento, desenvolvendo especificamente a capacidade de marcos jurídicos e normativos de proteger pessoas deslocadas por razões ambientais. O aspecto-chave a ser salientado aqui é que o termo "refugiados ambientais" não deveria ser usado, embora seja uma maneira popular de chamar a atenção (ou até de provocar medo) para esse fenômeno novo. A maioria das pessoas deslocadas permanecerá em seu próprio país – elas não cruzarão fronteiras internacionais, o que é um dos critérios para definir um refugiado. O foco da definição de políticas públicas deve ser o deslocamento interno. Além disso, e em todo caso, algumas das cifras projetadas das pessoas que serão deslocadas foram alarmistas, para dizer o mínimo. E, o que é mais importante, chamar essas pessoas de refugiados diminuirá os direitos daquelas que estão fugindo de perseguição e conflito. Isto não significa negar um problema muito significativo, mas mantê-lo na devida perspectiva.

Atualmente, minha pesquisa mostra que, ao passo que há uma atenção crescente aos impactos de eventos hidrometeorológicos extremos (associados com a mudança climática) em termos de deslocamento, dá-se menos atenção aos impactos potencialmente mais graves de mudanças que começam devagar, como, por exemplo, a elevação do nível dos mares, a salinização e especialmente a desertificação, cujos impactos sobre o deslocamento são particularmente difíceis de prever.

Minha pesquisa também mostra que os Princípios Orientadores Relativos ao Deslocamento Interno, de 1988, são um instrumento-chave no desenvolvimento dos direitos de proteção para pessoas deslocadas em função da mudança climática. O alcance desses princípios precisa ser desenvolvido para assegurar que as atuais lacunas em termos de regulamentação, políticas públicas e implementação sejam resolvidas no tocante ao empoderamento das pessoas que provavelmente serão deslocadas, às estratégias de reassentamento, resiliência e adaptação.

IHU On-Line – Existe alguma solução para o desenvolvimento de normas de proteção para garantir as necessidades dos refugiados do clima?

Roger Zetter - Pode-se, de fato, jus-

tificar o desenvolvimento de normas de proteção, pois os direitos humanos dos migrantes ambientais são ameaçados pela necessidade de migrar – por exemplo, a perda de terra e propriedade, reassentamento forçado, etc. Mas esse é um desafio complexo, e, mesmo que essas pessoas sofram perdas, talvez não se separem desse grupo no qual vivem. Na verdade, o que presenciamos é o surgimento de *soft law* [direito não vinculativo], já que, em nível internacional, os estados nacionais não estão dispostos a chegar a um acordo sobre uma nova convenção. Minha pesquisa defende que, em vez disso, se ampliem os princípios do deslocamento para tratar das necessidades específicas dos migrantes ambientais – visto que a esmagadora maioria deles permanecerá em seu país de origem – e se combine com a elaboração de normas complementares e temporárias de proteção para aqueles que cruzam fronteiras internacionais.

IHU On-Line – Em sua opinião, a repatriação é a melhor solução para os refugiados?

Roger Zetter - A repatriação é uma das três chamadas "soluções duráveis" clássicas para crises que envolvem refugiados. E, de fato, muitos milhões voltaram "para casa" em décadas recentes. A comunidade internacional prefere isto porque parece ser uma solução "perfeita" e, aparentemente, a mais fácil. Pode-se considerar o problema encerrado. E o conceito de retorno para uma "casa" contém um forte apelo emocional. Entretanto, isto não quer dizer que ela seja a melhor solução e tampouco que seja sempre desejável. Após anos de exílio, a "casa" terá mudado drasticamente – em termos políticos, econômicos, sociais – e as pessoas que retornam não podem voltar e reiniciar sua vida. Elas talvez não sejam aceitas, e voltar a misturar pessoas que foram separadas por conflitos não dá certo, como vimos em muitas das repúblicas da ex-Iugoslávia. De qualquer modo, após anos de exílio, elas podem ser integradas no país que as recebeu, embora sem todos os direitos sociais e políticos de que os cidadãos desse país desfrutam: a repatriação talvez quase repetisse a experiência do deslocamento.

> "De muitas formas, os refugiados são classificados como um problema humanitário"

Onde a repatriação é "arranjada" como parte de uma "solução" internacional, como, por exemplo, no Afeganistão e no Iraque, os refugiados que voltam se tornam refugiados de novo, ou se envolvem numa migração interna secundária, ou são forçados a sair de seus locais de origem. O que está claro é que raramente se permite que os próprios refugiados se apropriem da repatriação. Quando eles fazem isso, as evidências mostram que o retorno espontâneo, e não o retorno planejado (chamado – equivocadamente, em minha opinião – de retorno voluntário) é muito mais bem-sucedido.

Os refugiados voltam para casa quando estão dispostos a fazer isso. Este é um fato político e financeiramente inconveniente para a comunidade internacional. E nós precisamos reconhecer que cada caso é diferente e que o retorno pode ser um processo prolongado, e não um acontecimento "único" em larga escala.

IHU On-Line - Como podemos perceber o "rótulo" de refugiado em tempos de globalização?

Roger Zetter - Como sugeri, temos passado e continuamos passando por uma era de transformação profunda nos padrões e processos de migração internacional e especificamente no que diz respeito aos movimentos de refugiados. As causas do deslocamento forçado e, por conseguinte, da geração de refugiados também mudaram fundamentalmente. Consequentemente, eles constituem muito mais um fenômeno de diáspora na atualidade. O exílio é mais prolongado, e o rótulo de refugiado contém mais "fluidez". Os Estados querem classificar os migrantes em categorias nítidas e claras de imigrantes, mas isto não é fácil no mundo contemporâneo. Como escrevi, temos cada vez mais rótulos para designar pessoas em situações semelhantes à de refugiados, mas é cada vez mais difícil para os refugiados reivindicarem efetivamente o que é agora o valorizado status que têm. Temos de ir além de categorias excessivamente simplificadas, funcionalistas, e reconhecer que os refugiados podem ter uma pluralidade de filiações e a capacidade de lidar muito bem com essas identidades múltiplas. Todavia, essas características não deveriam depreciar a necessidade fundamental de proteção dos refugiados.

Interesses nacionais

Há um argumento segundo o qual deveríamos abandonar a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967, porque eles são irrelevantes para os indutores contemporâneos da migração de refugiados e para a "identidade" dos refugiados em comparação com as condições vigentes na época em que a Convenção foi acordada. Por outro lado, a Convenção tem sido notavelmente durável na salvaguarda dos princípios fundamentais da proteção e na busca de soluções para problemas de refugiados, mas também adaptável a essas condições cambiantes. O Acnur, como o portador do dever da proteção internacional, é muitas vezes criticado por ser adaptável demais e político demais em suas ações. Minha opinião é que temos de reconhecer a natureza fundamentalmente política do regime de refugiado e como os interesses dos Estados são mediados pela Convenção e pelo Acnur. A partir desta perspectiva, abandonar a Convenção seria abandonar as pessoas cujos direitos humanos – e, de fato, cujas vidas – correm o maior risco. Ao mesmo tempo, deveríamos reconhecer que o Acnur é apenas um servidor dos interesses dos Estados. E ele tem sido notavelmente bem-sucedido em encontrar um caminho complicado por entre os interesses de Estados soberanos, suas profundas obrigações para com os refugiados e as características cambiantes das crises envolvendo refugiados no mundo inteiro.

A vida dos refugiados em Angola

Serviço destinado a quem busca proteção e refúgio legal, o Serviço Jesuíta aos Refugiados em Angola teve a colaboração do irmão Paulo Welter por seis anos

Por Anelise Zanoni

Durante quase seis anos, o Ir. Paulo Welter, SJ, trabalhou no Serviço Jesuíta aos Refugiados em Angola e, de 2008 até final de janeiro de 2011, ocupou a função de diretor nacional do Serviço Jesuíta aos Refugiados neste país. Entre os projetos que participou junto ao SJR está a Assistência Jurídica Gratuita aos Requerentes de Asilo e Refugiados, uma parceria com o Acnur e o governo angolano. O serviço destina-se àqueles que buscam proteção e refúgio legal e proporcionou uma experiência marcante para Welter.

Durante sua jornada, o irmão, que é formado em Direito, ajudou a construir quatro escolas e viu de perto a luta pela sobrevivência em um dos países da África em que a guerra civil de 27 anos produziu muitos refugiados. Confira o depoimento feito pessoalmente à **IHU On-Line**.

"Quando fui para Angola, em 2005, pedi para trabalhar no Serviço Jesuíta aos Refugiados - SJR e sabia pouco sobre a África. Sabia que encontraria uma missão jesuítica que já implemetava e desenvolvia alguns projetos, mas não imaginava como seria o desafio. Desde 1996, o Serviço Jesuíta aos Refugiados estava lá, ou seja, em plena guerra civil, se estabeleceu no país assim como outras organizações de ajuda humanitária. Inicialmente, protegendo a vida dos angolanos e buscando encontrar a melhor forma de estar junto com os mais fracos e necessitados. O SJR se mantém com uma equipe de colaboradores devidamente preprarados, entre eles a maioria já viveu a guerra de perto e, hoje, retribui com suas vidas a outros africanos que buscam proteção e refúgio em Angola. Em 2002 veio a paz e milhares de angolanos estavam deslocados internamente no seu país e inúmeros estavam no exterior.

Com a paz, em 2002, iniciou o processo de regresso dos angolanos e, lentamente, alguns retornaram, mas tinham medo de que a paz não fosse verdadeira e segura.

Na época em que vivi no país, fizemos atividades de resolução de conflitos entre famílias para viverem a paz. Assim, iniciaram suas vidas nas condições e sofrimentos que carregaram no seu coraçao ferido. Ainda havia muitas pessoas que queriam vingar-se daqueles que tinham provocado a mortes de seus queridos e familiares. Convidamos e recomendamos estas pessoas a participarem de atividades de reconciliação. Era preciso procurar encontrar uma solução para perdoar o irmão africano e levar a vida adiante. Realizaram-se muitos seminários e formação com o enfoque sobre o perdoar-se mutuamente e reconstruir a vida com o que sobrou e viver em paz. A ideia era viver os últimos anos e deixar uma vida melhor para seus filhos e netos.

O desafio de construir escolas

"Quando cheguei, recebi a missão de construir quatro escolas na fronteira com a Zâmbia destinadas aos angolanos refugiados que regressaram deste país. Já havia outras em alguns locais, mas eram construções provissórias de paus e capim. A intenção da construção das quatro escolas era de que os filhos e adultos apreendesem a língua oficial, o português. Pois, após tantos anos na Zâmbia, falavam inglês e suas línguas maternas, principalmente o luvale e o chocwe. Escolhemos o método de ensino Dom Bosco dos Salesianos, que faz uma pessoa falar e aprender o português em três meses.

A vida neste ambiente era frágil e delicada. Isto porque tudo era quase mato. Não havia luz elétrica. A água potável estava longe. Os serviços de saúde eram precários e a malária atacava muitas pessoas - desta eu também não me safei. Afinal, as pessoas começavam a derrubar o mato e a construir uma casinha qualquer. O africano sente e deseja muito encontrar a sua tradição, costumes, amigos e voltar para as origens, onde pais e seus antepassados viviam. Eles queriam voltar para essa terra. Nem sempre era possível localizar o lugar e, às vezes, o local já estava ocupado por outras pessoas. Devemos sempre ter em mente como fica um lugar abandonado por mais de 30 anos, com guerra e destruição.

No início, tinha de apreender muito para entender um pouco da cultura local e africana. Era estranho chegar a uma comunidade e propor a construção de uma escola. As pessoas com tantas necessidades não queriam ajudar na construção. Por que em meio de tanta necessidade as pessoas estavam indispostas? Esta era uma pergunta que não

saía da minha cabeça dia e noite. Foi quando certo dia uma senhora de mais idade, respeitada na comunidade e muito sábia, me explicou o motivo, ao dizer: Estamos cansados de construir escolas, pois a guerra sempre destrói tudo. Será que a paz é definitiva e a guerra não volta mais e podemos confiar e estabelecermos aqui nesta comunidade? Depois de mais algumas conversas, eles começaram a mostrar interesse, apoiar e ajudar com muito carinho, o que é próprio do africano. No local já tinham colegas do SJR que conseguiram comprar algum material de contrução, tal como cimento, blocos de barro secos ao sol, zinco. Com a ajuda local construímos as quatro escolas, que ficaram bonitas. Não sou construtor, mas tínhamos uma ideia de como fazê-las; morávamos numa casa no interior. Éramos bem acolhidos no local porque éramos pessoas que transmitíamos esperança e poderiam contar conosco. Vivemos nas mesmas condições e riscos como eles. Além do mais, a nossa presença também simbolizava que a paz era verdadeira pelo fato de as pessoas estrangeiras estarem com eles em um local distante de tudo. Além disso, os meios de comunicação não existiam e as notícias e novidades eram transmitidas verbalmente. Éramos um sinal de que havia segurança e de paz."

Campos de refugiados

"Em Angola não há campo de refugiados. Na verdade, é um dos poucos países da África que não os têm. Entretanto, há alguns centros de acolhimento. O refugiado é uma pessoa que deixa seu país for falta de proteção da sua e vida e busca desesperadamente um país que o acolhe e lhe proporciona protecção. Em Angola havia muitos deslocados internos no próprio país, não usufruindo da proteção internacional como os demais refugiados, e, sim, passando por sofrimentos muito piores, tais como fome, insegurança, ataques, mortes e todo tipo de violência e insegurança, usados principalmente para soldados na guerra civil.

O leste do país, por exemplo, foi a região mais afetada pela guerra, e as pessoas fugiram para os países vizinhos ou, então, quem conseguia passar pelas minas e tantos outros obstáculos veio para a capital, Luanda, que cresceu muito e de forma irregular.

No tempo da guerra civil cerca de 800 mil angolanos se refugiavam em outros países. Sem falar naqueles que fugiram de qualquer maneira e sem registros. De 2003 até 2007 haviam regressado 409.450 refugiados. Agora, em 2011, está previsto o retorno de mais angolanos na condição de refugiado, sendo 111.589 da República Democrática do Congo, 2.653 do Congo, 5.904 da Namíbia, 506 de Botswana, 16.267 da Zâmbia o que totaliza um número de 137.919 para pessoas retornarem para seu país, Angola. Existem ainda muitos angolanos refugiados na Europa e nas Américas. Por exemplo, no Brasil existem 1.688 angolanos na condição de refugiado.

> **"Enterrávamos refugiados falecidos e ajudávamos muitas pessoas doentes, sem remédio. Muitos imploravam ao Serviço Jesuíta aos Refugiados e outras organizações, igrejas por auxílio, para serem levados ao hospital e tantas outras necessidades"**

Conflitos constantes

"Enterrávamos refugiados falecidos e ajudávamos muitas pessoas doentes, sem remédio. Muitos imploravam ao Serviço Jesuíta aos Refugiados e outras organizações, igrejas por auxílio, para serem levados ao hospital e tantas outras necessidades. Sem falar que a malária e outras doenças tropicais são constantes na região, e mães e crianças morriam com frequência.

Outra questão era o fato de a Angola, mesmo tendo milhares de refugiados e deslocados internos, ao mesmo tempo ainda recebia pessoas na mesma condição, principalmente da Ruanda, Costa do Marfim, Sera Leoa e dos Congos. Muitos entraram pela fronteira do país em plena guerra civil, juntavam-se aos soldados que lutavam. A intenção única era sobreviver e chegar um dia à cidade de Luanda como um porto seguro e de esperança para reconstruir suas vidas.

Angola tem aproximadamente 14 mil refugiados e 4 mil solicitantes de asilo. A maioria vem da República Democrática do Congo, seguido por Costa do Marfim, Congo-Brazzaville e outros países, como Chade, Ruanda, Burundi, Uganda, Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Burkina Fasso, República Centro-Africana e Somália. Estas pessoas estão fugindo, principalmente, de conflitos políticos e étnicos e buscam Angola porque o país é signatário das Convenções Internacionais e, portanto, procura oferecer condições de proteção legal e solidariedade. São estas pessoas a quem dedicamos o nosso trabalho e aos seus filhos que nasceram em Angola e muitos na condição de apátridas. Mas se está buscando soluções para que estes deixam de ser apátridas e tenham uma nacionalidade e documentos."

Busca pela paz

"Com a paz vieram as oportunidades, as empresas internacionais de reconstrução se instalaram, e a esperança por dias melhores se fez sentir. Hoje o mercado informal mobiliza a população que tenta sobreviver em um país rico em petróleo e diamantes e que necessita criar urgentemente políticas justas para evitar poucos ricos e muitos pobres.

O projeto de assistência jurídica gratuita que implantamos também ajudou a população e trouxe mudanças, porque buscamos uma forma de barrar as prisões de refugiados, dar formação aos refugiados e autoridades, lutamos por uma vida mais digna, exigimos que

"Às vezes eu não sabia qual técnica usar; não pensava mais na advocacia, mas em que forma poderíamos fazer o trabalho para ajudar as pessoas"

as Convenções Internacionais das quais Angola faz parte fossem cumpridas e igualmente as leis nacionais.

Às vezes eu não sabia qual técnica usar; não pensava mais na advocacia, mas em que forma poderíamos fazer o trabalho para ajudar as pessoas. Tivemos de lidar com pessoas problemáticas e aprender a convencê-las, mudar de opinião e atitudes. Graças a Deus, nossa equipe era unida, corajosa, otimista e motivada em princípios, valores e na missão do SJR de acompanhar, servir e defender os refugiados e requerentes de asilo em qualquer circunstância ou condição."

Curiosidades

Angola tem uma população aproximada de 15 milhões e mais de 50% têm menos de 20 anos de idade. A expectativa de vida gira em torno de 38 anos para o homem e 44 anos para a mulher. No continente africano a Angola é o segundo produtor de petróleo, quarto em diamantes. A agricultura é primitiva e necessita ser desenvolvida. A população vive com 1 dólar americano por dia. É no mundo o segundo em mortalidade infantil. O sistema político é presidencialista, e o atual presidente está no cargo há 32 anos. Desde 2002 o país iniciou a reconstrução em todos os sentidos, tais como vidas e infraestruturas. Atualmente o custo de vida é muito elevado devido à importação da maioria dos produtos alimentícios. Muito deve ser feito por lá, e a qualidade de vida está melhorando com possibilidades de ser ótimo país de referência no continente africano.

Tolerância em nome da pacificação

Jornalista e doutor em Ciências da Comunicação, Jacques Wainberg explica que boa vontade e esforço são necessários para que a diferença entre culturas não se transforme em munição para o ódio

Por Anelise Zanoni

A busca da pacificação e da tolerância a minorias como os refugiados exige esforço e boa vontade. Do contrário, de acordo com Jacques Wainberg, pós-doutor em ciências da comunicação, lançamos munição suficiente para a incitação ao ódio e à pregação genocida.

Com a capacidade de captar a atenção do público, "a mídia tem certo poder em estabelecer uma pauta pública de debates e de criar um clima de opinião pública sobre temas sociais", reflete o especialista. A partir desse ponto de vista, fica claro que a imprensa tem em mãos a possibilidade de colaborar para a manutenção da paz – ou da guerra. Entretanto, o interesse por fatos violentos, que incitam o ódio, são mais propensos à audiência.

"A violência atrai mais a atenção do que a paz", diz o jornalista, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, justificando o porquê de preferirmos "prestar mais atenção nos bandidos do que nos pacificadores".

Nessa perspectiva, um instrumento que ajudaria na tolerância humana por meio da mídia seria o jornalismo para a paz, "um propósito nobre que envolve a mudança de valores do jornalismo na forma como ele é praticado hoje em dia."

Graduado em História pela PUCRS, Jacques Wainberg é bacharel em Jornalismo pela Universidade da Flórida, mestre em Jornalismo pela University of South Carolina, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP e pós-doutor pela Universidade do Texas. Atualmente é professor titular da PUCRS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Muito se fala sobre a interculturalidade e mescla de identidades, o que nos faz pensar que o mundo está aberto para as diferenças. Entretanto, percebemos a intolerância. Você acredita que esse seja um movimento que colabora para a geração de conflitos?
Jacques Wainberg – Não há a menor dúvida que as diferenças em geral, e as culturais em particular, são obstáculos a serem ultrapassados na busca da pacificação. Este não é um desafio fácil como se observa nos inúmeros fatos da história. Gostamos de nos cercar de pessoas que partilham valores comuns. Nossa cultura é nossa zona de conforto. Nela não precisamos nos explicar, pois o que fica subtendido ou implícito é perfeitamente compreendido pelos que partilham comigo de um lastro comum. O contrário também é verdadeiro. A diferença demanda boa vontade e esforço para que não se torne em munição para a incitação ao ódio e à pregação genocida.

IHU On-Line - Atualmente, com o número avançado de conflitos pelo mundo, como você avalia a cobertura da imprensa sobre a situação dos milhões de refugiados no mundo?
Jacques Wainberg – Na Europa este é um tema presente. Lá os refugiados são visíveis e em grande número. Eles

chegam às costas da Itália, da Espanha e de outros países tornando sua aclimatação ao novo ambiente um desafio que envolve toda a sociedade. A mídia cobre todo este drama intensamente.

IHU On-Line – No seu artigo "Nações em guerra, repórteres em luta"[1] você fala que, quando se está em guerra, a reportagem torna-se uma extensão do esforço militar de abater o inimigo. Sob essa perspectiva, como a mídia pode modular pensamentos e ideias sobre a produção massiva de refugiados no mundo?
Jacques Wainberg - A mídia tem certo poder em estabelecer uma pauta pública de debates e de criar um clima de opinião pública sobre temas sociais. Isso também ocorre no tema dos refugiados. Na Inglaterra, por exemplo, o embate é feroz. A aversão à chegada de novos imigrantes e refugiados é crescente. A primeira-ministra alemã e o primeiro-ministro inglês declararam recentemente que o multiculturalismo fracassou. Na França este embate envolve agora a polícia que prende mulheres que andam nas ruas com burca. A mídia, ao dar destaque a estes assuntos, acirra o debate e os ânimos.

1 Artigo publicado na Revista Famecos, n. 5, de nov. 1996. Disponível em http://migre.me/4yUOZ. **(Nota da IHU On-Line)**

> "A diferença demanda boa vontade e esforço para que não se torne em munição à incitação ao ódio e à pregação genocida"

IHU On-Line – Você acredita que uma forma de modificar a atuação da mídia seria por meio do Jornalismo para Paz?[2]
Jacques Wainberg - O Jornalismo para a Paz equivale ao movimento iniciado com a Educação para a Paz. É um propósito nobre que envolve a mudança de valores do jornalismo na forma como ele é praticado hoje em dia. Não é impossível colocá-lo em prática, mas é difícil.

2 **Jornalismo para Paz:** corrente jornalística que prega a cobertura de conflitos de forma construtiva. Foi criada a partir da conclusão de que a maioria das notícias sobre conflitos muitas vezes tem um viés de valor para a violência. **(Nota da IHU On-Line)**

IHU On-Line - Como a mídia poderia usar o exemplo do Jornalismo para Paz a fim de tratar questões relacionadas a conflitos e refugiados?
Jacques Wainberg - Estudos empíricos têm mostrado que ele tem sido praticado ocasionalmente. É um instrumento que ajuda a tolerância humana em relação aos temas polêmicos que usualmente dividem as pessoas.

IHU On-Line – Com a chamada Era do Terror percebemos a potencialidade comunicacional do ato terrorista. Você acredita que a morte de Osama bin Laden pode representar uma guinada no conteúdo da imprensa?
Jacques Wainberg - Não acredito. A violência atrai mais a atenção do que a paz. Preferimos prestar mais atenção nos bandidos que nos pacificadores.

Leia Mais...

Confira outra entrevista concedida por Jacques Wainberg e publicada no sítio do IHU:

* 11 de setembro: cinco anos. O terror transmitido ao vivo pela mídia. Entrevista publicada em 12-09-2006 nas Notícias do Dia e disponível em http://migre.me/4yUCB.

Evento: IHU ideias - Junho 2011

Novo código florestal brasileiro: degradação da agricultura, aumento dos problemas sociais e destruição da natureza

Prof. Francisco Milanez - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e Fundação para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado (Ecofund)

Data: 02 de junho

Horário: Das 17h30min às 19h

Informações em www.ihu.unisinos.br

Rio Grande do Sul aberto ao multiculturalismo

Na opinião da relações-públicas Karin Kaid Wapechowski, a troca cultural feita entre a comunidade e os refugiados instalados no RS ajuda-os a ter a sensação de que pertencem à cultura gaúcha

Por Anelise Zanoni

Para muitos gaúchos, a imagem do refugiado está muito além da realidade local. Estaria ligada diretamente a conflitos em outros territórios ou continentes. Entretanto, o Rio Grande do Sul é um dos estados listados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur como local de abrigo. Até hoje, cerca de 220 indivíduos ingressaram aqui com essa denominação, de acordo com Karin Kaid Wapechowski, coordenadora do Programa de Reassentamento Solidário da Associação Antonio Vieira – Asav.

Em entrevista por telefone à **IHU On-Line**, ela revela as dificuldades de adaptação deles e os procedimentos necessários para acomodá-los. Conforme a experiência que tem, afirma que "na maioria dos casos, os refugiados desembarcam em condições bastante precárias".

Além da transição de lar, eles "vivem em deslocamento, com o tecido social desagregado". Dessa forma, "perdem o contato com amigos e familiares e, cada vez que se deslocam, reiniciam nova rede".

Para um convívio ideal, algumas ideias são lançadas, como o apoio de comunidades e governos e a mobilização da mídia – que, na opinião da especialista, precisa sensibilizar o público e fazê-lo entender que a situação das pessoas que buscam refúgio está ligada à violação dos direitos humanos.

Relações-públicas, Karin Kaid Wapechowski é especialista em Comunicação de Massa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e em Administração de Organizações do Terceiro Setor pela UFRGS. Atualmente é coordenadora do Programa de Reassentamento Solidário da Associação Antônio Vieira – Asav, mantenedora da Unsinos. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como é o trabalho da Asav no estabelecimento dos refugiados?

Karin Kaid Wapechowski - O programa para refugiados no Rio Grande do Sul existe desde novembro de 2003, quando assinamos o primeiro acordo entre o Acnur e a Asav. Na época, iniciamos as atividades com um grupo de 16 pessoas, hoje 220 já passaram ou estão no programa. Na nossa rotina, incluímos e integramos refugiados nas comunidades de acolhida. Definimos quais serão os municípios onde eles viverão e quais os critérios gerais em termos de saúde, educação e manutenção das famílias. Dentro dessa parceria, o governo deve dar acesso a eles a redes básicas, assim como é feito para os brasileiros, e oferecer acesso fácil a igrejas e empresas. Os municípios também fazem parte dessa parceria, cooperando de diferentes formas.

A agência é responsável por construir infraestrutura para receber famílias, desde a locação de imóveis até a montagem das casas, porque, às vezes, eles desembarcam apenas com a roupa do corpo.

Receber refugiados significa um recomeço. Tudo o que providenciamos é simples, mas algumas regras são definidas. Por exemplo, o importante é que as casas sejam perto do emprego deles ou das escolas e postos de saúde.

IHU On-Line - Qual a atual realidade dos refugiados que chegam ao Rio Grande do Sul?

Karin Kaid Wapechowski - Na maioria dos casos, os refugiados desembarcam em condições bastante precárias. O Equador, por exemplo, é um dos países que mais abriga colombianos, mas tem poucas condições de recebê-los. Há pouca infraestrutura na área da saúde, por exemplo. Então, quando desembarcam no Rio Grande do Sul precisam de tratamentos, porque têm doenças crônicas e precisam de especialistas.

Essas pessoas estão há muito tempo longe da terra natal, vivem em deslocamento, com o tecido social desagregado. Eles perdem o contato com amigos e familiares e cada vez que se deslocam reiniciam nova rede. Enquanto estão fugindo para se proteger os refugiados deixam para trás a confiança e as amizades.

No total, cerca de 220 pessoas passaram pelo programa como refugiado. Eles têm o direito de circular em território nacional e, durante os primeiros 12 me-

ses, são orientados para que pelo menos permaneçam nas proximidades da cidade em que foram acolhidos inicialmente. Isso facilita nossa orientação e acompanhamento. Durante esse tempo, eles têm aulas de português e capacitações para se integrar na sociedade.

Atualmente, estamos com um projeto de reassentamento de colombianos e eles representam maioria no Rio Grande do Sul. A Colômbia gera muitos refugiados e temos a perspectiva de aumento do número de pessoas deslocadas que tentam proteger-se do próprio país e buscam outro território. De maneira geral, eles surgiram a partir de conflitos do narcotráfico e questões relacionadas à violência. Também temos cerca de 60 palestinos, sendo que alguns deles são vulneráveis devido à idade e a questões de saúde.

Ainda assim, quando as pessoas não se integram em sua terra natal devido à discriminação, perseguição ou segurança, podem procurar as Nações Unidas para buscar proteção e se candidatar aos programas de reassentamento. Na maioria das vezes, aqueles que chegam aqui já foram reconhecidos por um outro país e estão no Brasil como reassentados.

IHU On-Line - Quais os principais problemas que eles se deparam quando chegam ao Brasil?

Karin Kaid Wapechowski - Precisamos ficar alguns meses nos preparando para saber quais são os hábitos dos refugiados. Porém, somente quando eles chegam é que conseguimos descobrir exatamente quais são as demandas e adaptações que teremos de fazer. Os colombianos, por exemplo, têm menos dificuldades de adaptação, porque têm realidades mais próximas àquelas dos brasileiros. Entretanto, eles precisam de adaptações na montagem das casas, porque têm gostos e hábitos diferentes.

Por outro lado, os palestinos têm mais dificuldade, devido ao fato de que sua cultura contém mais diferenças. Nesses casos, há uma parceria entre a comunidade árabe-palestina de Porto Alegre e a Federação Palestina, com lideranças políticas e religiosas. Por meio dessa união temos também o apoio de comunidades de Santa Maria, Venâncio Aires, e Pelotas, que já receberam palestinos.

> "Deve-se entender que os refugiados receberam esta denominação porque passaram por péssimas condições, tiveram os direitos humanos violados"

De maneira geral, as famílias são acomodadas conforme a distribuição social e política dos palestinos no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, o idioma sempre representa a maior dificuldade, principalmente para homens mais velhos. Eles sofrem para aprender e são mais resistentes. Precisam fazer adaptações, mesmo sabendo que há muitas pessoas da comunidade para ajudá-los.

IHU On-Line - Os refugiados conseguem se adequar facilmente à cultura e aos hábitos dos gaúchos?

Karin Kaid Wapechowski - Há um meio termo, porque a própria comunidade palestina interage muito bem com os refugiados. Um dos grupos veio do deserto da Jordânia, e muitos deles não conheciam escadas e janelas. As crianças ficavam encantadas, os adultos ficavam surpresos quando viam a chuva.

A comunidade palestina já instalada no estado foi muito acolhedora, o que ajudou os refugiados a mesclarem hábitos culturais, como fumar narguilé e beber chimarrão. Em Sapucaia do Sul, por exemplo, um casal se habituou a usar a camiseta do Grêmio. Eles já conseguem saber o que está acontecendo com os times e vão ao estádio. Mesmo assumindo alguns gostos por influência dos outros, eles não deixam de frequentar a mesquita, cultuar o Ramadã e fazer jejum. Grande parte deles também sente a necessidade de fazer essa troca cultural, o que torna a pessoa pertencente ao local onde está vivendo. Entretanto, algumas famílias ainda ficam fechadas - as mais tradicionais demoraram mais para sentir segurança na cidade.

IHU On-Line – É constante vermos na imprensa regional reportagens sobre o desembarque de refugiados no estado e sua adaptação. Como você avalia a cobertura jornalística feita sobre o assunto?

Karin Kaid Wapechowski - Não acho que os refugiados precisem de divulgação. A causa do refúgio é resultado de conflitos no mundo inteiro, mas as pessoas acreditam que a questão está muito longe da realidade que vivemos. Porém, não está. Temos problemas regionais constantes e não precisamos ir à África para compreender os conflitos. O tema é novo, o reassentamento é novo e faz parte de um trabalho "de formiguinha". Quando fazemos a divulgação de algo para os jornalistas é preciso cuidado para que as pessoas sejam sensibilizadas para o problema, porque isso existe e faz parte da nossa realidade. A cobertura jornalística precisa ser cuidadosa, porque queremos que as pessoas sejam acolhidas de forma especial, para que não se formem guetos e comunidades só de refugiados. Gostaríamos de passar a ideia de acolhimento e, para isso, o público precisa ser sensibilizado e compreender a questão do refugiado.

Além disso, antes de apenas publicarem reportagens, deve-se entender que os refugiados receberam esta denominação porque passaram por péssimas condições, tiveram os direitos humanos violados. Muitos não eram pobres, mas sofreram perseguições e perderam tudo. Muitas vezes questiona-se por que estamos ajudando-os em vez de ajudar os brasileiros necessitados. A mídia precisa explicar a situação dessas pessoas que buscam refúgio, que passaram por situações de violência e de violação dos próprios direitos.

IHU On-Line - Os refugiados ambientais já são uma realidade para o Brasil?

Karin Kaid Wapechowski – Eles já existem, mas ainda não usamos esta denominação. O Brasil atualmente usa o visto humanitário para cerca de mil haitianos que vieram ao país, vítimas do terremoto, e que estão instalados na região do Acre.

Imigrante ou refugiado: diferentes perspectivas de vida

Antropóloga, a pesquisadora Denise Jardim afirma que é importante reconhecer que as pessoas que pedem refúgio não só vivenciaram uma situação de violência, mas tiveram os direitos humanos violados

Por Anelise Zanoni

Diferentes motivações e experiências de vida movem grupos de estrangeiros a encontrarem um lar no Brasil. As denominações para cada tipo de pessoa envolvida na mudança e o resultado prático e emocional são bem mais complexos do que podemos imaginar. Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, a antropóloga Denise Jardim explica que, antes de pensarmos sobre as gêneses que envolvem a imigração, é preciso conhecer as relações feitas em torno das palavras "imigrante" e "refugiado".

"À primeira vista, os termos são imprecisos e intercambiáveis, mas se ambos parecem sempre buscar melhores condições de vida e, em alguns sentidos, compartilham um sentimento de exílio voluntário ou involuntário, os termos guardam singularidades que devemos conhecer com maior cuidado", explica.

Sob essa ótica, torna-se necessário compreender que o imigrante tem a perspectiva de retorno, mesmo que imaginada. O refugiado, como diz Denise, "raramente consegue uma reinserção no local de origem, seja porque aquele lugar social não existe mais, ou porque há enormes limitações ao 'retorno'. Além disso, a situação de violência, de sequela psicológica, também significa um desterro em prol de sua vida."

Antropóloga associada do departamento de Antropologia e Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Denise Jardim é mestre e doutora na área. Realizou estágios de pós-doutorado no departamento de antropologia social da Universidad Complutense de Madri e trabalha com identidade étnica e minorias nacionais, com especial atenção à trajetória de imigrantes palestinos na América Latina. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em sua opinião, como a sociedade contemporânea deveria perceber o fenômeno da imigração, principalmente tendo em vista a grande produção de refugiados e de pessoas em busca de melhores condições de vida?

Denise Jardim - É preciso pensar um pouco sobre as diferentes motivações que estão na gênese de uma imigração para compreender melhor o que está em jogo quando distinguimos "imigrantes" de "refugiados". À primeira vista, os termos são imprecisos e intercambiáveis, mas se ambos parecem sempre buscar melhores condições de vida, e em alguns sentidos, compartilham um sentimento de exílio voluntário ou involuntário, os termos guardam singularidades que devemos conhecer com maior cuidado.

Na imigração contemporânea alguém que organiza sua saída e seu destino tem inúmeras dificuldades a enfrentar nesse empreendimento. Pode estar sendo motivado por razões econômicas, se assim reduzirmos a busca de uma melhoria de sua vida material. Mas percebe-se diretamente um sujeito que se desloca e busca reorganizar sua vida e isso implica criar novas formas de maternidade (ao deixar filhos sob cuidados de outros parentes) ou proteger-se e usufruir dos aprendizados em uma rede de conterrâneos - tão estranhos a ele quanto o novo país que busca inserção. Portanto, mesmo que signifique um recomeço, um projeto de melhoria econômica, pode iniciar com um desembolso financeiro importante e custoso e um alto custo na sua vida pessoal e afetiva. Imigrar, por vezes, é parte da solução de problemas (de ordens bastante diversas) no lugar de partida, ou parte de uma dinâmica de reunificação de famílias que vivem em países diversos e que para reencontrar-se têm de imigrar novamente.

Nova percepção

E o que isso difere de nossa percepção sobre refugiados? Queria chamar a atenção para o fato de que o termo refugiado começa a ser concebido já durante a guerra civil espanhola na Europa para referir aquelas pessoas, civis, que saíram de sua casa ou cidade, atravessaram o monte Pirineus no inverno a pé e não tinham perspectiva de retorno à sua moradia. Refiro-me ao bombardeio da cidade Basca (Guer-

nica)[1] por exércitos da Alemanha e a cumplicidade de Franco.[2] O termo emerge após a Segunda Guerra Mundial e, em 1951, é concebido como o estatuto dos refugiados vinculado à criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur que trata especificamente sobre a proteção dos direitos humanos e os compromissos entre Estados signatários.

O termo "refugiado" está entrelaçado ao direito internacional, e o compromisso firmado após a Segunda Guerra Mundial quanto à proteção de civis durante conflitos bélicos entre exércitos (militares de ofício). Concentra-se no compromisso firmado entre Estados nacionais em proteger civis que foram vítimas de conflitos armados. Na experiência sul-americana, o estatuto de refugiado inclui a percepção de que os compromissos entre Estados são também relativos à proteção do indivíduo perante a violência do próprio Estado em relação a cidadãos. Portanto, o "refúgio" se torna uma figura jurídica que vai tomando contornos no direito internacional e também, entre os Estados signatários, detalham-se as condições de elegibilidade, quando e que condições um sujeito pode receber a proteção em um refúgio.

Resumidamente, temos as seguintes informações:

* O Estatuto dos Refugiados, de 1951, trata do compromisso entre Estados com os direitos de civis vítimas da Segunda Guerra Mundial e seu direito a proteção e retorno.

* O protoloco de 1967 detalha o que seria a definição de refugiado e amplia a noção para uma definição calcada na "situação" vinculada ao temor sobre sua vida e, portanto, não se restringe aos fatos da Segunda Guerra Mundial. O protocolo e a carta de Cartagena,[3] de 1984, expressam os desdobramentos de debates sobre direitos internacionais dos direitos humanos no século XX e dos compromissos que estados nacionais deveriam ter com direitos humanos. A declaração de Cartagena deve ser entendida como parte da trajetória dos direitos internacionais dos direitos humanos na América latina, do compromisso com os princípios dos direitos humanos e de uma adesão efetiva, prevista constitucionalmente, aos tratados e protocolos relativos ao refúgio. Mas a singularidade do estatuto de refúgio não esgota tudo sobre a questão; não é um tema somente jurídico.

> "O quadro de violência física que incide sobre o sujeito ou em suas relações pode ser o desencadeador do pedido de ajuda de refúgio"

IHU On-Line – Além da forma regulamentada no direito internacional, para antropólogos e para a maioria das pessoas, indaga-se sobre quem é o refugiado e por que o Brasil os recebe?

Denise Jardim - Pode-se falar do ponto de vista jurídico. Ao firmar tratados e declarações, os Estados assumem tais prioridades. Pode-se pensar somente como pressões internacionais. No entanto, deve-se lembrar que a Constituição de 1988 se define receptiva promoção dos direitos humanos e abertura a normatividades que melhor abarquem a proteção de direitos e cidadania.

Por isso, vale a pena falar de aspectos menos jurídicos que nos colocam diante e sobre parte das dinâmicas do refúgio, aspectos mais gerais que nos permitem diferenciar o imigrante (e as políticas migratórias relativas à permissão de trabalho) dos refugiados.

Para a elegibilidade (jurídica) de um sujeito em condição de refugiado observa-se sua autodeclaração de sentir sua vida ameaçada no seu local de origem, expressando um temor fundado e a impossibilidade de retornar ao local de moradia. Isso quer dizer que os pedidos de refúgio são singulares, pois as fontes de ameaça podem partir da própria vizinhança no local de origem, podendo ser desde ameaças provenientes de milícias, parentes. Mas, o quadro de violência física que incide sobre o sujeito ou em suas relações pode ser o desencadeador do pedido de ajuda.

IHU On-Line – O que significa o retorno de um imigrante ou refugiado à terra natal e qual sua relação com o pertencimento ao local de origem?

Denise Jardim - É importante ter em mente que as pessoas que pedem refúgio não só vivenciaram uma situação de violência - já ouvi brasileiros falarem sobre a banalização da nossa violência como motivo para desautorizar a atenção aos refugiados. Bem, essa situação de violência, de sequela psicológica, também significa um desterro em prol de sua vida. Talvez isso diferencie a violência que potencialmente imaginamos como banal e vivenciada por qualquer brasileiro daquela que faz com que alguém tenha que ingressar em um "programa de proteção" através do qual deverá refazer sua vida. O imigrante tem a perspectiva de retorno, mesmo que imaginada, diante de si. O refugiado raramente consegue uma reinserção no local de origem, seja porque aquele lugar social não existe mais, ou porque há enormes limitações ao "retorno", entre elas o desejo de não reviver uma situação de violência ou complicações político-ideológicas a serem enfrentadas.

Há programas de retorno de refugiados no Camboja levados por organismos internacionais que demonstram que esse é um novo percurso de enfrentamento de dificuldades emocionais e práticas. O exilado pode ser recepcionado como um "traidor", e não exatamente como um sobrevivente.

1 O bombardeio à cidade espanhola de Guernica foi feito pelos nazistas, em 26-04-1937, durante a Guerra Civil Espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Franco Marini** (1933): sindicalista e político italiano. Filiado ao partido da Margarida (parte da coalizão A União), foi eleito senador nas eleições legislativas italianas de 2006 e também presidente da Câmara Alta do parlamento italiano em 29 de abril daquele ano. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Declaração de Cartagena:** definida durante o Colóquio de Cartagena, em 1984. É considerado um instrumento fundamental de proteção ao refugiado. **(**Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Quais semelhanças e diferenças existem entre os imigrantes e os refugiados que são instalados no Rio Grande do Sul?

Denise Jardim - Em pesquisas anteriores à chegada dos refugiados, conheci as dinâmicas familiares de imigrantes palestinos em Pelotas, Rio Grande, Chuí e, posteriormente, o tema foi tratado por Roberta Peters[4] em Canoas e Porto Alegre (todas cidades gaúchas). A diferença já se sente no modo como organizam redes de relações, contatos e, portanto, são famílias que mantêm relações com famílias locais e, ao mesmo tempo, gerem uma parentela em diferentes cidades do Brasil e em países sul-americanos. No início dos anos 1990, os filhos de imigrantes palestinos nascidos no Brasil atingiam a fase adulta, o que fazia com que o Chuí fosse um pouco diverso da experiência porto-alegrense e canoense. Era uma migração mais antiga e estabelecida no comércio local. Relatavam inclusive que declinaram o estatuto de refúgio, tinham possibilidades de conseguir vistos permanentes para sua saída em busca de uma vida melhor. As condições de ingresso na ida nacional de outro país não andam muito boas; é o bastante obter um visto permanente já no país de origem na atualidade. Por meio dos itinerários dos imigrantes contemporâneos aprendemos que o mundo mudou muito.

Segundo nota explicativa do Acnur, vieram 86 palestinos de um campo de refugiados, na maioria muçulmanos, de famílias diversas e com experiência também muito diferente com relação a itinerários. A questão palestina é algo que precisamos dimensionar em um tempo mais longo. Há uma migração regional no Oriente Médio que, até então, era possível para os palestinos, mas também com restrições. Eles eram recebidos como cidadãos de segunda classe na Jordânia ou Iraque, países que também se valem da questão palestina como argumento de enfrentamento geopolítico. A diferença entre esses palestinos e os imigrantes é que, de fato, estão experimentando uma série de intermediações institucionais, processos de seleção e translado que os imigrantes que entrevistei não quiseram se submeter ou não percebiam como uma "boa saída". Isso também decorria do fato de não haver, nos anos 1950 e 1960, políticas de reassentamento. Ou seja, um terceiro destino providenciado pelos organismos internacionais. Só havia duas possibilidades como refugiado: ir e depois decidir-se pelo retorno. A trajetória das famílias imigrantes no Rio Grande do Sul, hoje, é de inúmeras redes que seguem o fluxo da vida familiar e da busca de pontos comerciais mais favoráveis.

> "O refugiado raramente consegue uma reinserção no local de origem, seja porque aquele lugar social não existe mais, ou porque há enormes limitações ao 'retorno'"

IHU On-Line - Os palestinos são um terço da população refugiada do mundo. Existem características e premissas que acompanham essas pessoas quando exiladas na América Latina?

Denise Jardim - Não me arriscaria a fazer uma teoria geral das premissas de um exilado. Mas acho que todos nós aprendemos muito quando paramos para escutar como as pessoas refazem suas vidas em outro lugar. Infelizmente, nosso ouvido prefere escutar sobre "como o Brasil é bom" e reduz as narrativas e reflexões do exilado a um processo frio de "adaptação" ao nacional.

IHU On-Line – Como você percebe o Rio Grande do Sul como porta de entrada para esses imigrantes e refugiados de origem palestina? Há identificações entre o Estado e os sujeitos?

Denise Jardim – Quando, em 2007, a ASAV me consultou sobre o acolhimento dos palestinos, minha primeira preocupação era com nossa dificuldade idiomática, e não a deles. O árabe é quinto idioma mais falado no mundo atual e o português é o sexto. Do meu ponto de vista, ao mobilizar intérpretes, mediadores e especialistas em saúde, eu tinha expectativa que a vitalidade da comunidade palestina em Porto Alegre, que tem profissionais formados e capazes de comunicar-se em árabe, fosse uma vantagem a ser usufruída no acolhimento. Não sei como isso se passou. Mas para os imigrantes na atualidade e, especialmente, para sujeitos que estão refazendo sua vida no mundo, o mundo já é bem maior do que o nosso Estado.

IHU On-Line – Em seus estudos sobre imigrantes palestinos, quais são as maiores dificuldades de adaptação registradas?

Denise Jardim - As pessoas falam da dificuldade de comunicação e pressupõe que religião ou relações de gênero seriam fronteiras muito nítidas e que deveriam ser observadas como fonte de dificuldades. Na realidade, essas diferenças devem ser conhecidas e reconhecidas como fonte de aprendizados recíprocos. Penso que a primeira dificuldade é sempre idiomática e de expectativas divergentes entre os que recepcionam e os que chegam. Aprender idiomas como o inglês e o espanhol seriam ferramentas de reinserção laboral mais sintonizadas com a ideia de colocar esses sujeitos em contato com carreiras e reencontros familiares mais amplos. Creio que ainda navegamos de forma muito provinciana, na perspectiva da integração e adaptação, como se torná-los parte de nossas vidas fosse uma forma positiva de adaptação. A perspectiva bem intencionada da integração corre o risco de reduzir a capacidade desses sujeitos, a longo prazo, de reconectarem-se com familiares em outros países. Mas, por certo, as pessoas que levaram a recepção a esses refugiados vivenciaram aspectos mais sensíveis sobre esse período de reconstrução de vidas de pessoas vítimas de violência e que foge de qualquer teoria geral sobre os refugiados. Cada caso é uma vida sendo reconstruída.

4 **Roberta Peters:** mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. (Nota da **IHU On-Line**)

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destaques da Semana

Entrevistas da Semana

A religiosidade mística em Wittgenstein

Para Paulo Margutti, o que liga o primeiro ao segundo Wittgenstein é o misticismo. O contato com o Absoluto através da contemplação silenciosa se dá nas duas fases de seu pensamento

Por Márcia Junges

"Minha ideia é que, separando o mostrar ético do mostrar lógico, é possível perceber a continuidade do misticismo em Wittgenstein exatamente porque a percepção do valor do mundo ainda existe, mesmo quando se abandona a lógica como sua essência". A explicação é do filósofo Paulo Margutti, contando aspectos sobre a pesquisa que está realizando a respeito da importância e do papel da religião no pensamento de Ludwig Wittgenstein. Na entrevista que concedeu pessoalmente à **IHU On-Line**, Margutti assinala que, "na filosofia do Tractatus, assim como na filosofia das Investigações, entrar em contato com o Absoluto através da linguagem é algo muito problemático. Isso porque a linguagem é cheia de limitações". E completa: "Se for correta a interpretação que faço do misticismo em Wittgenstein, este só pode acontecer em função da contemplação silenciosa. Podemos falar, falar e falar. Mas a única coisa importante que acontece é quando estamos calados".

Outro tema da conversa com a **IHU On-Line** foi o fundamentalismo religioso e a tentativa neoateísta de provar que Deus não existe. Na opinião de Margutti, Richard Dawkins não sabe sobre o que está falando ao querer provar racionalmente a inexistência divina. O terrorismo árabe e o americano, exacerbados com o recente assassinato de Bin Laden, também estiveram em pauta: "A morte de Bin Laden não significa a morte do seu sonho. Para os fundamentalistas islâmicos, ele é um mártir. Sua morte implica em que o ideal árabe foi agredido duramente pelos americanos". Segundo o filósofo, os Estados Unidos se acreditam "a polícia do mundo", e a ONU só é por eles respeitada quando "está a favor de seus interesses".

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte, Margutti graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, é especialista em Ciências do Homem e Fenomenologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas, e mestre em Filosofia Contemporânea pela UFMG. Cursou doutorado em Filosofia na Universidade de Edinburgo, Escócia, com a tese *Wittgenstein and semantic presuppositions generated by definite descriptions in subject-position*. É autor de *Iniciação ao silêncio* (Análise do Tractatus de Wittgenstein) (São Paulo: Loyola, 1998) e *Introdução à lógica simbólica* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001). Margutti esteve na Unisinos nos dias 11 e 12-05-2011 como um dos conferencistas do Simpósio Margens da Palavra: veredas filosófico-literárias no Brasil. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são suas descobertas com a pesquisa que está desenvolvendo a respeito de haver na continuidade do pensamento de Wittgenstein[1] uma religiosidade mística?

1 **Ludwig Wittgenstein** (1889-1951): **filósofo** austríaco, contribuiu com diversas inovações nos campos da lógica, filosofia da linguagem, epistemologia, dentre outros. É autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1921. Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas ideias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russell e Gottllob Frege. Quando o *Tractatus* foi publicado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). Confira na edição 308 da **IHU On-Line**, de 14-09-2009, a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível para download em http://migre.me/qQYt. **(Nota da IHU On-Line)**.

Por que o sujeito transcendental de tipo schopenhaueriano desempenha um papel fundamental nesse pensamento?

Paulo Margutti - A primeira coisa que

impressiona em relação a essa pesquisa é o fato de que os estudiosos britânicos de Wittgenstein parecem se recusar a enxergar essa dimensão do seu pensamento. Entre esses filósofos analíticos, um deles, Peter Geach[2], acha que o único autor a ser lido para compreensão de Wittgenstein é Frege[3]. Se isso fosse verdade, Wittgenstein seria uma pessoa completamente diferente. Geach se esquece de Schopenhauer,[4] Mauthner[5] e Tolstoi,[6] que são claramente relevantes para Wittgenstein. Em segundo lugar, a pesquisa apresenta uma dificuldade em ser realizada porque, aparentemente, o misticismo de Wittgenstein está relacionado com a questão da lógica. No *Tractatus logico-philosophicus* (2. ed. São Paulo: USP, 1994) ele diz que a lógica é a essência do mundo e o místico envolveria a contemplação da essência do mundo. Se a lógica deixou de ser sublime, como ele diz nas *Investigações filosóficas* (Petrópolis: Vozes, 1996), então, aparentemente, não há mais misticismo no segundo Wittgenstein. Mas isso não condiz com as observações do próprio Wittgenstein, que encontramos em textos paralelos, da mesma época das *Investigações*, em que faz referência ao cristianismo como sendo a doutrina que dá sentido à vida, por exemplo.

> **"A linguagem e o mundo estão dentro do mesmo espaço lógico, que foi imposto pelo sujeito transcendental"**

Mostrar lógico e mostrar ético

Na minha pesquisa, o que percebi é a possibilidade de fazer uma distinção entre o mostrar lógico e o mostrar ético. O mostrar lógico envolve uma concepção fortemente influenciada pela ideia de sujeito transcendental de Schopenhauer. No autor alemão, o sujeito transcendental coloca o mundo dentro do molde do espaço, tempo e relações causais. O mundo é o que é, é o fenômeno que é porque o sujeito transcendental colocou-o dentro desse molde. Esse molde é *a priori*, transcendental e é ele que faz o mundo ser como é. Em Wittgenstein, não há nenhuma referência a espaço, tempo e relações causais como acontece no caso de Schopenhauer. Mas há uma referência ao espaço lógico. É como se em Wittgenstein, ao invés de se colocar o mundo dentro do molde espaço/tempo/relações causais, o sujeito transcendental o colocasse dentro de um espaço lógico que estabelece as condições de possibilidade do mundo e da linguagem. Por isso é que a linguagem pode descrever o mundo. A linguagem e o mundo estão dentro do mesmo espaço lógico, que foi imposto pelo sujeito transcendental. Mas isso é uma parte da experiência do mostrar. A outra parte é o sentido que isso dá à existência humana, o valor que pode ser encontrado no mundo. Isso independe desse molde lógico. Então, minha ideia é que, separando o mostrar ético do mostrar lógico, é possível perceber a continuidade do misticismo em Wittgenstein exatamente porque a percepção do valor do mundo ainda existe, mesmo quando se abandona a lógica como essência do mundo ou como aquele molde no qual ele foi colocado. Não precisamos disso para manter a perspectiva mística em Wittgenstein.

IHU On-Line - Qual é a relação entre a lógica e a experiência mística do *Tractatus*?

Paulo Margutti - Há uma carta que Wittgenstein escreveu para Paul Engelmann[7], seu amigo. Esse arquiteto teve a oportunidade de conversar sobre o *Tractatus* com seu autor, à época em que o livro estava sendo escrito. Isso foi durante a Primeira Grande Guerra, nas ocasiões em que Wittgenstein saía de licença das atividades do Exército. Então, ele ia para uma cidade no interior da Áustria, onde visitava a mãe de Engelmann. Geralmente jantava na casa dela e, após a refeição, Engelmann acompanhava o amigo filósofo ao seu alojamento. Nesse trajeto, Wittgenstein explicava a filosofia do *Tractatus*. Engelmann se identificava mais com o viés místico do que com o viés lógico da filosofia de Wittgenstein.

Ocorre que Engelmann encontrou certa vez um poema de um poeta alemão pouco conhecido, chamado Uhland[8]. Esse poema fala sobre um conde que lutou nas Cruzadas e que, numa determinada ocasião, encontrou um cipreste pequeno no front. Pegou um galho da planta e prendeu-o ao seu capacete, usando-o nas batalhas. Quando retornou para casa, o cipreste foi plantado e cresceu, virando uma árvore. O poema termina com o conde já idoso, sentado embaixo dessa árvore que havia plantado. Engelmann ficou impressionado com o texto, e fez um comentário com Wittgenstein a respeito. O filósofo concordou com a avaliação de Engelmann e, ao responder, afirmou que o inexprimível se

2 **Peter Thomas Geach** (1916) filósofo britânico, cujos interesses são história da filosofia, lógica filosófica e teoria da identidade. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Friedrich Ludwig Gottlob Frege** (1848-1925): matemático, lógico e filósofo alemão. Trabalhando na fronteira entre a filosofia e a matemática, Frege foi o principal criador da lógica matemática moderna, sendo considerado, ao lado de Aristóteles, o maior lógico de todos os tempos. **(Nota da IHU On-Line)**

4 **Arthur Schopenhauer** (1788-1860): filósofo alemão. Sua obra principal é *O mundo como vontade e representação*, embora o seu livro *Parerga e Paraliponema* (1815) seja o mais conhecido. Friedrich Nietzsche foi grandemente influenciado por Schopenhauer, que introduziu o budismo e a filosofia indiana na metafísica alemã. Schopenhauer, entretanto, ficou conhecido por seu pessimismo e entendia o budismo como uma confirmação dessa visão. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Fritz Mauthner** (1849-1923): filósofo alemão. Várias de suas ideias foram utilizadas por Wittgenstein no Tractatus Lógico-Philosophicus. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Liev Tolstoi** (1928-1910): escritor russo de grande influência na literatura e na política do seu país. **Teve uma importante influência no** desenvolvimento do pensamento anarquista e, concretamente, considera-se que era um cristão libertário. Suas obras mais famosas são *Gruerra e Paz*, de 1865, onde ele descreve dezenas de diferentes personagens durante a invasão napoleônica de 1812; e *Anna Karenina*, de 1875, que traz a hitória de uma mulher presa nas convenções sociais e um proprietário de terras (reflexo do próprio Tolstoi), que tenta melhorar a vida de seus servos. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Paul Engelmann** (1891-1965): arquiteto austríaco, conhecido por sua amizade com Ludwig Wittegenstein entre 1916 e 1928. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Johann Ludwig Uhland** (1787-1862): poeta alemão do romantismo. Lecionava como professor honorário de literatura alemã em Tübingen. Um de seus poemas mais conhecidos é "Der gute Kamerad", parte de integrante de funerais militares das Forças Armadas da Alemanha. (Nota da **IHU On-Line**)

mostra de maneira inexprimível naquilo que é expresso. Isso é uma chave para compreendermos o que ele compreendia pelo mostrar ético, na definição que uso.

O valor ético da totalidade

Se considerarmos o poema de Uhland como um todo, ele se compõe de nove proposições que descrevem fatos a respeito da vida do conde. O poema é uma lista de fatos. Cada fato, independentemente, não tem valor algum. Mas se tomarmos a totalidade dos fatos expressos pelos versos, eles dão sentido e valor à vida desse conde. Isso é o mostrar ético ao qual eu me refiro. Cada proposição que descreve um fato da vida do conde pode ser analisada, conforme a filosofia do *Tractatus*, nos seus constituintes elementares, e portanto cada proposição tem a sua forma lógica que se mostra na medida em que descrevemos aquele fato. O conjunto delas também mostra a forma lógica, mas a totalidade dá um mostrar diferente, que é o valor ético da vida desse conde. Por isso esse poema é tão interessante, porque se presta a apresentar a distinção entre o mostrar lógico e o ético. É justamente essa relação que permite dizermos que a lógica desempenha um papel importante na filosofia do *Tractatus*, mas não é essencial para o mostrar místico, porque este ocorre quando vemos o valor ético para além da lógica. É nesse sentido que a lógica e a experiência mística no *Tractatus* se relacionam. Não é uma relação em que o mostrar místico seria essencialmente dependente do mostrar lógico, mas uma relação na qual o mostrar místico poderia existir, apesar da eliminação do mostrar lógico.

IHU On-Line - O que podemos entender por "jogos de linguagem religiosos na segunda filosofia de Wittgenstein", tema de sua atual pesquisa?
Paulo Margutti - Muitos autores sugerem que, ao passar para a ideia de jogos de linguagem, Wittgenstein abriu uma porta para a entrada da linguagem religiosa no discurso filosófico. Isso não era viável no caso do *Tractatus*, em que predominava a análise lógica. Na verdade, esses autores se esquecem dos *Diários Secretos* de Wittgenstein, nos quais ele constantemente apela a Deus através da oração. Claro que ali havia linguagem religiosa! O difícil é explicar o sentido que ele via nessa linguagem. Na realidade, talvez a *Conferência sobre a ética* explicite isso, pelo menos um pouco. Através da oração a pessoa diz alguma coisa que não pode ser dita, mas é algo tão importante que é preciso respeitar aquela tentativa, ainda que fracassada. No caso do *Tractatus*, a posição é tão radical que podemos dizer que é imoral e ilógico dizer tais coisas. Nas *Investigações* parece que já não é mais imoral ou ilógico. Por isso é que as pessoas dizem que há uma diferença muito grande na filosofia do segundo Wittgenstein. Na verdade, o que vemos ali é a análise lógica tractatiana ser substituída pela noção de *jogo de linguagem*. E, se levarmos a sério o espírito do pensamento de Wittgenstein, concluiremos que jogos de linguagem religiosos sofrem da mesma dificuldade que os jogos de linguagem metafísicos: eles não conseguem superar as limitações da linguagem e expressar o Absoluto ou a Essência. Mas isso não impede que o mostrar ético esteja presente quando consideramos as sentenças pertencentes a um jogo de linguagem em sua totalidade. O inexprimível continua a se mostrar, inexprimivelmente, através do que é expresso no jogo de linguagem. O mostrar ético ainda estaria presente, embora o tipo de análise da linguagem seja bastante diferente. Apesar de haver uma abertura maior para os jogos de linguagem religiosos, eles ainda tentam dizer alguma coisa que esbarra nos limites da linguagem. Esses limites continuam a existir mesmo no caso das *Investigações*.

> "Através da oração a pessoa diz alguma coisa que não pode ser dita, mas é algo tão importante que é preciso respeitar aquela tentativa, ainda que fracassada"

Contemplação silenciosa

Se for correta a interpretação que faço do misticismo em Wittgenstein, este só pode acontecer com base na contemplação silenciosa. Podemos falar, falar e falar. Mas a única coisa importante que acontece é quando estamos calados. Podemos tentar falar, mas vamos fracassar, e esse fracasso pode ser a grande lição para perceber que realmente não se pode falar sobre tal coisa, que deve ser apenas contemplada. Wittgenstein sugere, inclusive, que se deva primeiro ler o *Tractatus*, antes das *Investigações* para ter essa compreensão.

IHU On-Line - Rorty[9] aponta que vivemos em um mundo contingente e precário, que nos faz rever crenças em função da mudança constante. Nesse sentido, como a democracia pode ser fortalecida frente à "mobilidade" da fé e das certezas características da pós-modernidade?
Paulo Margutti - É uma pergunta difícil porque o que as pessoas buscam quase sempre são critérios objetivos e garantidos. Nesse mundo globalizado em que vivemos esses critérios estão mais em falta a cada dia que passa. Tenho a impressão que isso só pode ser resolvido pelo diálogo, pelo consenso. As pessoas têm que conversar, e quando surgem novos problemas, muitas vezes é necessária uma reavaliação dos conceitos antigos, de forma que possamos encarar a nova situação. Vou dar um exemplo para explicar essa ideia. Antigamente, a morte acontecia quando o coração da pessoa parava de bater. Havia um conjunto de sintomas que as pessoas admitiam como constituintes do estado de morte. A partir

9 **Richard Rorty** (1931-2007): filósofo pragmatista estadunidense. Sua principal obra é *Filosofia e o Espelho da Natureza*. Confira a entrevista *"O amor pela democracia é o legado de Rorty"*, concedida por Paulo Ghiraldelli Jr. à **IHU On-Line**, disponível em http://bit.ly/k02Lup. (Nota da **IHU On-Line**)

desse momento, a pessoa era tratada como morta. Mas hoje em dia, com o avanço da tecnologia, nem sempre aquilo que se chamava morte continua sendo morte. Agora, uma pessoa sofre um acidente, para de respirar, o coração para de bater, mas, se tiver uma assistência médica rápida, em alguns casos, pode "voltar". Morreu, mas voltou, dizem. A pergunta é: será que essa pessoa estava realmente morta? Quanto tempo o coração da pessoa deve ficar sem bater para que realmente se possa dizer que ela está morta? Com essa tecnologia toda, uma pessoa fica em estado de coma por anos a fio, presa a aparelhos e isso cria um problema ético grave. Devemos cuidar da pessoa sempre, pois enquanto há vida há esperança. Porém, como fica o caso de um coma de dez anos, ou mais? O que devemos fazer? Desligar, ou não, os aparelhos? O grande desafio está em enfrentar esses problemas com flexibilidade suficiente para resolvê-los sem deixar que os princípios rígidos do passado interfiram na solução. É muito fácil nos deixarmos prender ao passado e aos princípios e não resolver problemas prementes. Isso ocorre em todas as áreas.

Diálogo

Um outro exemplo pode ser encontrado na matemática. Atualmente as pessoas demonstram teoremas usando computadores. No passado os teoremas eram demonstrados por matemáticos. Tomemos o exemplo do famoso teorema das quatro cores. Esse teorema diz que todas as vezes que uma pessoa imprimir um mapa a cores, são necessárias apenas quatro delas para destacar um país dos seus vizinhos. Isso é dificílimo de ser demonstrado. Dois matemáticos programaram um computador para examinar todos os casos possíveis. Depois que o computador fez o trabalho e ficou claro que apenas essas cores eram necessárias, eles tinham que provar que o programa utilizado era exaustivo, que esgotava todas as possibilidades. Se isso ficasse provado, estaria demonstrado o teorema. Isso é completamente fora do padrão matemático tradicional, mas é o que está acontecendo. No começo muitos matemáticos diziam que era "trapaça", pois não era matemática. Agora, estão constatando que essa "trapaça" é muito útil nas atuais demonstrações matemáticas.

Em algum tempo, talvez cheguemos a uma situação em que seja possível implantar um chip no cérebro das pessoas a fim de que elas possam falar vários idiomas ou mesmo possuir conhecimentos enciclopédicos sem precisar memorizá-los. Isso vai criar outro problema: quem terá acesso a esse chip? E qual é a relação entre quem tem acesso a esse chip com quem não tem? A única maneira de enfrentar essas situações é através do diálogo, da flexibilidade e do uso da imaginação criadora.

> "A questão não é provar que Deus existe, mas encontrá-lo. Há uma diferença brutal entre essas duas visões de mundo"

IHU On-Line - Por que persiste a rotulação dos ateus como iluministas e dos crentes como fanáticos? Ainda tem sentido falarmos nesses termos em nossa época?

Paulo Margutti - É muito fácil para uma pessoa religiosa se fanatizar subitamente, assim como é fácil para um ateu iluminista apontar a pessoa crente como fanática. Talvez seja mais fácil para quem tem fé compreender o ateu iluminista, do que o contrário. Isso porque o ateu não sabe sobre o que está falando. Wittgenstein fazia uma oposição muito clara a respeito disso. Ele dizia que a oposição entre uma pessoa que diz não crer em Deus e aquela que diz crer em Deus é muito maior do que a simples oposição lógica entre as duas proposições. Porque aquele que diz que não crê em Deus está num universo diferente daquele que diz que crê em Deus. Não se trata de uma simples oposição lógica. Há uma quantidade muito grande de pressuposições e princípios envolvidos dos dois lados, que ultrapassa a mera contradição entre a afirmação e a negação. São duas maneiras de ver o mundo completamente diferentes. Vamos analisar o caso de Richard Dawkins[10], que fala de Deus como um delírio, uma ilusão. Ele não sabe do que está falando, pois acha que pode provar racionalmente que Deus não existe, que pode contestar todas as provas da sua existência. Se ele disser isso a uma pessoa que crê em Deus, que sente Deus presente em sua vida, irá perder seu tempo, porque essa pessoa que tem fé não precisa de provas sobre a existência de Deus. Provar a existência de Deus para quem tem fé é ridículo, não tem o menor sentido. Quem diz que não acredita em Deus não sente sua presença. Essa pessoa precisa de provas, enquanto a outra, não. Se eu acredito em Deus, como é que vou provar isso para alguém que não acredita que ele exista? A questão não é provar que Deus existe, mas encontrá-lo de alguma forma, dentro de si ou no mundo ou em ambos. Há uma diferença brutal entre essas duas visões de mundo. Enquanto essa diferença for ignorada, o problema vai continuar, irá persistir. Hoje os neoateístas acham que têm todas as condições de provar que Deus não existe.

10 **Clinton Richard Dawkins** (1941): zoólogo, etólogo, evolucionista e escritor britânico, nascido no Quênia. Catedrático da Universidade de Oxford, é conhecido principalmente pela sua visão evolucionista centrada no gene, exposta em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. O livro também introduz o termo "meme", o que ajudou na criação da memética. Em 1982, realizou uma grande contribuição à ciência da evolução com a teoria, apresentada em seu livro *O fenótipo estendido*. Desde então escreveu outros livros sobre evolução e apareceu em vários programas de televisão e rádio para falar de temas como biologia evolutiva, criacionismo, religião. Por sua intransigente defesa à teoria de Darwin, recebeu o apelido de "rottweiler de Darwin", em alusão ao apelido de Thomas H. Huxley, que era chamado de "buldogue de Darwin (*Darwin's bulldog*). Recentemente está envolto em grande polêmica por conta das ideias contidas em sua obra *Deus, um delírio* (São Paulo: Cia das Letras, 2007), publicada em 2006 sob o título *The God delusion*. Confira o debate sobre diversas de suas ideias na edição 245 da **IHU On-Line**, de 26-11-2007, intitulada *O novo ateísmo em discussão*, disponível para download em http://bit.ly/jSY3h9 . **(Nota da IHU On-Line)**

Na realidade, eles não sabem sobre o que estão falando.

IHU On-Line - Em outra entrevista à nossa publicação, o senhor diz que o pior fundamentalismo de nosso tempo é o islâmico terrorista contra o americano belicista. Qual é a sua análise desses fundamentalismos frente à morte de Osama Bin Laden?
Paulo Margutti - Lembro-me de ter lido uma manchete no *The Economist*, dizendo que Bin Laden estava morto, mas perguntando se seria possível matar seu sonho. Penso que esse é o problema. A morte de Bin Laden não significa a morte do seu sonho. Para os fundamentalistas islâmicos, ele é um mártir. Sua morte implica em que o ideal árabe foi agredido duramente pelos americanos. Agora, portanto, é a hora do revide, de receberem o troco. E os americanos estão cobertos de razão em terem receio das retaliações, que certamente virão.

Infelizmente, essa situação me lembra a teoria dos jogos, que define uma situação chamada "equilíbrio de Nash". Nessa situação, nenhum dos jogadores consegue alguma vantagem se mudar unilateralmente a sua estratégia. Como resultado, todos mantêm as suas respectivas estratégias e o jogo atinge uma fase de equilíbrio, em que não há vencedores. Por exemplo, quando duas famílias brigam, e um dos membros de um desses grupos mata uma pessoa do outro, a espiral de violência não para nunca. A revanche é recorrente. No caso dos árabes e dos americanos, a situação de impasse é a mesma. Precisamos nos perguntar o que levou as coisas a tomarem essa proporção.

Terrorismo de estado

É fácil acusar Bin Laden de terrorista, o que de fato ele é. Mas que outra opção os americanos deixaram para os árabes em geral, a não ser o terrorismo? Enquanto os americanos não perceberem que dominar os árabes pela força das armas e da tecnologia tira deles o direito de serem tratados como interlocutores num diálogo de igual para igual, os próprios americanos é que serão considerados terroristas pelos árabes. O fato de os americanos terem invadido o Paquistão, matado Bin Laden nesse país e ter fugido com o corpo dele constitui um ato terrorista. Mas é um terrorismo de estado, contra qualquer tipo de preceito jurídico internacional. Ocorre que os EUA têm feito isso. Acham que são a polícia do mundo por saberem que tem mais poder do que qualquer outra nação. A ONU só serve para os EUA quando está a favor de seus interesses. Quando ela não está, é deixada de lado e passam por cima dela.

> "É simples acusar Bin Laden de terrorista, o que de fato ele é. Mas que outra opção os americanos deixaram para ele, a não ser o terrorismo?"

IHU On-Line - Assim, o Estado de exceção, para os americanos, tem sido a regra...
Paulo Margutti - Não propriamente uma regra, mas o recurso que eles têm quando a ONU não está a seu favor. Os judeus e americanos precisam se dar conta de que não dão outra opção aos árabes. Os árabes também precisam repensar toda essa situação, pois eles também têm sua parte de culpa. Um dos fatores que pode significar o início da morte do sonho de Bin Laden é a primavera árabe, marcada por esses movimentos em busca de democratização. Eles estão na contramão do sonho fundamentalista. Se tiverem sucesso, alguma coisa pode acontecer no sentido de os árabes se abrirem mais para um diálogo com o mundo Ocidental. Por outro lado, o mundo Ocidental também precisa mudar. E as regras do jogo precisam ser mudadas urgentemente, de maneira consensual. Caso contrário, continuará valendo o princípio: retaliação gera retaliação. O equilíbrio de Nash precisa ser alterado de alguma forma nesse jogo infeliz.

IHU On-Line – Tendo em vista sua participação no Simpósio Margens da Palavra – Veredas Filosófico-Literárias no Brasil, com a conferência sobre "Filosofia na Literatura Brasileira", qual é o laço que une filosofia e literatura na obra de Rosa[11], sobretudo em Grande Sertão: veredas?
Paulo Margutti - Já ouvi comparações entre o *Grande Sertão: veredas*[12] com o *Fausto*, de Goethe[13], em função do pacto com o Diabo. A obra de Rosa, do ponto de vista filosófico, envolve uma visão de mundo profundamente religiosa e humana, ao mesmo tempo. Penso que, nesse sentido, a leitura do *Grande Ser-*

11 **João Guimarães Rosa** (1908-1967): escritor, médico e diplomata brasileiro. Como escritor, criou uma técnica de linguagem narrativa e descritiva pessoal. Sempre considerou as fontes vivas do falar erudito ou sertanejo, mas, sem reproduzi-las num realismo documental, reutilizou suas estruturas e vocábulos, estilizando-os e reinventando-os num discurso musical e eficaz de grande beleza plástica. Sua obra parte do regionalismo mineiro para o universalismo, oscilando entre o realismo épico e o mágico, integrando o natural, o místico, o fantástico e o infantil. Entre suas obras, citamos: *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Grande sertão: veredas*, considerada uma das principais obras da literatura brasileira, *Primeiras estórias* (1962), Tutameia (1967). A edição 178 da **IHU On-Line**, de 2-05-2006, dedicou ao autor a matéria de capa, sob o título *"Sertão é do tamanho do mundo". 50 anos da obra de João Guimarães Rosa*, disponível para download em **http://migre.me/qQX8**. De 25 de abril a 25-05-2006 o IHU promoveu o *Seminário Guimarães Rosa: 50 anos de Grande Sertão: Veredas*. Confira, ainda, a edição 275 da **Revista IHU On-Line**, de 29-09-2008, intitulada *Machado de Assis e Guimarães Rosa: intérpretes do Brasil*, disponível em http://bit.ly/mBZOCe. (Nota da **IHU On-Line**)

12 ***Grande Sertão: Veredas*:** Uma das obras mais importantes de Guimarães Rosa. Ela foi tema de um evento promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos de 25 de abril a 25 de maio de 2006, por ocasião dos 50 anos da obra. A revista **IHU On-Line** dedicou seu tema de capa a este livro na edição de 2-05-2006, nº 178, intitulada *Sertão é do tamanho do mundo. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa*, disponível em **http://migre.me/qQX8**.(Nota da **IHU On-Line**)

13 **Johann Wolfgang von Goethe** (1749-1832): escritor alemão, cientista e filósofo. Como escritor, Goethe foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Juntamente com Schiller foi um dos líderes do movimento literário romântico alemão Sutrm und Drang. De suas obras, merecem destaque *Fausto* e *Os sofrimentos do jovem Werther*. (Nota da **IHU On-Line**)

tão pode trazer mais ensinamentos filosóficos do que a leitura de um tratado volumoso de filosofia, exatamente por causa dessa profundidade e intensidade filosófica. Em minha conferência na Unisinos falei, sobretudo, a respeito de filosofia na literatura brasileira. Tentei mostrar que no Brasil, desde nossas origens portuguesas, adotamos uma perspectiva de ceticismo em relação à metafísica, vista como alta especulação que não leva a nada, uma vez que somos pequenos diante deste mundo de Deus. Pensamos que não valemos nada. Metafísica é vaidade. Por isso se costuma dizer que o brasileiro não tem cabeça filosófica. Na realidade, não somos muito dados a esse tipo de especulação. Somos céticos quanto a isso, pessimistas em relação ao mundo, e a solução que vemos é muito mais uma renúncia a esse mundo, encontrando a salvação em Deus. Se a pessoa não acredita em Deus, a solução é a experiência estética, como no caso de Machado de Assis[14]. Assim, procurei mostrar que essa perspectiva é mais facilmente exprimível pelo viés literário do que através do texto filosófico tradicional. Na época colonial, a maior parte das obras filosóficas de peso no Brasil surge pelo viés literário. Depois disso, mesmo com a independência e a manifestação de filosofias mais estruturadas como a de Gonçalves de Magalhães[15], ainda persiste entre

> "O fato de os americanos terem invadido o Paquistão, matado Bin Laden nesse país e fugido com o corpo dele é um ato terrorista"

nós essa tendência de expressar nossas intuições metafísicas pelo viés literário. Diversos autores expressam isso muito bem, como Machado de Assis, Augusto dos Anjos[16], Clarice Lispector[17], Guimarães Rosa. Não quer dizer que só façamos filosofia desse jeito, mas uma característica importante do nosso pensamento é essa. Deveríamos prestar mais atenção à literatura brasileira porque ela nos ensina muito mais sobre filosofia do que poderíamos imaginar.

Um sertão universal

Guimarães Rosa está claramente dentro disso, sobretudo se pensarmos que ele foi capaz de contar uma história fáustica no sertão brasileiro, baseado no maravilhamento que esse local ocupa em nosso imaginário. Os portugueses viam o Oceano Atlântico como seu grande desafio. Ao chegarem ao Brasil, passaram a ver o Sertão como seu grande desafio. A noção de *sertão* tem influenciado profundamente o nosso imaginário literário. Alcântara Machado, no último capítulo de *Vida e Morte do Bandeirante*, dedica-se ao estudo do sertão. Euclides da Cunha[18] fala, igualmente, de maneira magistral, sobre o sertão. Este sempre foi visto como um desafio. Rosa segue na mesma direção. Ele é impressionado pelo drama existencial do sertanejo, e mostra as características fáusticas desse tipo humano peculiar. Contando uma história tão particular, ele consegue atingir o máximo do universal. Aliás, parece que essa é a característica de toda e qualquer boa filosofia e literatura: quanto mais se mergulha no particular, mais se consegue mostrar alguma coisa da condição universal. Nesse sentido, Rosa tem muita relação com a filosofia. *Grande Sertão* é uma obra que merece ser lida, em que pese a dificuldade de se compreender a linguagem rosiana.

Leia Mais...

Paulo Margutti já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

* Os rumos da Filosofia no Brasil. Edição 83 da Revista IHU On-Line, de 10-11-2003, disponível em http://bit.ly/mtuAFg;
* Dialética para entender a cultura. Edição 143 da Revista IHU On-Line, de 30-05-2005, disponível em http://bit.ly/kpYFXR;
* Novos ateístas. Apóstolos da racionalidade contra a barbárie? Edição 245 da Revista IHU On-Line, de 26-11-2007, disponível em http://bit.ly/ijIr7C.

14 **Joaquim Maria Machado de Assis** (1839-1908): escritor brasileiro, considerado o pai do realismo no Brasil, escreveu obras importantes como Memórias póstumas de Brás Cubas (Rio de Janeiro: Ediouro, 1995), *Dom Casmurro* (Erechim: Edelbra, 1997), *Quincas Borba* (15. ed. São Paulo: Atica, 1998) e vários livros de contos, entre eles a obra-prima *O Alienista* (32. ed. São Paulo: Ática, 1999), que discute a loucura. Também escreveu poesia e foi um ativo crítico literário, além de ser um dos criadores da crônica no país. Foi o fundador da Academia Brasileira de Letras. Confira a entrevista especial realizada pela **IHU On-Line** com Maílde Trípoli, em 20-04-2007, no link **http://migre.me/qR3n**, intitulada *O negro na obra de Machado de Assis*. Sobre o escritor, foram produzidas duas edições especiais: edição 262, de 16-06-2008, sob o título de *Machado de Assis: um conhecedor da alma humana*, disponível em **http://migre.me/qR47**, e edição número 275, intitulada *Machado de Assis e Guimarães Rosa: interprétes do Brasil*, de 29-09-2008, disponível em **http://migre.me/qR4B**. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Domingos José Gonçalves de Magalhães** (1811-1882): primeiro e único barão e depois visconde do Araguaia, foi um médico, professor, diplomata, político, poeta e ensaísta brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos** (1884-1914): poeta brasileiro, identificado muitas vezes como simbolista ou parnasiano. Todavia, muitos críticos, como o poeta Ferreira Gullar, preferem identificá-lo como pré-modernista, pois encontramos características nitidamente expressionistas em seus poemas. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Clarice Lispector** (1920-1977): escritora nascida na Ucrânia. De família judaica, emigrou para o Brasil quando tinha apenas dois meses de idade. Começou a escrever logo que aprendeu a ler, na cidade de Recife. Em 1944 publicou seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem*. A literatura brasileira era nesta altura dominada por uma tendência essencialmente regionalista, com personagens contando a difícil realidade social do país na época. Lispector surpreendeu a crítica com seu romance, quer pela problemática de caráter existencial, completamente inovadora, quer pelo estilo solto elíptico, e fragmentário, reminiscente de James Joyce e Virginia Woolf, ainda mais revolucionário. Seu romance mais famoso, embora menos característico quer temática quer estilisticamente, é *A hora da estrela*, o último publicado antes de sua morte. Sobre a autora, confira a edição 228 da **IHU On-Line**, de 16-07-2008, intitulada *Clarice Lispector. Uma pomba na busca eterna pelo ninho*, disponível para download em http://migre.me/qQHT. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Euclides da Cunha** (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os Sertões* (1902), destacam-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *À margem da história* (1909). Confira a edição 317 da revista **IHU On-Line**, de 30-11-2009, intitulada *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*, disponível para download em http://bit.ly/kEfLqp. (Nota da **IHU On-Line**)

"As políticas sociais somente terão sucesso quando se desnaturalizar a desigualdade"

Para a socióloga Ana Maria Colling, discutir a questão de gênero é fundamental para acabar com o preconceito. Nesta perspectiva, defende, "gênero nada mais é do que a construção social e cultural dos sexos"

Por Patricia Fachin

"A democracia não pode ser alcançada sem a participação e a inclusão das mulheres", defende a socióloga Ana Maria Colling, em entrevista à **IHU On-Line**. Segundo ela, apesar de as mulheres terem conquistado alguns direitos ao longo da história, como a participação política, a cidadania das brasileiras ainda é "contraditória e paradoxal" e a desigualdade de gênero continua sendo o principal impedimento para a democracia. "Democratizar a democracia pressupõe, no Brasil e nos demais países, incluir as mulheres, não como um tema, mas em todos os âmbitos da sociedade. As políticas sociais somente terão sucesso quando se desnaturalizar a desigualdade", reitera.

Na entrevista que segue, concedida por e-mail, Ana destaca ainda que, a exemplo da Carta Cidadã de 1988, as leis igualitárias para homens e mulheres existem e não permite nenhum tipo de discriminação. No entanto, ressalta, a violência de gênero persiste e é, hoje, o maior desafio posto às políticas sociais. "A violência contra a mulher, expressão da radical desigualdade entre os sexos teima em se permanecer", complementa.

Ana Maria Colling é graduada em Estudos Sociais e Geografia pela Unijui, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, com a tese *A construção da cidadania da mulher brasileira. Igualdade e diferença* (2000). Atualmente é professora do Unilasalle, onde leciona no curso de História e no mestrado em Educação. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como se deu, ao longo da história do Brasil, a construção da cidadania da mulher brasileira? Já se conquistou, no país, um discernimento do papel político da mulher na sociedade?

Ana Maria Colling - A cidadania da mulher brasileira foi uma conquista, ainda não alcançada totalmente, contraditória e paradoxal. Ao mesmo tempo em que ela conquistava o direito ao voto universal (cidadania política), uma "doação" de Getúlio Vargas, ela se mantinha como relativamente incapaz através do Código Civil Brasileiro. Chamo a atenção para a "doação" de Getúlio Vargas já que a reivindicação ao voto era uma batalha travada arduamente pelas mulheres brasileiras e de todo o ocidente. Getúlio ignora esta histórica luta e instaura o voto feminino em 1932 através do Código Eleitoral que, ao justificar esta concessão, anuncia que, se o Brasil quiser ser moderno como os demais países, deve conceder o voto às mulheres. Modernização igual à construção de pontes, estradas etc. Daí o paradoxo: cidadãs maiores através da Constituição e incapazes através do Código Civil de 1916 (Esta incapacidade relativa dura até a instituição do Estatuto da Mulher Casada de 1962.)

IHU On-Line - Como vê o planejamento das políticas sociais no Brasil no que tange às mulheres e aos seus direitos? Que política é mais eficaz neste sentido?

Ana Maria Colling - Vivemos no caso do Brasil e de muitos países um problema de tempo, mentalidades e cultura. No campo das políticas públicas e também das políticas sociais têm-se tomado iniciativas visando diminuir as desigualdades de gênero. Se o acesso à educação e aos diversos empregos foi também uma árdua luta, assim como o voto, isto foi conquistado. Mas a violência contra a mulher, expressão da radical desigualdade entre os sexos, teima em permanecer. A discussão sobre a desigualdade e a discriminação é um avanço porque elas estão introjetadas profundamente na cultura e nas mentalidades. As leis igualitárias se chocam contra esta muralha construída durante séculos que é a menoridade feminina.

IHU On-Line – Em que medida as políticas sociais brasileiras garantem a democratização da cidadania para as mulheres?

Ana Maria Colling - As Nações Unidas destacaram, em cinco de maio do corrente ano, a necessidade de promover a participação das mulheres na tomada de decisões, observando que a democracia e a igualdade de gênero são interligadas e se reforçam mutuamente. Destaca o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, que a desigualdade de gênero continua sendo um grande impedimento para a democracia. Faço coro às palavras de Ban Ki-moon e de Helen Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD, quando afirmam que a democracia não pode ser alcançada sem a participação e a inclusão das mulheres. Este depoimento dos dirigentes da ONU demonstram que a questão de gênero atravessa fronteiras e não é um privilégio de classe, raça, etnia ou geração. A desigualdade de gênero é uma chaga mundial que precisa ser combatida com todas as forças. Democratizar a democracia pressupõe, no Brasil e nos demais países, incluir as mulheres, não como um tema, mas em todos os âmbitos da sociedade. As políticas sociais somente terão sucesso quando se desnaturalizar a desigualdade.

IHU On-Line - Quais os maiores dilemas e desafios das políticas sociais brasileiras, principalmente as que se referem às mulheres?

Ana Maria Colling - Acabar com a violência contra as mulheres é o maior desafio. As leis igualitárias existem – olhemos a Carta Cidadã de 1988 que não permite nenhum tipo de discriminação e a Lei Maria da Penha, que tenta punir os assassinos e agressores, mas a violência continua. Diariamente na mídia nacional nos deparamos com assassinatos de mulheres. Na maioria das vezes, ex-esposa, ex-noiva ou ex-namorada. A violência resiste a toda a normativa legal. É um caso de saúde pública e um entrave à democracia e ao desenvolvimento.

IHU On-Line - Como a questão de gênero perpassa a questão social e política no contexto brasileiro na instituição das políticas sociais?

Ana Maria Colling - É preciso que o Brasil discuta e saiba o que é a questão de gênero. Gênero nada mais é do que a construção social e cultural dos sexos. O sexo biológico é dado e o gênero é construído. E esta diferença entre os sexos foi historicamente hierarquizada quando se desqualificou um dos pares – o feminino. Se não discutirmos, especialmente nas escolas, a questão de gênero (lugar privilegiado de marcação sexual) muito tempo irá levar para acabar com a discriminação. Não é por ser mulher que se tem uma visão igualitária entre os sexos. Se fosse assim, tudo estaria resolvido. Mulheres parem meninos e meninas, mulheres são atendentes de creches, as escolas dos anos iniciais são comandadas por mulheres e ainda assim o preconceito continua. O que fazer quando a maternidade, única diferença entre os sexos, ainda é um signo de desigualdade? Na conquista e manutenção de empregos, educação, cidadania enfim. Especialmente a educação poderá transformar a relação entre homens e mulheres em relações de efetiva igualdade.

> **"Menos de 10% dos países têm mulheres como chefes de Estado ou de governo. Menos de 30% de países atingiram a meta de 30% de mulheres nos parlamentos nacionais"**

IHU On-Line - Qual sua expectativa em relação ao governo da presidenta eleita, Dilma Rousseff? Que avanços vislumbra nas políticas sociais para mulheres?

Ana Maria Colling - Tenho uma imensa esperança que o governo da presidenta Dilma, mulher inteligente, sagaz, igualitária, faça a diferença. Muitas políticas públicas já estão implementadas e muitas ainda deverão ser efetivadas para erradicar de direito e de fato a desigualdade e a discriminação contra as mulheres.

Como fazer que os direitos humanos englobem todos os humanos – humanas e humanos? Como romper o ciclo de cidadania somente masculina inaugurada pelos franceses após a Revolução de 1789? Esta revolução elaborou a Declaração Universal dos Cidadãos e cortou a cabeça de Olympe de Gouges, que escreveu uma Declaração dos Direitos da Cidadã por não sentir as mulheres incluídas na Declaração dos Direitos do Cidadão. Decapitam Olympe acusando-a de cometer dois pecados: querer ser um homem de Estado e ter traído a natureza de seu sexo. Se Olympe é decapitada em 1793, as acusações de seus carrascos ainda ecoam como atuais. Querer ser um homem de estado é assumir os lugares até então masculinos, como a política, a escrita. Trair a natureza de seu sexo, é trair a natureza muito bem construída para as mulheres, encarcerada no privado, somente sendo mãe e esposa.

O documento da ONU de 5 de maio nos mostra a triste estatística: menos de 10% dos países têm mulheres como chefes de Estado ou de governo. Menos de 30% de países atingiram a meta de 30% de mulheres nos parlamentos nacionais.

Pensar políticas sociais para mulheres, em minha visão, é não encarar que a igualdade já está estabelecida. Muito se avançou nos últimos anos, mas muito ainda está por ser feito. A desconstrução do masculino e do feminino – abrir o discurso para ver como se construíram os gêneros – trabalho, estudo, papéis sociais, naturezas, essências, etc., e o posterior empoderamento de quem foi desqualificado é fundamental. Gosto de lembrar do sociólogo Pierre Bourdieu, quando e em um pequeno texto sobre mulheres e história, ele nos mostra que é impossível uma história de mulheres porque elas tem uma visão dominada que não vê a si própria. É preciso descolonizar o feminino diz ele. Descolonizar as mulheres é desconstruir os discursos elaborado sobre elas, tão eficazes que elas também o assumiram, depois reconstruir em bases igualitárias, empoderando-as. A desnaturalização dos discursos das práticas sobre e contra as mulheres é tarefa essencial.

Artigo da Semana

Igreja Católica, redes de relacionamento virtuais e evangelização na contemporaneidade: caminho impossível?

Por Thamiris Magalhães de Sousa*

A Igreja Católica utiliza hoje – bem mais que outrora – os *mass media* para evangelizar e anunciar o evangelho. Percebe-se que as missas, palestras, homilias, confissões, etc., que antes eram realizadas em ambientes fixos, passaram a ter lugar garantido também nos *media*. Na contemporaneidade, a Igreja utiliza intensamente as redes de relacionamento (YouTube, Facebook, Twitter, blogs) para evangelizar. Mas, quais serão os impactos da "abertura" do templo para essa nova era, em que as pessoas deixam de ser meras receptoras, tornando-se participantes do meio, produtoras de informação e de conhecimentos e ocupantes de um lugar na mídia? A comunidade eclesial está conseguindo evangelizar por meio da internet? Está surgindo novo modo de se fazer religião, com o surgimento e fortalecimento do mundo digital?

Na contemporaneidade, está sendo muito difícil conseguir escapar da tendência, cada vez maior, de se relacionar virtualmente. Nos últimos anos, tem-se verificado o surgimento e fortalecimento dos dispositivos tecnológicos e redes de relacionamento, como Orkut, Facebook e Twitter, que, de certa forma, motivam ou pressionam as pessoas a estarem cada vez mais "conectadas" no e para o mundo.

Até mesmo a religião já se apropriou dessas novas formas de comunicar para divulgar seus conteúdos. Na pós-modernidade, um novo espaço está sendo criado. Com a Igreja não seria diferente. Nesse espaço, o real e o imaginário, o próximo e o distante, o religioso e o profano ficam cada vez mais confusos e difíceis de serem definidos. O ciberespaço move o indivíduo para essa nova realidade que vem modificando o mundo e as maneiras como as pessoas se relacionam e pensam.

Neste sentido, um estudo sobre a Igreja Católica e a evangelização na contemporaneidade, com o fortalecimento das Novas Tecnologias da Comunicação – NTCs, mais precisamente, das redes de relacionamento via a rede mundial de computadores, fez-se imprescindível, uma vez que o assunto já está sendo há algum tempo uma das principais pautas dos meios de comunicação religiosos. (Desde 2009, a questão vem sendo tema do Dia Mundial das Comunicações Sociais.)

Durante a pesquisa, foram distribuídos 600 questionários de múltipla escolha aos católicos de Belém do Pará e Região Metropolitana, com o objetivo de descobrir se as pessoas conheciam e acessavam o trabalho da Igreja na internet.

O estudo descobriu que muita coisa ainda deve ser feita, no sentido de divulgação das redes online da Igreja Católica. Descobriu-se que a instituição não sabe utilizar adequadamente as mídias sociais na região, com uma divulgação ainda muito insuficiente,

* Jornalista formada pela Universidade da Amazônia – Unama, cursa Mestrado em Ciências da Comunicação na Unisinos, na linha de pesquisa "Midiatização e Processos Sociais".

o que acarreta na ausência ou no pequeno número de acesso das pessoas (independente da idade ou da assiduidade com que ela vai à igreja, por exemplo) aos sítios e mídias sociais católicas.

Os dados não mentem: 47% dos entrevistados assinalaram serem católicos praticantes; 32% declararam ir de vez em quando e os outros 21% disseram que não frequentam o templo. A maioria dos entrevistados (82%) disse não pertencer a nenhum grupo ligado à Igreja.[1]

A maioria absoluta dos entrevistados (86%) afirmou que costuma acessar a internet, sendo que grande parte deles (54%) acessa todos os dias; 28,71% afirmaram acessar de duas a cinco vezes por semana e 16,48% acessam raramente. Com relação aos sítios com conteúdo religioso, 11,79% afirmaram acessá-los sempre que usam a internet; outros 39,32% acessam às vezes e 48,89% nunca acessam sítios religiosos. 17,94% das pessoas afirmam acessar esses sítios em busca de informações sobre missas, santos, liturgia, cantos, velas, promessas, entre outros; 15,57% buscam curiosidades; 10,66% buscam adquirir conhecimentos mais amplos e 7,61% buscam por auxílio espiritual momentâneo.

Ainda sobre essas mídias atuais, apenas 8,53% dos entrevistados disseram conhecer e participar do trabalho da Igreja com relação aos meios digitais; 40,13% afirmaram que conhecem, mas não participam e a maioria (51,34%) nem sabia que a Igreja utilizava esses dispositivos de mídia.

Ou seja, percebe-se que há uma deficiência muito grande ainda por parte da Igreja em divulgar seus conteúdos online, uma vez que se pode prever que as pessoas mais engajadas na Igreja conheçam e acessem mais os conteúdos católicos na rede mundial de computadores. Porém, com os resultados da pesquisa, nota-se que a situação é bem diferente: muitos católicos que frequentam a Igreja não conhecem ou, se conhecem, não costumam ou nunca acessaram conteúdo religioso nas redes de relacionamento da Igreja na internet.

Logo, o trabalho constatou que a Igreja ainda não sabe utilizar de maneira eficaz a internet e as suas redes de relacionamento virtual em Belém do Pará. Percebe-se que a instituição religiosa quer, de qualquer forma, estar na internet e nas redes de relacionamento, evangelizando também nesses meios. Só que, conforme analisado, ela não utiliza estratégias eficazes de divulgação dos mesmos, para que as pessoas conheçam e acessem as suas redes. O que confirma esta análise é o fato de que, dos católicos entrevistados que se consideram praticantes, 50,18% conhecem as mídias sociais da Igreja, mas não participam; 35,13% nem sabiam que existiam essas mídias e apenas 14,70% conhecem e participam ou tem adicionada a Igreja em alguma rede social.

> "Talvez estejam faltando para a Igreja Católica estratégias mais eficazes de comunicação e divulgação de suas mídias"

Os dados se tornam ainda mais interessantes quando analisados os resultados dos questionários das pessoas que disseram ir de vez em quando ao templo. 67,20% delas desconhecem as mídias sociais da igreja. E, das que não frequentam, 62,99% afirmam também não conhecer o trabalho da Igreja Católica online.

Enfim, todas as 600 pessoas fizeram com que o trabalho pudesse ser concluído com a certeza de que a Igreja Católica Apostólica Romana ainda tem muito que caminhar para que seu trabalho seja mais propagado no mundo digital. Ela deve fortalecer os trabalhos em equipe e, não apenas refletir, o que já faz bastante, mas, também e principalmente, começar a colocar planos de comunicação e de divulgação em ação, para que, assim, as pessoas comecem a conhecer e a participar frequentemente dos seus trabalhos, projetos, eventos e perfis na internet.

Talvez estejam faltando para a Igreja Católica estratégias mais eficazes de comunicação e divulgação de suas mídias. Além disso, a ausência de formação para a internet dos membros da igreja pode, de fato, ocasionar no desinteresse das pessoas em querer acessar as mídias virtuais da igreja, uma vez que, muitas vezes, o despreparo pode ocasionar em textos longos, frases desinteressantes e conteúdo desapropriado para publicação na rede. Fato que, por sua vez, pode trazer inúmeras desvantagens para a instituição religiosa, tendo como resultando poucas visitas, comentários, sugestões. Enfim, pouca participação. E ocasionar no que o trabalho acabou de apontar: pouco conhecimento e acesso a conteúdos religiosos online.

A mudança desse cenário é um trabalho árduo, é verdade. Porém, se bem realizado, poderá trazer frutos significativos e importantes para o trabalho pastoral da Igreja, que, cada vez mais, terá fiéis (ou não) acessando, partilhando ou compartilhando, divulgando, comentando, questionando, criticando, elogiando, indicando... seus trabalhos na Web 2.0.

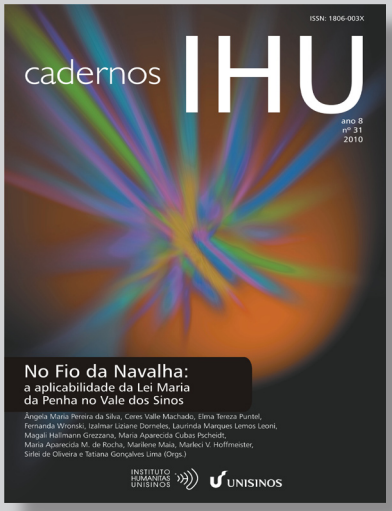
1 O estudo, realizado de agosto a novembro de 2010, centralizou-se nos católicos que vão ou de vez em quando ou sempre ao templo, justamente para saber se estes conheciam o trabalho da Igreja na internet, ao analisar e descobrir o que as pessoas de dentro da Igreja pensam a respeito da evangelização online, bem como, e principalmente, saber se elas acessam ou já acessaram alguma vez os conteúdos católicos na internet, nos sítios, blogues ou nas próprias mídias sociais da Igreja.

Leia Mais...

A **IHU On-Line** já publicou outras entrevistas sobre o tema. Confira.

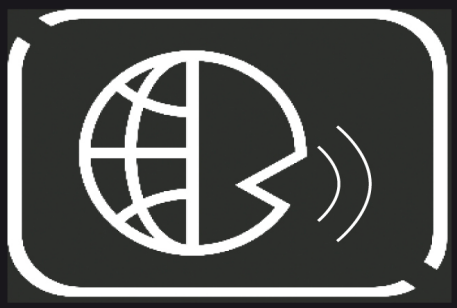
* Espiritualidade na Internet: o surgimento de uma nova religião? Entrevista especial com Pedro Gilberto Gomes, publicada nas Notícias do Dia 28-03-2010, disponível em http://bit.ly/aOrooA;
* Midiatização. Uma análise do processo de comunicação em rede. Cadernos IHU em formação, nº 35, 2009, disponível em http://bit.ly/3A3VwH; Processo de midiatização: da sociedade à Igreja.
* Entrevista especial com Pedro Gilberto Gomes, publicada nas Notícias do Dia 19-10-2007, disponível em http://bit.ly/m7kIe6

Confira as publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU



Elas estão disponíveis na página eletrônica

www.ihu.unisinos.br



Um emaranhado pelo Rio Grande a fora

Por Ana Maria Rosa*

Olhar a terra que se estende além da vista nos pagos do nosso estado nos coloca questões interessantes: como entender, nessa vastidão, que um instrumento de comunicação pode dar conta de, pelo menos, distribuir a informação de forma igualitária?

Não pode. Nem um instrumento, nem um canal, nem um indivíduo. O único nunca substitui o coletivo, e muito menos nele penetra de forma consistente. A comunicação em nível macro, seja nos grupos sociais, nas empresas, nas cidades, nos estados, nos países ou no mundo, só funciona em rede.

E isso não é novidade, afinal, tantos estudos já apresentam resultados precisos sobre a força da comunicação boca a boca, dos núcleos reunidos por internet ou das rodas de chimarrão. Não é o digital que nos transforma em sociedade em rede, mas, de certa forma, é a partir dele que podemos nos reconhecer mais fortemente como tal.

Não é à toa que redes de cooperação são cada vez mais fortes, unindo-se por ideais e dividindo-se em ações particularizadas. Assim são as grandes organizações protetoras do meio ambiente, e também o são as redes terroristas, como a tão comentada *Al-Qaeda*, de Osama bin Laden. Enquanto muitos buscam por um líder, outros enxergam no plural uma forma de somar esforços e dividir problemas, rompendo barreiras a partir do senso de coletivismo, muitas vezes transformando a realidade mais profundamente do que um mero conteúdo que ganhou destaque nos jornais do mundo todo.

Mas gostaria de enxergar mais além: a comunicação em rede não apenas distribui a informação, mas também nivela. Por nivelar a informação quero dizer que, estrategicamente, permite todos poderem, de alguma forma, compreender o que se está dizendo. A rede não é apenas o canal, mas é também o ajustador necessário para que o conteúdo alcance, em todos os sentidos, os diversos públicos que por ela se distribuem.

Acredito na importância de cada vez mais entendermos que o tal conteúdo em rede sempre existiu, e que é por conta dele que nós, homens, podemos dar passos enquanto sociedade complexa. Nem sempre as escolhas são as melhores, mas são sempre resultado de um coletivo – apático ou não.

Quando revemos processos como o questionamento de por que algumas sociedades elegem e mantém como seus representantes exemplares hu-

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, pós-graduada em Assessoria Linguística pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - Uniritter e participante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade Cepos, apoiado pela Ford Foundation. E-mail: <anamariaoliveirarosa@yahoo.com.br>.

manos que nos parecem aberrações – com distúrbios psicológicos, éticos e de socialização – sempre teremos como afirmação final que esta mesma sociedade tem responsabilidade nessa escolha, não tendo sido enganada ou inocente nesse investimento. E isso simplesmente porque nos pequenos níveis de relação entre seus membros, valores distorcidos acabaram por levar ao nível extremo, a chefia do Estado, por exemplo, essa realidade.

Dizer isso não é dizer, no entanto, que o consenso esteja instalado e que todos que estão aglutinados no que chamamos de nação respondem da mesma forma pelo poder que os reúne. De qualquer forma, a realidade posta é resultante de um processo que permeia os conceitos de "gregos e troianos" – nem mesmo os polos deixam de ser um elemento que leva ao desfecho, sendo eles também reforçadores desse final.

De fato, então, se nossa sociedade não se aprofunda em determinados temas, é porque, de alguma forma, esses temas não tomaram conta da necessidade coletiva de nosso povo.

É certo que há influências, ou pontos focais da rede, que contribuem para que determinados assuntos tenham destaque em detrimento de outros. Mesmo assim, a rede não está apagada; não são apenas os assuntos emanados por pontos focais que podem ganhar destaque, mas qualquer pequeno ponto pode ganhar no jogo das atenções quando a fluidez do coletivo assim o permitir.

> **"Enquanto muitos buscam por um líder, outros enxergam no plural uma forma de somar esforços e dividir problemas, rompendo barreiras a partir do senso de coletivismo, muitas vezes transformando a realidade mais profundamente do que um mero conteúdo que ganhou destaque nos jornais do mundo todo"**

Enquanto pequenas ONGs já lutavam por incorporar valores como a cooperação, o não racismo, a indiferenciação entre gêneros e credos há muitas décadas, somente nos anos recentes – talvez nesses cinco últimos – é que pudemos realmente apreciar as modificações que os bons valores vêm causando na nossa sociedade. Ainda de forma tênue e pouco impactante. Mas ninguém mais pode dizer que nunca ouviu falar em ecologia ou em solidariedade.

Investir, então, em uma comunicação solidária é realmente investir no que interessa. Enquanto a comunicação popular buscar a mera similaridade com mídias que já são quase transparentes por terem se tornado entretenimento, não haverá nela a força e a destreza necessárias para que as mentes sejam tomadas de pouco a pouco pelas mudanças benéficas à sociedade.

Valores bons ou maus são muito difíceis de serem reconhecidos, mas o coletivismo e cooperação estão entre os valores que nivelam os graus de separação que empobrecem as sociedades – e dessa forma nos auxiliam no movimento importante de transcendência dos valores materiais e supérfluos que estão iminentes no mundo atual.

Assim, atribuo ao formato em rede uma grande oportunidade para a compreensão dessa fluidez e dessas diversas tendências que temos, nós, os humanos. Entendendo que a vida quer viver, e que as perspectivas confluem para nos entregar os melhores caminhos, encerro dizendo que estamos em busca de novos valores, mas nem todos serão tomados pelo coletivo – e esses secarão a margem da estrada.

CEPOS grupo de pesquisa

ESPECIALIZAÇÃO EM TELEVISÃO E CONVERGÊNCIA DIGITAL

TURMAS EM PORTO ALEGRE

Inscrições pelo site **www.unisinos.br/especializacao/televisao_digital/**
ou pela central de relacionamento da Unisinos Fone : 3590-8131

AULAS EM CONJUNTO COM A GLOBO UNIVERSIDADE

REALIZAÇÃO: UNISINOS

Teologia Pública

A CNBB depois da última assembleia geral. Uma análise

A CNBB optou pelo caminho do meio. E este "caminho do meio não significa neutralidade", afirma o professor de história Sergio Coutinho

Por Greyce Vargas

O mês de maio foi marcado pela 49º Assembleia Geral da CNBB. Além da mudança na presidência, os debates acerca dos caminhos que a Igreja Católica quer seguir no Brasil foram importantes. Aliás, caminho é uma palavra significativa e marcante para o historiador Sergio Coutinho, ao analisar esse encontro dos bispos da CNBB. Segundo ele, as autoridades religiosas optaram durante a Assembleia pelo "caminho do meio". "Esperamos que o encontro com os grandes problemas que a sociedade coloca não fique numa posição de neutralidade. O caminho do meio não significa neutralidade. Significa, isto sim, um posicionamento em busca da justiça, do diálogo com a sociedade sem negá-la, sem dizer que ela está em um caminho errado. Significa sempre estar caminhando com ela, buscando o caminho de diálogo, sem cair nos extremos", afirmou ele durante a entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line**.

A entrevista foi feita em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT.

Sérgio Ricardo Coutinho é mestre em História pela Universidade de Brasília. É professor de História da Igreja no Instituto São Boaventura em Brasília e na UnB. Atualmente faz parte da Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR e preside o Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina – Cehila-Brasil. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Muitos afirmam que a CNBB recuou fortemente nos últimos anos em sua agenda social. O senhor concorda com essa avaliação? A que o senhor atribui esse recuo?
Sergio Coutinho – De fato, o movimento da redemocratização do país e a sociedade incorporando os valores democráticos de liberdades, assim como a busca pela igualdade, possibilitaram o surgimento de muitos movimentos sociais e organizações não governamentais em geral. Os próprios partidos políticos cresceram e se abriram muito. A sociedade civil passou a se organizar mais. Neste sentido, podemos dizer que a Igreja teve uma dificuldade de continuar no mesmo modelo que vinha desenvolvendo nos anos 1970 e 1980. A redemocratização do Brasil também coincide com toda uma interferência maior por parte do Vaticano, visando principalmente a um maior controle sobre aqueles bispos, padres, religiosos, agentes pastorais que estavam mais inseridos no mundo político-social. Isto porque estes grupos tinham uma forte carga ligada à Teologia da Libertação. O Vaticano entendia essa teologia da mesma forma como pensava o marxismo.

Podemos dizer que aqueles famosos bispos que tinham uma atuação política mais efetiva foram desaparecendo por conta da idade, e no lugar deles foram colocados outros sem a mesma formação intelectual, sem a mesma percepção da realidade social. Foram postos aqueles que deixam sempre para os poderes públicos cumprirem com as questões sociais. Estes creem que a Igreja não deve se intrometer nisto. Por outro lado, a Igreja vai começando a dialogar com estes grupos, procurando encontrar forma de como apoiar estes movimentos, como estar junto, para ser solidária na caminhada por uma sociedade mais justa. Ela também passa a rever seu papel e o de suas pastorais sociais refletindo a respeito de como podem atuar na sociedade, principalmente naquelas áreas aonde o Estado não chega. Inclusive o próprio Estado solicita o apoio da **CNBB** nestes campos. Por exemplo, a **Pastoral da Criança**, a **Pastoral do Menor Abandonado**, **Pastoral da Aids**. Em todas essas áreas tem crescido muito a atuação da Igreja, e o Estado tem pedido constantemente que ela continue com este serviço, que, teoricamente, é função dele. Muitas vezes, é claro, falta vontade política para estas ações.

IHU On-Line – Qual a influência do Vaticano na Igreja Católica no país?
Sergio Coutinho – O historiador italia-

no Giuseppe Alberigo[1] diz que existe uma ideia segundo a qual a Cúria Romana tem uma forte intervenção nas Igrejas locais. Percebemos que, no cotidiano, muitas dessas igrejas locais têm sua autonomia. Então, não é tão gritante este tipo de intervenção. Parece-me que, nos últimos 25 anos, a intervenção do Vaticano no Brasil foi muito mais uma tentativa de retomar a sua identidade católica, e para isso precisaria de um clero mais obediente e de um episcopado mais firme em suas convicções doutrinárias, não muito inseridos no mundo. É preciso saber separar bem o mundo e a Igreja. Creio que é preciso intervir na formação do clero, dar maior ênfase no **Código de Direito Canônico**, na questão normativa, na nomeação de bispos e no próprio cuidado que vai ser dado para com os documentos sobre a Teologia da Libertação.

Um caso clássico de intervenção no Brasil é o de Leonardo Boff. Além disso, o **Vaticano** também já interveio em algumas dioceses. Lembro da diocese de **Recife-Olinda**, da diocese de **Santíssima Conceição do Araguaia**. Vários desses lugares receberam visitas apostólicas a fim de chamar a atenção dos bispos para que eles não regularizassem demais a sociedade. A intervenção não é tão absoluta. Porém, temos visto casos recentes de intervenção na Austrália ou no Equador, que nos deixam de "orelha em pé", preocupados com práticas destes tipos, pois foram formas de intervenção muito violentas.

IHU On-Line – Num artigo, o senhor afirma que "os bispos, em sua grande maioria, optaram pelo 'caminho do meio'". O que quis dizer com isso?
Sergio Coutinho – O caminho do meio é uma expressão que está ligada à religião budista. O cristianismo, em seu início, era chamado de "caminho". Neste caso, a intenção foi metafórica de não ficar em nenhuma das pontas, nenhum dos extremos, de encontrar um caminho de diálogo com a sociedade sem cair nos extremismos que poderiam ser alguma prática mais fundamentalista, de rejeição de qualquer diálogo com o mundo. A eleição do presidente, vice e secretário geral da CNBB, representa a grande maioria dos bispos brasileiros, principalmente os de uma ala mais moderada que tem uma visão do Concílio Vaticano II muito firme. Ou seja, um grupo de religiosos que procura fazer com que este momento continue presente na Igreja, sem radicalismos.

Esperamos que o encontro com os grandes problemas que a sociedade coloca não fique numa posição de neutralidade. O caminho do meio não significa neutralidade, mas sim um posicionamento em busca da justiça, do diálogo com a sociedade sem negá-la, sem dizer que a sociedade está em um caminho errado. Significa sempre estar caminhando com ela, buscando o caminho de diálogo, sem cair nos extremos. No ano passado, com toda a questão das eleições para a presidência da República, percebemos a presença forte de setores muito radicalizados, mais fundamentalistas, que veem a sociedade como pecaminosa. Este grupo tentou de alguma maneira falar alto. Não é esta posição que parece querer a **CNBB** seguir. Então, o caminho do meio tem a ver com equilíbrio – discernimento, na linguagem dos jesuítas – sem condenar, mas dialogando. Parece-me ser um caminho parecido com aquele assumido pelo Papa João XXIII: menos condenações e mais misericórdia.

> "Parece-me que, nos últimos 25 anos, a intervenção do Vaticano no Brasil foi muito mais uma tentativa de retomar a sua identidade católica, e para isso precisaria de um clero mais obediente e de um episcopado mais firme em suas convicções doutrinárias, não muito inseridos no mundo"

IHU On-Line – O senhor pode pontuar quais foram as principais mudanças propostas nessa Assembleia?
Sergio Coutinho – A Assembleia teve como objetivo eleger a sua presidência e a das suas comissões de pastoral. Também objetivou elaborar as suas **Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora**, que é como uma espécie de central elétrica. É dela que parte toda a energia para a Igreja no Brasil, paróquias, movimentos, dioceses, comunidades que têm nessas diretrizes a inspiração para desenvolver o seu planejamento pastoral. Parece-me que a grande mudança é a de levar, de forma mais profunda possível, adiante o que saiu na Conferência de Aparecida, que é principalmente uma ideia de Igreja que seja, de fato, missionária. Para isso, ela precisa estar encarnada no mundo. Neste sentido, a Igreja precisa desenvolver todo um método próprio de diálogo com a sociedade, uma nova evangelização, que não só busca os católicos afastados, mas que também esteja em diálogo com a sociedade. Também é necessária uma convenção pastoral. Para isso, são necessárias mudanças de estruturas. Uma destas que o documento das diretrizes aprovou é o tema da Igreja como "comunidade de comunidade", ou seja, valorizar a vida comunitária e resgatar as práticas locais. Existem muitas experiências comunitárias nas cidades, nas periferias, no mundo rural. Também chama a atenção da sociedade revalorizar as **Comunidades Eclesiais de Base – CEBs**.

Pensando de uma forma global, creio que, depois desta Assembleia, temos uma **CNBB** com um rosto mais missionário, com mais desejo de se aproximar da sociedade sem cair nas condenações. É claro que dentro da **CNBB** há muitas correntes que fazem pressão. E neste campo da moral, da moral sexual, isto vai mudar muito pouco. Neste campo, a **CNBB** vai se manter muito tradicional no seu posicionamento.

1 **Giuseppe Alberigo:** importante historiador da Igreja Católica. A sua obra mais importante foi a direção da iniciativa editorial *Storia del Concilio Vaticano II*. Seu caráter progressista, no entanto, não teve unânime acolhimento no âmbito católico. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Quais temas sociais são ainda sensíveis ao colegiado de bispos brasileiros? Na última Assembleia da CNBB algum tema social ganhou destaque?

Sergio Coutinho – Alguns temas sociais foram tratados, sim. Primeiro, foi muito importante a votação unânime que decidiu que a CNBB vai apoiar a 5a Semana Social. Ainda que a votação tenha sido unânime, sabemos que existem muitos bispos que têm alguma preocupação com essa atividade [a Semana Social], porque envolve outros grupos e parceiros e, às vezes, eles ficam desconfiados em relação a esses outros grupos. Por exemplo: o MST e a Via Campesina. No entanto, essa foi um decisão muito importante. A CNBB vai agora trabalhar para esta Semana Social, que visa à construção de propostas concretas em defesa dos pobres e dos mais fracos, na busca pela justiça no trabalho e no campo, assim como na questão do trabalho escravo. Esta Semana Social vai ser muito importante para as pastorais sociais e para que a própria Igreja se aproxime da sociedade.

Outro elemento que apareceu foi o **Movimento de Educação de Base – MEB**, que comemora os seus 50 anos. Apesar de ter um grupo de 20% de bispos que acha que isto está ultrapassado, ainda há um grande apoio para a atuação do movimento. A Igreja foi, durante os anos 1960 e 1970, mais enfática nestes movimentos. Hoje, existem outras instituições que trabalham a educação. Porém, ainda é uma área muito carente de políticas públicas. A nossa educação continua patinando em muitos aspectos, e o apoio ao **MEB** continua sendo um apoio que a Igreja dá àqueles que estão mais distantes de uma educação formal nas escolas.

Outro tema que apareceu foi a questão indígena. Um grupo de bispos acha que a questão indígena é problemática e outros não concordam com posições como as de D. Erwin Kräutler, que questiona os grandes empreendimentos, uma vez que irão afetar as terras indígenas e a população local. Um dos grupos acha que este discurso impede o desenvolvimento do Brasil. Mas, de alguma maneira, existe um outro grupo questionando a respeito da forma como os missionários do Conselho Indigenista Missionário atuam com algumas culturas e assuntos. Por exemplo: o infanticídio, que é um tema espinhoso e é praticado em algumas culturas. Muitos bispos não entendem isso. Acreditam que esta é uma cultura da morte e que a Igreja não pode apoiar este tipo de ação. De um modo geral, nós tivemos um grupo muito grande da Assembleia que compreendeu ser a população indígena indefesa e vítima da violência.

> "As CEBs se desenvolveram dentro de um contexto de ditaduras militares, de falta de democracia, de abusos de poder e de violação dos direitos humanos, de fechamento de partidos, etc"

Um último assunto é a reforma política. Nestes quatro anos da nova direção, a **CNBB** vai trabalhar formando a sua própria comissão para acompanhar e fazer uma proposta de reforma política. A presidência que encerrou agora emitiu um documento que se chama ***Por uma reforma do Estado com participação democrática***. Este documento vai servir de base para esta comissão há pouco formada a fim de discutir com parlamentares e outras entidades da sociedade civil sobre a reforma política. A Igreja quer dar a sua opinião sobre este tema.

IHU On-Line – Como andam as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs? O que as diferenciam hoje dos anos 1970?

Sergio Coutinho – O contexto histórico é outro. De fato, as CEBs se desenvolveram dentro de um contexto de ditaduras militares, de falta de democracia, de abusos de poder e de violação dos direitos humanos, de fechamento de partidos, etc. Surgem como aquele espaço em que os vários grupos encontrarão um lugar para se respirar – é uma espécie de um balão de oxigênio. Neste momento, a **Teologia da Libertação** ajudou muito estas comunidades formadas por gente simples, pobre, que vem das periferias e do campo, pessoas que começam a se tornar sujeitos na vida política, assim como na vida eclesial. Como essa teologia sofreu muita intervenção, de uma certa forma as **CEBs** foram se resguardando, saindo da cena pública e da visibilidade das mídias. Atualmente, muitos falam que as CEBs acabaram porque elas não aparecem. Isso é falso, pois elas não estão na mídia, mas estão presentes no cotidiano das nossas paróquias e dioceses. A **Lei contra a Corrupção Eleitoral**, e agora recentemente a Lei da Ficha Limpa, só foi possível porque praticamente 85% das assinaturas vieram das bases da Igreja. Então, as **CEBs** continuam atuando. Com menos visibilidade, sim. Mas continuam presentes na vida da Igreja.

Leia Mais...

A **IHU On-Line** já publicou inúmeras outras entrevistas e notícias sobre o tema. Confira:

- "A esperança venceu o medo". Um balanço da 49º Assembleia Geral da CNBB, publicada nas Notícias do Dia 17-05-2011, disponível em http://bit.ly/mgRLaX
- Nova direção da CNBB: mais jovem, representativa e democrática, publicada nas Notícias do Dia 19-05-2011, disponível em http://bit.ly/mPYl9E
- A crise das pastorais sociais é a crise da humanidade. Entrevista especial com D. Guilherme Werlang, publicada nas Notícias do Dia 19-05-2011, disponível em http://bit.ly/mB8eO0
- Nova direção da CNBB: mais jovem, representativa e democrática, publicada nas Notícias do Dia 19-05-2011, disponível em http://bit.ly/mPYl9E
- Brasileiros na Cúria Romana e seus possíveis desdobramentos, publicada nas Notícias do Dia 10-01-2011, disponível em http://bit.ly/hj5fV9
- O novo Primaz do Brasil e mais um movimento no tabuleiro, publicada nas Notícias do Dia 17-01-2011, disponível em http://bit.ly/kOZo08
- Igreja, eleições 2010 e o Nordeste: em busca de testemunhas de sentido, publicada nas Notícias do Dia 16-11-2010, disponível em http://bit.ly/arrEgO
- CNBB e o pêndulo para a direita? Um olhar sobre a 48ª Assembleia Geral da CNBB, publicada nas Notícias do Dia 19-06-2010, disponível em http://bit.ly/ajpIfG

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 16-05-2011 a 21-05-2011.

Azaleia-Vulcabras-Grendene. Os custos, as perdas, as cobranças
Entrevista especial com Celso Três, procurador do Ministério Público Federal
Confira nas Notícias do Dia de 16-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/mw7L95
Importante empresa de calçados no Rio Grande do Sul, a Azaleia não apenas fecha suas portas em Parobé-RS como também vai embora do estado depois de ser beneficiada com importantes quantias de dinheiro público. O contraponto sempre é a geração de emprego e renda, mas a Azaleia sai do estado sem dar explicações. Simplesmente, demitiu 840 pessoas e encerrou suas atividades de produção.

União homoafetiva. Uma vitória, mas resta ainda um longo caminho a percorrer
Entrevistas especiais com Luis Corrêa Lima, Toni Reis, Roque Junges e Ronaldo Henn
Confira nas Notícias do Dia de 17-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/kosgex
Por unanimidade o Supremo Tribunal Federal aprovou a união civil homoafetiva. Ao mesmo tempo, acontecia uma conferência de bispos católicos brasileiros que criticaram o que chamam de "casamento gay". A votação é considerada uma vitória e o avanço no país. Porém, ainda há muito a ser feito e a ser discutido. Isso também é unanimidade entre os quatro entrevistados da **IHU On-Line**.

Economia Solidária no Brasil: crescimento e perspectivas
Entrevista especial com Cláudio Arroyo, geólogo
Confira nas Notícias do Dia de 18-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/jPSjge
É com um olhar crítico e detalhista que o professor Cláudio Arroyo analisa o crescimento e o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Ele apresenta um panorama atual da economia solidária no Brasil, trazendo os caminhos pelos quais ela passou para chegar ao papel que cumpre hoje.

A crise das pastorais sociais é a crise da humanidade
Entrevista especial com D. Guilherme Werlang, bispo de Ipameri-Goiás, novo presidente da comissão episcopal pastoral
Confira nas Notícias do Dia de 19-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/mB8eO0
A partir da 49º Assembleia da CNBB, um novo presidente para a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz foi eleito. Atuante na área das pastorais sociais, Werlang falou sobre sua história, sobre a eleição que lhe colocou no cargo de presidência dessa comissão e, ainda, analisou a chamada crise atual das pastorais sociais.

Reprodução assistida. A clínica como espaço de normatização social
Entrevista especial com Marlene Tamanini, socióloga, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Confira nas Notícias do Dia de 20-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/mKC8JD
As dimensões físicas, psicológicas, políticas e culturais da reprodução assistida no Brasil e no mundo são analisadas nessa entrevista. A maternidade em laboratório tem crescido muito nos últimos anos, aponta. Uma de suas principais preocupações é entender os sentidos de paternidade, maternidade e filiação.

População de Caetité barra contêineres com material nuclear
Entrevista especial com João Batista Pereira, agente da Comissão Pastoral da Terra da região
Confira nas Notícias do Dia de 21-05-2011
Acesse no link http://bit.ly/mJue6y
Assim que receberam, no domingo retrasado, a informação de que dez contêineres com material nuclear desconhecido chegava a Caetité-BA vindo de São Paulo, o grupo que forma a Comissão Pastoral do Meio Ambiente da cidade foi às rádios da região avisar do carregamento. Ali, começava uma grande mobilização para impedir a chegada desse material à cidade. Mais de duas mil pessoas foram para a estrada fazer com que os caminhões fossem parados e o material não seguisse em frente.

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

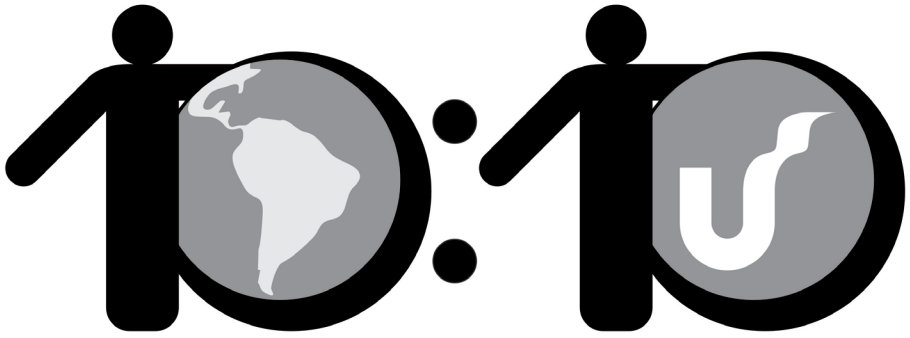
IHU em Revista

REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A Campanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de reduzir em 10% o consumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto 10:10 Unisinos, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de carbono (CO_2) na universidade.

A Agência Experimental de Comunicação da Unisinos colaborou com essa campanha através da criação do logotipo.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br, a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.

agexcom UNISINOS

http://twitter

About you
18,238 Tweets
343 Following
2,216 Followers
168 Listed
Following 343
Followers 2,216
About Help Blog Mobile Status Jobs Terms Privacy Shortcuts
Advertisers Businesses Media Developers Resources
© 2011 Twitter

.com/_ihu

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 23-05-2011
Evento: Ciclo de Palestras: Renda básica de cidadania Palestrante: Profa. Dra. Lena Lavinas - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Tema: Renda Básica de Cidadania. Um panorama da situação brasileira Horário: das 19h às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Maiores informações em: http://bit.ly/dWiX1s
Dia 26-05-2011
Evento: IHU ideias Palestrante: Prof. Paulo Tedesco, escritor, fundador e diretor da Oficina do Livro Tema: O futuro do livro? O livro do futuro? Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Maiores informações em: http://bit.ly/m4OSVC
Dia 30-05-2011
Evento: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Palestrante: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália Tema: Oficina: Um debate sobre a Economia do Bem Comum hoje Horário: 15 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Maiores informações em: http://bit.ly/jGf2KN
Evento: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Palestrante: Prof. Dr. Stefano Zamagni - Università di Bologna - Itália Tema: Conferência: Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas Horário: 19h30min às 22h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Maiores informações em: http://bit.ly/jGf2KN
Eventos do CEPAT de 23 a 30-05-2011
Dia 28-05-2011
Evento: Gênero e cinema Debatedor: Prof. Dr. André Langer, pesquisador do CEPAT Exibição do filme: Transamérica (Duncan Trucker, 2006) Horário: 8h30min às 12h Local: Sindicato dos Engenheiros - Senge - PR (Edif. CCI - Mal. Deodoro, 630, 22º andar) Maiores informações em: http://bit.ly/j1JaVQ

E-book é passageiro. Livro é eterno

Para o professor e escritor Paulo Tedesco, a juventude que nasceu depois dos anos 2000 (geração 00) será responsável pela desfragmentação do ensino. "A geração 00 virá com força para reter as formas de aprender que achar por bem. Proporcionar o conhecimento complexo caberá àquelas pessoas que souberem conduzir de forma positiva e inteligente", aponta

Por Patricia Fachin

Com a popularização das novas tecnologias, o livro ingressa em uma fase "com muitas indefinições e imprecisões, mas que parece guardar uma face mais radical do que no seu modelo antecessor: a da ampla democratização a seu acesso e produção", constata Paulo Tedesco, em entrevista à **IHU On-Line** por e-mail. Segundo ele, a partir da democratização do livro por meio de plataformas digitais e do acesso à internet, a humanidade caminha para um momento de transição da era da informação para a do conhecimento. "Aquele que souber gerenciar a democratização do livro e, por consequência, da leitura, gerenciará o conhecimento da humanidade", reitera.

Fundador e diretor da Oficina do Livro, Tedesco ministra cursos presenciais e onlines sobre o futuro do livro, tema de sua palestra no IHU ideias da próxima quinta-feira, 26-5-2011. O evento acontece na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU, das 17h30min às 19h. Paulo Tedesco é escritor, formado em Letras pelo IERGS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que futuro o senhor vislumbra para o livro a partir do surgimento de novas plataformas tecnológicas como o e-books, por exemplo?

Paulo Tedesco - Na verdade, o fator de mudança é a mudança do suporte, ou a perda da exclusividade que o papel detinha (no passado tivemos madeira, couro, pedra, argila e bambu). E-book é um termo passageiro, não vinga. O que vinga é o livro, um produto com seis mil anos de história, que entra em nova fase. Uma fase com muitas indefinições e imprecisões, mas que parece guardar uma face mais radical do que no seu modelo antecessor: a da ampla democratização a seu acesso e produção.

IHU On-Line - Considerando as licenças Creative Commons, como vê a democratização do acesso ao livro? A questão do direito autoral deve se transformar a partir da internet e dos e-books?

Paulo Tedesco - O direito autoral deverá se transformar. É impensável continuar do que jeito que está. O Creative Commons[1] é mais um instrumento que nos ajuda a refletir sobre a questão e um ponto a mais nesse controverso assunto. O direito autoral no Brasil não pode continuar privado, não mais. O estado precisa intervir para não só manter o que aí está, mas promover a profissionalização do artista, no nosso caso, do escritor. Se a questão for proporcionar carteira assinada para escritor, que o seja. Porém, deve-se dar mercado ao escritor. Afinal, o produto estrangeiro (e os de alguns segmentos nacionais) geralmente tem cobertura da grande mídia. Embora acredite que existam meios alternativos à carteira profissional de trabalho para esse caso específico, creio que é uma forma de se proporcionar ou se iniciar algo, na direção de tratar o gerador primeiro de conteúdo criativo com o devido espaço na sociedade do conhecimento, que tem a criatividade como seu diferencial.

1 **Creative Commons:** organização não governamental sem fins lucrativos localizada em São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos, voltada a expandir a quantidade de obras criativas disponíveis, através de suas licenças que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional todos direitos reservados. Para esse fim, a organização criou diversas licenças, conhecidas como licenças Creative Commons. Acompanhe a discussão na **IHU On-Line**: *Creative Commons: um bem coletivo*. Entrevista especial com Sérgio Amadeu, disponível em http://bit.ly/lD5PoN; *Direitos autorais e Creative Commons*. Entrevista especial com Sérgio Branco, disponível em http://bit.ly/gJalqd. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - O senhor afirma que caminhamos para a sociedade do conhecimento e não da informação. Qual o sentido do livro nesse contexto?

Paulo Tedesco - O livro é o depositário fiel da cultura de um povo; é o retrato da humanidade. Portanto, é o portador do conhecimento. Sociedade da informação sempre fomos. Sem informação não existiria sociedade. Todavia, com o conhecimento como principal capital, principal instrumento numa so-

ciedade que deseja aprimorar-se, ele precisa ser entendido na sua inteireza. Quem detiver o conhecimento deterá o futuro e cobrará daqueles que nada fizeram. Aqueles que passaram a copiar modelos e importar conhecimento sem entendê-lo pagarão muito mais caro do que hoje ou talvez até desapareçam, sendo absorvidos pelas culturas que possuírem o melhor conhecimento. Aquele que souber gerenciar a democratização do livro e, por consequência, da leitura gerenciará o conhecimento da humanidade.

IHU On-Line - Como as editoras e livrarias se adaptarão ao novo consumo de e-books?
Paulo Tedesco - Esses segmentos são expressão de um mercado tão antigo como o texto em suporte físico, porém é difícil apontar como se adaptarão. O mais certo é indicar algumas possibilidades. Cada um tem suas especificidades. A editora, para mim, será um grande instrumento de aprimoramento editorial (já o é), mas com ênfase na sua grife, ou seja, um livro (conteúdo em um feixe editorial) revisado, traduzido e preparado por uma editora, frente à infinidade de novos conteúdos digitais, certamente será um diferencial. As livrarias, por sua vez, precisam repensar sua existência física e tornarem-se também promotoras da leitura e da cultura. Caso contrário, cederão espaços para a venda impessoal e cada vez mais agressiva das grandes redes, que podem ser farmácias, supermercados, açougues, etc.

IHU On-Line - As gerações que nasceram nos anos 2000 estabelecerão que relações com o ensino?
Paulo Tedesco - Serão os principais responsáveis por desfragmentar o ensino, especialmente os modelos industriais existentes. Falo dos que têm a reprodução em série como formato. Não se admite mais um professor como "sabedouro" das verdades. A geração 2000 virá com força para reter as formas de aprender que achar por bem. Proporcionar o conhecimento complexo caberá àquelas pessoas que souberem conduzir de forma positiva e inteligente. O básico, o que se coleta numa pesquisa boba na internet, não é necessário obrigar a ninguém que se decore. Parece óbvio, mas há muita gente insistindo nessa cansada tecla.

> **"O livro é o depositário fiel da cultura de um povo, é o retrato da humanidade. Portanto, é o portador do conhecimento"**

IHU On-Line - O que mudará no ensino a partir da popularização de tecnologias como o e-book?
Paulo Tedesco - Velocidade na produção e consumo de conteúdo. Ampliação do conteúdo e sua transmidiatização quase automática. O sujeito escreve uma redação ou um trabalho e, do outro lado do mundo, um colega tridimensionaliza o conteúdo; um outro pega o mesmo trabalho e apresenta personagens falando em muitas línguas aquilo que ali está escrito, e tudo isso em curtíssimo espaço de tempo. E tudo a partir de um texto. Se o livro era importante, agora ficou irrefutável. Temos que nos preparar para ler cada vez mais, melhor e em diferentes línguas (mesmo que novos tradutores automáticos surjam).

IHU On-Line - Como a tecnologia, em especial os leitores como iPads, tabletes tendem a mudar a relação com o ensino, em especial nas universidades? O ensino a distância será ainda mais frequente?
Paulo Tedesco - Para mim, negar o ensino a distância é que é o problema. Ele já ocorre. Aprendemos vendo TV ou um filme; aprendemos lendo na internet; aprendemos ouvindo o rádio (esse dinossauro que se recria). Ou seja, se tudo isso for para dentro de um único aparelho, e que ainda por cima pode ser muitíssimo melhor para se manusear, mais agradável, mais bonito, etc., pergunto: Como não teremos o ensino a distância substituindo qualquer sala de aula? Ou como não teremos um seminário, ou congresso, em que não se possa participar ao vivo e através de um simples e, muito em breve, barato aparelho?

IHU On-Line - Como o senhor vê os jovens multitarefas e a superficialidade nas leituras, principalmente a partir de leitores digitais? Quais os prós e contras dessas tecnologias para o futuro da leitura?
Paulo Tedesco - Essa pergunta contém muitas respostas que mereceriam um seminário exclusivo. O que posso tentar responder com poucas palavras é que temos que aprender a ser humildes e tolerantes como nunca antes. Ou temos a humildade de aprender com quem está também aprendendo, a orientar quem está começando a se orientar, a tolerar quem não se tolera, a tolerar a quem não se entende, ou continuaremos a ver essa coisa que está aí fora: violência e preconceito contra o que desconhecemos - e o que desconhecemos está fragmentado, disperso e é possuidor de uma dinâmica própria. O que desconhecemos, sendo mais claro, é o jovem de hoje, de amanhã; ele é o leitor de amanhã, as novas profissões, as novas maneiras de pensar e agir. Enfim, desconhecemos um monte de coisas que nos provam o tamanho de nossa ignorância. Ou paramos para refletir sobre a tolerância e o respeito num mundo em rápida transição cultural ou nos mudemos para o meio da Amazônia para tentar viver de pesca e caça.

www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Susana Margarida Brand

Por Patricia Fachin | Fotos Arquivo Pessoal

Provavelmente a maioria dos funcionários da Unisinos já a conhecem. Susana Brand é responsável pelos treinamentos do Sistema de Gestão Ambiental – SGA da universidade e, corriqueiramente, visita os setores da instituição para conscientizar a comunidade acadêmica a zelar pelo meio ambiente e explicar a conduta da universidade em relação ao tema. Entrevistada desta edição da **IHU On-Line**, Susi salienta que "não é só porque a universidade tem um sistema de gestão ambiental implantado, que pede por exemplo, que os funcionários separem o lixo, mas sim, porque o meio ambiente está exigindo esta conscientização". Confira.

Origens - Nasci em Dom Diogo, hoje Município de São José do Sul. Sou filha de pais agricultores; meu pai chama Inácio Brand e minha mãe, Roni Brand. Somos em sete filhos: cinco meninos e duas meninas. A minha infância foi muito feliz e saudável. Quase não tínhamos brinquedos, mas isto não era problema porque em contato com a natureza tínhamos muito espaço para correr e brincar e criar nossos próprios brinquedos, para montar uma casinha no meio do mato. Lembro que minha irmã e eu tínhamos uma única boneca de porcelana que era o nosso xodó, até o dia em que a filha da vizinha, menor que nós, a quebrou. Nem preciso falar o quanto isto nos magoou. Como todo filho de agricultor, desde cedo tive que assumir algumas responsabilidades, como ajudar na criação dos irmãos mais novos, ajudar a mãe a tirar o leite das vacas às 5h da manhã, além de ajudar nos trabalhos da roça, mas sempre dentro de um lar muito harmonioso e unido.

Estudei, até a 5ª série em Dom Diogo e, mais tarde, iniciei o ginásio em Salvador do Sul. Saía de casa todas as tardes e retornava à noite. No inverno, era terrível em função do frio porque tínhamos de caminhar dois quilômetros da parada do ônibus até em casa, no escuro. Muitas vezes o calçado que usávamos não era o mais adequado para tal situação, mas sobrevivemos.

Música - Cresci em uma família que gosta de cantar. Meu avô foi regente de coral e, em função disso, sempre se cantou muito na minha família. Atualmente, meu pai, meus irmãos com alguns amigos mantêm um coral de vozes masculinas. Eu, de vez em quando, participo e tento cultivar esse hábito.

Estudos - Como a família era grande - às vezes o pai tinha algumas dificuldades em conseguir pagar o transporte -, parei de estudar quando terminei o ginásio para dar oportunidade aos outros irmãos que tinham de ingressar no colégio. Fiquei um ano sem frequentar a escola e, aos 16 anos, recebi o convite de morar em Brasília com meu tio/padrinho, Antonio Brand[1]. Ele trabalhava em Dourados-MS, com a causa indígena e havia sido transferido para Brasília para assumir a coordenação nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. À época, ele tinha uma filha de dois anos e me convidou para morar com eles com a finalidade de cuidar dela. Aceitei sem medir o que significava o fato de uma menina de 16 anos, que morava no interior da roça e que tinha ido uma vez a Porto Alegre, ir morar numa outra região tão distante e com tanta diversidade cultural. Lembro que fizemos a viagem em um Fiat 147 de cor "amarelo queimado".

No início, foi extremamente difícil porque eu sentia muitas saudades de casa. Pela distância só podia vir visitar minha família duas vezes por ano. Lá fiz o 2º grau em escola pública. Uma coisa que me marcou muito era quando a professora fazia a chamada, os colegas ficavam em silêncio para ouvir a minha resposta, o meu "presente" em função do sotaque alemão e português carregado, quase morria de vergonha, mas fui me acostumando e por fim tirava de letra a brincadeira.

Após concluir o 2º grau, comecei a

1 **Antonio Brand:** historiador graduado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com mestrado e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Sua tese intitula-se O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Atualmente é professor nos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação e Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, MS. Confira as seguintes entrevistas concedidas por Brand à **IHU On-Line**: *O dilema das fronteiras na trajetória guarani*, disponível em http://bit.ly/cXLEwY; *Povos Guaranis Kaiowá: Sempre em luta*, disponível em http://bit.ly/kJtooU; *A dura luta dos Guarani no Mato Grosso do Sul pela demarcação da terra*, disponível em http://bit.ly/jcSGRJ. (Nota da **IHU On-Line**)

faculdade de Administração em uma universidade particular em Brasília, mas na época não me identifiquei com o curso e desisti.

Cuidei da minha prima Luciana durante quatro anos. Depois, comecei a trabalhar na recepção do Conselho Indigenista Missionário e, mais tarde, no setor de pessoal e contabilidade do escritório. Ajudava a organizar os encontros dos índios em Brasília e essa troca com outra cultura foi muito enriquecedora na minha vida.

Retorno - Em 1990, meu tio resolveu voltar para São Leopoldo e eu continuei residindo no Distrito Federal, até perceber que a família estava me fazendo muita falta, e em 1995 resolvi retornar também. Fui morar novamente com meu tio, Antonio Brand agora em São Leopoldo, na época ele era professor da Unisinos. Já estabelecida na cidade, entreguei um currículo na Unisinos e fui selecionada para trabalhar na universidade em 1996, na antiga Produção Industrial, como auxiliar de serviços gerais da gráfica.

Mais tarde, fui transferida para trabalhar no escritório, onde passei a realizar o trabalho administrativo da gráfica e das oficinas. Fiquei nessa função até 2002, quando a gráfica foi extinta.

Aproveitei a oportunidade de trabalhar na instituição e iniciei a faculdade de Administração - Recursos Humanos, concluindo o curso em 2008. Em 2003, a professora Luciana Gomes[2] passou a coordenar o projeto de implantação da certificação da ISO 14001 na Unisinos e me convidou para participar desta atividade porque eu já atuava no Verde Câmpus[3], programa que incentivava a separação do papel

na universidade. Desde então atuo no Sistema de Gestão Ambiental – SGA[4] da universidade. Faço toda parte operacional do sistema e também os treinamentos de conscientização para os funcionários, parceiros instalados dentro do campus e outros grupos da comunidade acadêmica da Universidade. Em agosto, completo 15 anos de trabalho na Unisinos.

Família - Sempre gostei de morar sozinha e vivia muito bem com esta situação. Porém, quando fiz 40 anos, me dei conta de que estava chegando no limite de idade para ser mãe, o que sempre fora o meu sonho. Conheci o Ricardo, hoje meu esposo, na gráfica da Unisinos, ele era funcionário de lá e em 28 de abril de 2007 nasceu meu filho, Gabriel, que é a luz da minha vida. Eu ainda não tinha concluído a faculdade, mas no ano seguinte me formei. Hoje minha família é meu esposo Ricardo, Gabriel e eu, além dos dois irmãos do Gabriel, a Bruna e o Vinicius, filhos do primeiro casamento do meu marido. Eles são crianças adoráveis e os três convivem muito e se amam realmente como irmãos. Se o Gabriel fosse filho único do Ricardo, eu teria mais um filho porque penso que uma criança precisa ter irmãos. Venho de uma família grande e vejo como é importante um auxiliar o outro.

Filho - Sou uma pessoa bastante calma e tranquila, dificilmente acordo mal-humorada; estou sempre disposta, rindo e cantando e vejo que meu filho é igual. Penso que a família é a base para o ensinamento de uma criança, e ela precisa aprender com seus familiares os conceitos de ética, responsabilidade e fé. Não adianta mandar o filho para escola e querer que os professores se responsabilizem pela sua educação.

Lazer - Gabriel é uma criança ativa, gosta de futebol e música. Ele adora me ouvir cantar e se observa cantando. Quando a família se reúne para cantar, ele se posiciona entre meu pai e meu irmão, como se já fizesse parte daquele coral. Ricardo e eu gostamos de dançar e frequentamos bailes até hoje. Saímos para passear com o Gabriel, vamos à pracinha, a shoppings, e claro vamos muito à casa dos meus pais, pois fazemos muita questão que ele conviva o maior tempo possível com os avós, primos e tudo o que uma vida em um sitio pode trazer como ex-

2 **Luciana Gomes:** engenheira civil, coordenadora do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Unisinos, vice-presidente do Comitesinos, comitê de bacia da região do Rio dos Sinos, no qual representa a Unisinos. Confira sua trajetória de vida no IHU Repórter, disponível em http://bit.ly/lbfbUK. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Projeto Verde Campus:** tem o objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental; assegurar condições de desenvolvimento sócio-econômico, segurança do trabalho, proteção da vida e qualidade ambiental; operacionalizar ações técnicas referentes ao meio ambiente sob o enfoque da sustentabilidade; implantar o Sistema de Gestão Ambiental na UNISINOS. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Sistema de Gestão Ambiental - SGA:** setor da Unidade de Apoio de Administração e Finanças, responsável pelo planejamento, implementação e operacionalização da ISO 14001 na Unisinos. (Nota da **IHU On-Line**)

Susi e Ricardo com o filho, Gabriel

periência positiva na formação de uma criança. Quero que ele tenha a infância feliz e saudável que eu tive.

Família e valores - Quero passar para o meu filho os valores que recebi do meu pai e da minha mãe: honestidade, ética, responsabilidade e sinceridade. Na casa dos meus pais cultivamos até hoje o hábito de rezar antes das refeições ou de cantar. Quando a família se reúne, sempre cantamos o cântigo "*Ao Senhor agradecemos*" e o Gabriel já entoa esse canto como um adulto. Esses são valores que prezo e tento passar para o meu filho.

Universidade - Aprendi muito nesta universidade. Ingressei na Unisinos em uma época de abundância, onde se fabricava muitos móveis, material gráfico, e se realizavam grandes obras. Depois, a instituição passou por um período de crise e recesso. Eu trabalhava com aproximadamente 500 funcionários e, de um dia para o outro, muitos foram demitidos. Na época, acho que a Unisinos não tinha muita escolha e teve de adotar uma estratégia mais drástica para evitar um mal maior para a universidade como um todo.

Também acompanhei a reestruturação e o crescimento da Unisinos, pós crise. Todos os funcionários se empenharam em reerguer a universidade porque, ela tem uma importância econômica muito grande para o município. Sempre vesti a camiseta da instituição. Em todos os trabalhos que fiz e faço tento seguir o lema da universidade: "Em tudo amar e servir", para continuarmos crescendo.

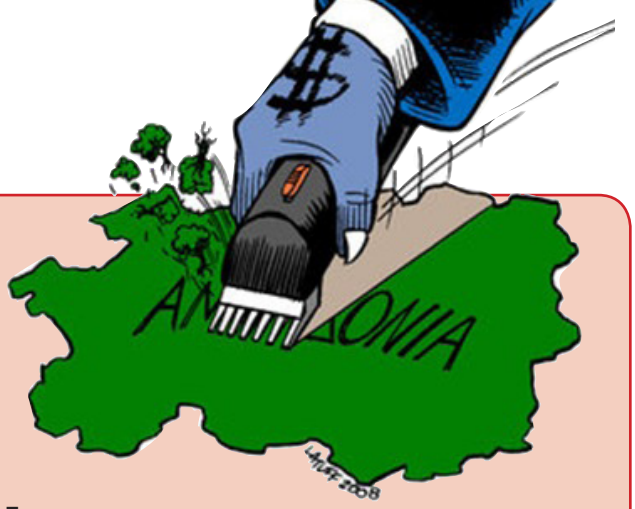
Gestão ambiental - Fico emocionada quando falo do Sistema de Gestão Ambiental - SGA porque esse é um processo que foi e está sendo construído diáriamente na universidade, e eu realmente me sinto parte disto. Imagino que nem a professora Luciana Gomes, coordenadora do SGA, tinha ideia do trabalho que teríamos para implantar e manter a certificação ambiental, pelo tamanho que é o campus e pela diversidade do seu meio ambiente. Mas acredito que esse trabalho está trazendo um retorno visível para a Unisinos.

Quando faço os treinamentos do SGA, vejo que a conscientização ambiental acontece devagar, às vezes as pessoas demoram a inculturar essa temática. Mas, com o passar do tempo, com a criação do hábito diário, elas percebem a importância e a necessidade que pequenas práticas ambientais como separar um lixo, fazer o descarte correto de um produto químico ou simplesmente, desligar um botão de luz trazem ao meio ambiente. E estas práticas não devem ser feitas apenas porque a universidade tem uma ISO 14001 implantada, mas sim porque o meio ambiente está exigindo isto de todos nós. Hoje não temos como fugir dessa preocupação ambiental.

Sonhos - Sinto necessidade de me aperfeiçoar e quero fazer uma especialização nesta área em que estou atuando hoje. Pessoalmente, espero que Deus me dê saúde para ver meu filho crescer e se tornar um homem.

IHU - Sempre acompanho a programação do IHU. Gosto de ver quais são os eventos programados, que acontecem na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU e vejo que o Instituto oferece palestras sobre temas diversos, focando sempre os valores humanos e sociais. O IHU também implantou, junto com o SGA, a campanha 10/10 para redução de 10% do consumo de carbono no planeta. Essas são ações pró-ativas que fazem diferença na universidade. Sempre que posso procuro ler as entrevistas da revista **IHU On-Line** pela diversidade de temas abordadas nas edições.

Destaques



Novo Código Florestal Brasileiro em debate

Novo Código Florestal Brasileiro: degradação da agricultura, aumento dos problemas sociais e destruição da natureza. Esse é o tema do IHU ideias de 2-06-2011, com o Prof. **Francisco Milanez**, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan e da Fundação para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado – Ecofund. Esse tema tem sido amplamente repercutido pelo sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e afeta o ambiente e a vida de todos brasileiros. O IHU ideias começa às 17h30min e vai até as 19h, com entrada franca, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Avaliação econômica de impactos ambientais

A economista **Fernanda Schutz**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Unisinos apresenta na edição 148 dos Cadernos IHU ideias o tema Avaliação econômica de impactos ambientais, cujo enfoque é o caso do aterro sanitário em Canoas-RS. Em sua pesquisa, ela conclui que os aterros sanitários não devem ser vistos somente como negativos, pois "o tratamento e beneficiamento de gás metano produzido pelo aterro" pode ser usado como uma forma de energia. Os Cadernos IHU ideias podem ser lidos através de download no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em www.unisinos.br/ihu.

Economia de Comunhão

Neste ano, completam-se 20 anos da chamada Economia de Comunhão – EdC, um modelo econômico que nasceu em São Paulo. Na perspectiva de propor o debate sobre a EdC e pensar modelos econômicos alternativos e regulados, o IHU promove o evento Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas. Das 15h às 17h00mn, do dia 30-05-2011, o professor Dr. Stefano Zamagni, da Università di Bologna – Itália, ministrará a oficina Um debate sobre a Economia do Bem Comum hoje, na Sala Ignacio Elaccuría e Companheiros – IHU. Mais tarde, às 19h30min, ele profere a conferência Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas, no Auditório Central, na Unisinos. Neste dia também haverá o lançamento do livro Economia civil, com autógrafos de autoria de Stefano Zamagni e Luigino Bruni. Para maiores informações sobre o evento, acesse http://bit.ly/jGf2KN.

Siga o IHU no twitter (http://twitter.com/_ihu)

E também no facebook (http://bit.ly/ihufacebook)

Apoio:

SICREDI CARTÕES

UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS